UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

GLOBALIZAÇÃO, TURISMO DE FRONTEIRA, IDENTIDADE E
PLANEJAMENTO DA REGIÃO INTERNACIONAL DE CORUMBÁ/MS.

ROBERTO ORTIZ PAIXÃO

SÃO PAULO, 2006.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

**GLOBALIZAÇÃO, TURISMO DE FRONTEIRA, IDENTIDADE E
PLANEJAMENTO DA REGIÃO INTERNACIONAL DE CORUMBÁ/MS.**

Roberto Ortiz Paixão

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Geografia Humana da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo, para
a obtenção do título de Doutor em Ciências
Humanas: Geografia.**

Orientador: Prof. Dr. Eduardo A. Yázigi

São Paulo

2005

Esta fronteira ainda haverá de ser conhecida como a grande Corumbá.

Salomão Baruki (*In memoriam*)

DEDICATÓRIA

Por entender essa tese como o resultado de um longo esforço físico, mental e financeiro pelo qual passei nos últimos anos, dedico este trabalho a não menos que quatro homens, três mulheres e um menino:

Ao meu avô, pela ausência que ainda sinto.

Ao meu pai, pelo símbolo de conduta, luta e dedicação familiar e pelo seu desejo de um dia ter um filho doutor.

Ao meu tio Antonio (Toninho) pelos conselhos, estímulos e desabafos.

À Salomão Baruki, um homem de todos os tempos corumbaenses, pelo incentivo, confiança e ombro amigo.

À minha avó Beatriz, por sua incondicional ajuda nos tempos de outrora.

À minha mãe, pelos sonhos e lágrimas de minha existência.

À Maria Helena, pelo companheirismo e por ter-me dado o Pablo.

Ao menino Pablo, extensão de minha existência e razão para qualquer luta.

A todos aqueles que, tanto quanto eu, necessitaram enveredar pelos caminhos e percalços de uma tese sem a ajuda financeira das instituições de fomento à pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Devido à complexidade e os reflexos de uma Tese de Doutorado na vida de uma pessoa somente reconhecem a dimensão desta conquista aqueles que passaram por este processo, ou os que estiveram muito próximos dele. Assim, este trabalho é o resultado de uma luta que, sem dúvida, teve a contribuição de muitas pessoas em vários momentos por mim vividos nessa trajetória. Pessoas que me ajudaram em maior ou menor grau, a construir essas entrelinhas. A elas o meu grande e sincero reconhecimento de gratidão.

Ao meu orientador, o “chefe”, pelos dez anos de convivência, desde os primeiros contatos do Mestrado. De orientador ao grande amigo atual, a quem tenho grande admiração, confiança e apreço.

Aos meus irmãos Douglas e Silvia Cristina que a sua maneira sempre estiveram presentes nessa caminhada.

Aos amigos ausentes, porém nunca esquecidos, Carlinhos Salamene, Claudinei Fava, Marcelo Rodolfo, Mara Aline, Icléia, Galícia, Oscar Filho e Nadinho.

Ao Instituto de Ensino Superior do Pantanal e a Prefeitura Municipal de Ladário que no ano de 2002 me liberaram parcialmente para o cumprimento dos créditos complementares ao doutorado.

Ao IESPAN/UCDB que colaborou nos tempos em que eu fazia parte do quadro docente da instituição.

À Silvana e ao Marcos, meus pares recentes do Curso de Geografia da UEMS.

Aos meus ex-alunos Pedro, Wilsinho, Samir, Fátima, Sonia e Érika pela ajuda na coleta de dados, que também lhes eram de interesse parcial por conta do trabalho de graduação.

Ao Alonso, Ângela e Regina, pela colaboração na correção do trabalho.

À Regina Sampaio, ex-aluna, pela credibilidade em mim depositada nos anos em que trabalhei em Ladário.

Aos senhores Orozimbo Decenzo, João Venturini, Nenito Aguiar e sua esposa Hortência, pelas informações sobre o turismo da região de Corumbá.

Aos meus ex-professores do curso de Geografia de Aquidauana/UFMS, Paulo Jóia, André, Batista e Menecozi pelas oportunidades da graduação.

Aos irmãos Tito Carlos, Firmino e Marco Aurélio. Cada qual de grande importância e presença numa certa ocasião de minha vida pessoal, acadêmica e profissional, há pelo menos 20 anos.

Aos amigos de minha história recente: Carlos Espíndola, Ana Cláudia, Barba e Mauricio Lopo, pela compreensão do mau humor nas crises da tese.

A Carlos Leite e Lídia, sempre abertos e dispostos a me receber em seu recanto “Vale do Sol”, onde eu me refugiei inúmeras vezes para espairecer.

Ao Joelson, ex-aluno, e parceiro de estudos e trabalhos em várias situações. Também pela força nas últimas horas da tese.

Ao Wilson Melo e Lígia, pela força dos últimos anos e pela confiança a mim endereçada. Em especial a Lígia pelo “empréstimo” de seu pai Salomão Baruki, ainda que lamentavelmente por não mais do que três anos.

Enfim, a todos que me foram prestimosos e que porventura foram subtraídos momentaneamente de minha memória, o meu sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho é uma contribuição teórico-metodológica aos estudos sobre o planejamento regional do turismo em áreas de fronteira, tendo como foco central da pesquisa a Região de Corumbá/MS, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Esta região foi apreendida como um subespaço do espaço global, levando em conta seus processos histórico e econômico, bem como a natureza de sua fisiografia. A abordagem do objeto de estudo no campo teórico-metodológico partiu de uma conjuntura global para o plano regional, em seis capítulos. No primeiro capítulo delinea-se um panorama do período posterior à Segunda Guerra Mundial e os seus reflexos sobre a globalização, as fronteiras e a atividade turística. No segundo capítulo, a discussão passa a ser centrada na dinâmica das fronteiras e suas implicações para o turismo, com uma proposta de categorização de tipos de turismo nas áreas de fronteiras. No terceiro capítulo, são discutidas algumas experiências de planejamento regional em áreas de fronteiras sob o enfoque do turismo. O quarto e quinto capítulos voltam-se para a Região Internacional de Corumbá em seus mais variados aspectos, como a localização, a formação natural e os usos sociais, com ênfase ao turismo. O quinto capítulo trata do desenvolvimento do turismo na região em suas diferentes modalidades com destaque para o turismo de pesca. O sexto capítulo indica as perspectivas para a consolidação formal de uma região turístico-fronteiriça integrada, sob a tutela do Estado, o que se entende ser o caminho mais plausível para o desenvolvimento regional desta fronteira. Isso valida a hipótese de que os problemas existentes no setor turístico de Corumbá passam pela construção de uma Região Internacional de Planejamento envolvendo Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez. Finalmente, são apresentadas algumas diretrizes para essa construção.

Palavras-chave: globalização, fronteira, turismo, planejamento.

ABSTRACT

This work is a theoretical-methodological contribution to the studies on regional tourism planning in border areas. The central focus of the research is the region of Corumbá, Mato Grosso do Sul state, on the Brazil-Bolivia border. The region of Corumbá has been recognized as a subspace of the global space, taking into consideration its historic and economic processes, as well as the nature of its physiography, the most remarkable feature of the regional identity. The approach to the study object in the theoretical-methodological field started out from a global conjuncture to the regional plan, in six chapters. The first chapter delineates a panorama of the period after the Second World War and its reflexes on globalization, the borders and tourism. In the second chapter, the axis of the discussion turns to the borders' dynamic movement from the second half of last century and especially to the implications on tourism, with the suggestion of a categorization of different kinds of tourism in border areas. The third chapter discusses some experiences of regional planning in border areas, with greater attention to the cases related to tourism. The fourth and the fifth chapters refer to Corumbá International Region, in its varied aspects, such as location, delimitation, natural formation and social uses, with emphasis on tourism. The fifth chapter deals with tourism development in the region in its different modalities, with greater emphasis on fishing. The sixth chapter is the last one. It indicates the perspectives for a formal consolidation of an integrated tourism-border region, under the control of the state, which is understood as the most plausible way for this border's regional development. This validates the hypothesis according to which the socioeconomic problems of Corumbá should be faced in terms of the construction of an international region for planning, involving Ladário, Puerto Quijarro and Puerto Suarez. Finally, some directions for this construction are presented.

Key-words: Globalization, border, tourism, planning.

RESUMEN

Esta pesquisa es una contribución teórico-metodológica a los estudios sobre la planificación regional del turismo en áreas de frontera, teniendo como enfoque principal la pesquisa de la región de Corumbá/MS, en la frontera de Brasil con Bolivia. La región de Corumbá, fue aprendida con un sub espacio del espacio global, llevando en consideración sus procesos histórico, econômico y la naturaleza fisiografica. El enfoque del objeto de estudio en campo teórico metodológico, parte de un conjunto global para el plan regional, presentado en seis capítulos. En el primer capitulo, fue presentado un panorama del período posterior a la Segunda Guerra Mundial y sus reflejos sobre la globalización y la actividad turística. En el segundo capitulo el eje de la discusión pasa ser centrado en la dinámica de fronteras y sus implicaciones para el turismo, con una propuesta de categorización de diferentes tipos de turismo en áreas de fronteras. En el tercer capitulo, fueran presentadas algunas experiencias de planificación regional en área de frontera, con enfoque al turismo. El cuarto y el quinto capitulo vuelve para la Región Internacional de Corumbá en sus más variados aspectos como la localización, la formación natural y los usos sociales, con énfasis al turismo. El quinto capitulo trata del desenvolvimiento del turismo en región con sus diferentes modalidades destacando el turismo de pesca. El sexto capitulo indica las perspectivas para la consolidación formal de una región turística fronteriza integrado sob tutela del Estado y que se entiende ser el camino más plausible para el desenvolvimiento regional desta frontera, lo que valida la hipótesis de que los problemas socio-económicos de Corumbá pasen por la construcción de una región internacional de planificación envolviendo Ladário, Puerto Quijarro, Puerto Suárez, bien como se presenta algunas diretrizes desta construcción.

Palabras-llave: Globalización, frontera, turismo y planificación.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
RESUMEN	viii
ÍNDICE	xi
ÍNDICE DE FIGURAS	xiv
ÍNDICE DE FOTOS	xv
ÍNDICE DE GRÁFICOS	xvii
ÍNDICE DE MAPAS	xix
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O PÓS-GUERRA E A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO TURÍSTICO GLOBALIZADO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA.	12
CAPÍTULO 2 – AS FRONTEIRAS E O TURISMO NO PÓS- GUERRA.....	42
CAPÍTULO 3 – PLANEJAMENTO REGIONAL DO TURISMO EM ÁREAS DE FRONTEIRAS	73

CAPÍTULO 4 – A REGIÃO TURÍSTICA FRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	118
CAPÍTULO 5 – AS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO E/OU INTEGRAÇÃO DA REGIÃO ATRAVÉS DOS TEMPOS: À GUIA DE CONCLUSÃO	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
BIBLIOGRAFIA	159
ANEXOS	175

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – O PÓS-GUERRA E A CONSTRUÇÃO DE UM CENÁRIO TURÍSTICO GLOBALIZADO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA.	12
1.1. Pós-Guerra, Guerra-Fria e Turismo	13
1.2. Pós-guerra, a questão ambiental e o turismo na perspectiva geográfica	20
1.3. Outros elementos para uma análise geográfica do turismo: o	

contexto da globalização	30
CAPÍTULO 2 – AS FRONTEIRAS E O TURISMO NO PÓS-GUERRA.....	42
2.1. Fronteiras e limites no mundo globalizado: da noção a metamorfose conceitual.....	43
2.2. Megabloco, integração fronteiriça e turismo	52
2.3. As especificidades do turismo em áreas fronteiriças e o turismo de fronteira.....	63
2.3.1. O Turismo pela fronteira	66
2.3.2. O Turismo na fronteira	67
2.3.3. O Turismo de fronteira	70
CAPÍTULO 3 – PLANEJAMENTO REGIONAL DO TURISMO EM ÁREAS DE FRONTEIRAS	73
3.1. (Re)visitando o conceito de região: as regiões de fronteira e o turismo	74
3.2. Algumas experiências brasileiras de planejamento regional em áreas de fronteiras	77
CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E A IDENTIDADE REGIONAL.....	92
4.1. A Região de Corumbá: localização, conurbação e identidade fisiográfica.....	93
4.2. A formação da região de Corumbá.....	100
4.3. A região no final do séc. XIX: a função militar	103
4.4. Da defesa territorial ao comércio	105
4.5. A pecuária no contexto regional	111

4.6. O início da integração Brasil-Bolívia no âmbito regional	113
4.7. A sociedade regional e suas inquietudes desenvolvimentistas: a mineração, a industrialização, a pecuária e o turismo.....	113
4.8. Na inércia industrial e na crise da pecuária: a abertura ao turismo .	117

CAPÍTULO 5 – A REGIÃO TURÍSTICA FRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ:

PROBLEMAS E PERSPECTIVAS	118
5.1. As políticas públicas e o turismo regional	120
5.2. A história do turismo na região de Corumbá	126
5.3. O turismo de pesca	126
5.4. O turismo no meio rural	139
5.5. O turismo de mochileiros ou “backpackers”	141
5.6. A panacéia da turistificação brasileira: o turismo de eventos e religioso na Região de Corumbá	142
5.7. O turismo nos municípios bolivianos	143
5.8. Excursionismo e turismo de compras na fronteira Brasil-Bolívia	144
5.9. Outras modalidades de turismo na província de German Busch – Bolívia	147

CAPÍTULO 6 - AS PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO E/OU INTEGRAÇÃO DA REGIÃO ATRAVÉS DOS TEMPOS: À GUIA DE CONCLUSÃO

Considerações finais	153
----------------------------	-----

BIBLIOGRAFIA	159
---------------------------	------------

ANEXOS	175
---------------------	------------

INDICE DE FIGURAS

Figura 01 – Principais áreas de conflitos no mundo	17
Figura 02 – A materialização de uma fronteira ideológica: o Muro de Berlim	20
Figura 03 – Conurbação tripartite: Brasil, Paraguai e Argentina	78
Figura 04 – Fronteira Brasil-Paraguai	82
Figura 05 – Conurbação fronteira da região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero	86
Figura 06 – Localização da Região Turística Internacional de Corumbá na América do Sul	94
Figura 07 – Região Turística Teórica de R. BOULLÓN	123
Figura 08 – Barco-hotel Kalipso: o maior barco de pesca esportiva do Pantanal	130
Figura 09 – “Paro Cívico” dos fronteiriços bolivianos: fechamento da fronteira para a circulação de veículos	151

ÍNDICE DE FOTOS

Foto 01 – Fronteira seca entre Ponta Porã/BR (ponto base da foto) e ao fundo a construção de um shopping no município de Pedro Juan Caballero/ PY.....	86
Foto 02 – Destaque para a diferença de legislação de trânsito entre Brasil e Paraguai: motociclistas sem capacete.....	87
Foto 03 – Táxi com identificação para o trânsito na região de Ponta Porã	88
Foto 04 – Um dos traços identitários da Região de Corumbá é a grande quantidade de formações flúvio-lacustres, como a Baía do Arroz	99
Foto 05 – Fazenda no Pantanal, desativada sazonalmente em decorrência da dinâmica hidrológica incidente na região de Corumbá/MS	99
Foto 06 – Forte de Coimbra: construção militar para combater navios paraguaios durante a chamada “Guerra do Paraguai”.....	104
Foto 07 – Estilo urbanístico e arquitetônico de Corumbá no início do séc. XX ..	106
Foto 08 – Rua Delamare, em Corumbá, e a secular arborização que ainda permanece no leito carroçável nos dias atuais	107
Foto 09 – Imóvel localizado em Ladário/MS remanescente do início do séc. XX	110
Foto 10 – Cabexi I, o primeiro barco – hotel de pesca fluvial do Pantanal	128

Foto 11 – Os turistas de pesca do Barco-Hotel Cabexi e a razão da grande demanda regional pelo turismo de pesca: a facilidade de captura do pescado	129
Foto 12 – Placa identificando a fundação do primeiro rancho de pesca (residência secundária) da região de Corumbá	136
Foto 13 – Condomínio de ranchos de pesca no Distrito de Albuquerque, região de Corumbá	137
Foto 14 – Hotel Resort El Pantanal	145
Foto 15 – Shopping Zona Franca Puerto Aguirre	147

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Evolução da população na Região Internacional de Corumbá	97
Gráfico 02 – Evolução do número de turistas de pesca na região de Corumbá .	130
Gráfico 03 – Quantidade de pescado em Kg capturado na BAP/MS entre o período de 1994 a 1999	133

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 01 – Rede urbana da Região Turística Internacional de Corumbá	96
Mapa 02 – Região Turística Internacional de Corumbá	125

INTRODUÇÃO

A importância deste trabalho reside na contribuição teórico-metodológica para o debate geográfico sobre as questões territoriais, como proposto no grupo de pesquisa sobre Planejamento Territorial do Turismo¹, cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) sob a coordenação geral do professor Dr. Eduardo Yázigi.

Para tanto, o trabalho enfoca a análise dos fatores que permeiam a (re)produção espacial do turismo em áreas de fronteiras e as regiões de planejamento, tendo como centro do enfoque a região de Corumbá/MS. Considerando a complexidade desta Região (de Corumbá) e a carência de estudos como este, torna-se evidente a necessidade dessa proposta, a qual poderá contribuir significativamente para um debate mais consistente junto aos atores envolvidos nesta atividade econômica, possibilitando, ainda, a proposta de ações para uma atuação mais efetiva do Estado no planejamento e gestão regional do turismo. Sobretudo pelo fato de que, em Mato Grosso do Sul, estudos científicos no campo da Geografia, em especial na Humana, ainda são poucos, sendo os existentes, na sua maioria, resultado de uma necessidade colocada aos docentes universitários como forma de ascensão funcional nas instituições das quais fazem parte. Seja pelas mais diversas razões, é fato que a maioria dos trabalhos de cunho geográfico, abordando o Estado de Mato Grosso do Sul, foram, e ainda são, realizados a partir de demandas acadêmicas.

Nesses trabalhos acadêmicos as produções tratam de vertentes diversificadas: do urbano ao rural e do industrial aos impactos sócio-ambientais, entre outros temas. Ainda mais escassos são os trabalhos direcionados para a análise geográfica do turismo e seus reflexos no Mato Grosso do Sul. Como exemplo, podemos citar pesquisas desenvolvidas por Armando Garms (1993), Edvaldo Moretti (2000), Álvaro Banducci Jr. (2002), entre outros poucos em nível de Doutorado.

Os cursos superiores de turismo que, nesse Estado, aumentaram consideravelmente nos últimos anos, partindo de seis para aproximadamente dezoito, em menos de uma década, participam significativamente na produção quantitativa de trabalhos em decorrência da obrigatoriedade que os graduandos

¹ Cf. <http://dgc.cnpq.br/buscaoperacional>, acessado em 21 de maio de 2005.

têm para a obtenção do diploma de bacharelado em Turismo. Pode-se, a título de exemplo, citar os trabalhos realizados por Joveci Marouf e Lenice M. de Jesus (2003); Pedro de Jesus e Sonia V. Zamlutti (2003); Márcia Petry e Laís Oliveira (2003); Wilson Neves e Érica Aragi (2003); Fátima Andrade (2003), dentre outros.

Existem consideráveis estudos acadêmicos enfocando o Pantanal e, embora em menor número sobre as fronteiras do Estado, podem subsidiar estudos mais avançados sobre a região fronteira de Corumbá e sua relação com o turismo. São mais comuns trabalhos que enfocam com bastante propriedade os aspectos históricos, faunísticos, florísticos, etc. Igualmente, foram envidados esforços significativos para a compreensão da gênese histórica que caracterizou a atual construção territorial desse estado, assim como é possível encontrar alguns poucos trabalhos sob o enfoque regionalista. Tanto quanto no Brasil, há, nesse Estado, uma reconhecida falta de estudos sobre a fronteira com a Bolívia, assim que há mais de duas décadas Omar de Barros Filho (1980) fez referência ao descrédito que os pesquisadores têm para com aquele país. Esta afirmação ainda hoje pode ser tomada como verdadeira, dado que raros são os trabalhos voltados a essa fronteira sob o enfoque regional que agregue os territórios do Brasil e da Bolívia, como o fez Tito Carlos Oliveira (1998) em sua obra *Uma Fronteira Para o Por do Sol*. Daí a grande dificuldade em se obter fontes secundárias a esse respeito.

No setor privado, observa-se a existência de pesquisas sobre o turismo, as quais têm sido direcionadas ao entendimento das variáveis mercadológicas, tais como a oferta de serviços, as variações da demanda turística e sobre o grau de satisfação do cliente ou similar, sem, no entanto, considerar o aspecto regionalista ou fronteiro.

Nos órgãos públicos, as pesquisas sobre o turismo buscam, com raras exceções, atender às exigências impostas pelos órgãos federais ou de instituições internacionais, para a concessão de recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de projetos como o Programa Pantanal² e o PCBAP³. Nesse

² Programa que tem como proposta atender demandas de saneamento, recuperação de áreas degradadas e dotação de infra-estrutura nos municípios localizados na planície pantaneira dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a ser desenvolvido com recursos federais e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), mas que até o momento não avançou além dos encaminhamentos iniciais.

setor, é preciso ressaltar que, não raro, os recursos a serem disponibilizados pelos órgãos financiadores apresentam datas pouco flexíveis à realização de diagnósticos e análises mais detalhadas, bem como de estudos de magnitude teórica, como se pressupõe nos estudos de natureza acadêmica. Nesses casos, percebe-se que têm sido utilizados, cada vez mais, os diagnósticos do tipo *cross section*⁴, os quais representam apenas um momento e local específicos e que, por esta razão, merecem cautela quanto à utilização dos dados dessa origem amostral para fins de planejamento territorial, regional ou urbano do turismo em áreas de fronteira.

É preciso reforçar que os trabalhos governamentais, de modo geral, ficaram limitados ao território brasileiro. Sabe-se que, apesar de o Estado ter que circunscrever suas ações ao seu território como limite de suas ações, normativas e constitucionais, vivemos cada vez mais sujeitos às inferências do mundo globalizado, onde o fluxo de bens, serviços e pessoas são crescentes entre territórios de diferentes países e que os estudos institucionais devem estar em consonância a essa lógica de produção espacial. Assim, as regiões fronteiriças configuram-se, na prática, como áreas de (re)construções portadoras de conteúdos que reclamam um tratamento teórico-metodológico nas mais variadas escalas e fundamentações.

Trabalhos de maior envergadura teórica sobre o turismo em áreas de fronteiras ainda são mais escassos e, de mesmo modo, bastante necessários até para suprir e complementar o pragmatismo que os poucos trabalhos governamentais têm dado a esse tema, principalmente os estudos direcionados ao entendimento sobre a dinâmica e os reflexos do fenômeno turismo associado a outros temas de enfrentamento, como a fronteira e a região. Aliás, a associação desses temas, todos de grande importância na atualidade, encontra reconhecidamente uma lacuna por preencher, em que a Geografia precisa estar mais atuante, até pela natureza epistemológica desta ciência, principalmente no Mato Grosso do Sul, como já foi mencionado, onde essa ciência apresenta um débito maior no que diz respeito ao conhecimento e análise dos processos de

³ Programa de Conservação da Bacia do Alto Paraguai.

⁴ Pesquisas que concentram os esforços de amostragem ou coleta de dados num curto intervalo de tempo.

(re)produção do espaço na porção mais ocidental deste estado, direcionados à área fronteira.

Dada a complexidade que os estudos desta natureza apresentam, faz-se necessário um esforço teórico-metodológico bastante amplo do pesquisador na definição e resolução do objeto de pesquisa, sob pena de se comprometer os objetivos pretendidos⁵. Isto se torna claro ao se tratar de um trabalho geográfico que, neste caso, propõe-se a entender a dinâmica do turismo e seus reflexos na (re)produção do espaço sobre uma parcela da realidade global, ora nomeada região turística de Corumbá-MS, até mesmo como algo imanente a uma inquietude própria a um geógrafo, como citado por Olga Tulik (1990:64):

“Ao contrário de outros especialistas cuja preocupação com o turismo está centralizada em aspectos específicos, como a natureza da oferta técnica, a estrutura institucional e operacional e as motivações, o geógrafo concentra seu interesse na expressão espacial deste fenômeno.”

Embora o conceito de espaço seja entendido como algo polêmico entre os estudiosos da ciência geográfica (MORAES, 1995; SANTOS, 1997), ainda assim o espaço é tomado como categoria de análise e objeto dessa ciência (MORAES, *Op. cit.*). Neste contexto, compreendo espaço como o resultado dos usos que a sociedade faz de seu território nas mais diversas formas de produção e organização interna a um dado Estado, bem como entre Estados que se avizinham co-participando na construção de uma territorialidade que se amplia pelo uso, extrapolando, por vezes, as limitações jurídicas próprias aos Estados Modernos.

Além desse aspecto, é necessário afirmar que a utilização da noção de “território” frente aos objetivos desta pesquisa só seria possível no âmbito do recorte regional mencionado por Milton Santos (1996), quando ele discorre sobre as contigüidades territoriais dos lugares vizinhos, as quais denomina

⁵ Neste trabalho, após as considerações feitas pela Banca do Exame de Qualificação, o objetivo principal ficou direcionado à análise da possibilidade de criação formal de uma região internacional de planejamento turístico entre os municípios de Corumbá, Ladário, Puerto Suarez e Puerto Quijarro, na fronteira Brasil-Bolívia.

horizontalidade. Horizontalidade que, no caso deste estudo, é marcada por uma identidade fisiográfica tomada por planaltos residuais que se apontam isoladamente, ou em conjunto, nas bordas de uma imensa planície de sedimentação, na qual se efetivou uma construção sócio-espacial que configurou uma conurbação de fronteira onde o turismo desponta como uma de suas tentativas de afirmação econômica.

A região de fronteira, percebida no e pelo turismo, leva em conta que a apreensão de uma dada realidade deve considerar as diferenças inerentes à configuração geográfica dos objetos e sua manifestação na paisagem, decorrentes da interação sociedade-natureza e ativadas por movimentos dialéticos entre os lugares - aqui colocados como subespaços – e o espaço mundial.

Esses subespaços, ao contraporem-se ao espaço mundial, adquirem formas-conteúdos que não podiam ser outras senão as decorrentes das interações entre seus elementos (homens, firmas, instituições, meio ecológico e infra-estrutura) e suas várias funções delegadas pelo sistema produtivo nacional e mundial, cuja compreensão necessita, segundo Milton Santos (1997), do estabelecimento de periodizações de funcionalidades que não se excluem por completo, permanecendo impregnadas nas paisagens e no espaço regional sob a forma de rugosidades.

Assim é a região internacional de Corumbá: um subespaço com feições atinentes às suas várias temporalidades sócio-econômicas, cujo esforço de delimitação regional parte de uma totalidade que pressupõe, de acordo com Sandra Lencioni (1999), um recorte que passa por uma construção mental a partir da definição do objeto a ser pesquisado.

Dessa maneira, neste trabalho, por se tratar de turismo em área de fronteira, ao considerar-se todas as opções de encaminhamento da unidade de análise da pesquisa, entendeu-se que a delimitação temporal, apesar de contemplar a formação regional como um processo histórico e sujeito às várias forças que conectam o lugar ao mundo, tem como preâmbulo de construção mental o período que remonta à Guerra do Paraguai, a partir do que foram realizadas tentativas de temporalização da economia regional. No entanto, dá-se maior ênfase ao que se entendeu como período de auge do turismo na região, a

partir do final dos anos 60 e início dos anos 70 do século passado, que se acredita ser a época mais expressiva para melhor contextualizar o fenômeno turismo como função, forma e conteúdo na produção do espaço regional.

Já no que diz respeito à delimitação espacial dessa região, optou-se pela metodologia de Eduardo Yázigi (2001a), na qual o referido autor além de propor atributos significativos de definição de uma região, devidamente hierarquizados por grau de estabilidade ou mobilidade, propõe a delimitação das regiões turísticas a partir de uma dada densidade de frequência, ocorrência de atrativos, equipamentos, infra-estruturas e da imagem que caracteriza o conjunto regional. Assim, em relação à região, foram discutidos uma série de aspectos correlatos ao tema proposto, sejam aspectos teóricos, como os de ordem global, sobre a fronteira e a região, sejam aspectos mais empíricos, como as características de formação da própria região no que concerne à sua construção espacial e sua caracterização natural e cultural como forma de diferenciá-la frente ao mundo globalizado.

Na perspectiva de melhor apreender o objeto desta pesquisa, este trabalho apresenta uma abordagem hipotética dedutiva, ou seja, parte de uma conjuntura global dos fatores que permearam o fenômeno turismo e a (re)construção das regiões de fronteira a partir do último século, em particular após a Segunda Guerra Mundial, tendo como premissa o encaminhamento do *check list* teórico-metodológico que favoreça o equacionamento de um problema verificado regionalmente: há uma crise instaurada no turismo de pesca que, segundo Edvaldo Moretti (2000) é a principal atividade turística das cidades de Corumbá e Ladário (Brasil), sendo este fato gerado por diversas razões (planejamento, gestão, legais, biológicas, etc.). É consenso também que nas cidades de Puerto Suarez e Puerto Quijarro (Bolívia) igualmente há uma crise no setor de turismo decorrente de mudanças na política cambial brasileira, fato que reduziu significativamente a visitação de turistas brasileiros nessas cidades bolivianas, colocando no ostracismo muitos dos equipamentos que foram edificados para atendimento da demanda turística de um passado recente. Outro problema verificado na região e que está ligado diretamente ao estudo ora proposto são os fechamentos da fronteira, pelos bolivianos, ao fluxo de cargas e à restrição parcial da passagem de pessoas (turistas) entre os territórios dos

municípios de Corumbá e Puerto Quijarro, afetando a fluidez necessária para muitas atividades e operações que circulam por essa fronteira.

Mediante tal problemática, se tomada em seu conjunto, decorre a necessidade de uma articulação investigativa em que emergem duas hipóteses⁶ enquanto solução, ainda que de forma bastante resumida, a citar:

1ª) a gestão do turismo na região de Corumbá passa pela construção de uma região internacional de planejamento envolvendo os quatro municípios desta fronteira.

2ª) a gestão do turismo na região de Corumbá implica uma formação territorial de planejamento abarcando apenas o município de Ladário.

Para essa tarefa, o plano de construção mental e argumentativo do objeto de pesquisa foi desenvolvido através de pesquisas quali-quantitativas, com forte ênfase à utilização de informações visuais (fotos e figuras) como forma de melhor caracterizar a identidade regional e a presença do turismo na paisagem e produção de um espaço regional. Assim, a presente tese ficou estruturada em seis capítulos, conforme descrito a seguir.

No primeiro capítulo, apresenta-se um panorama mundial geral, enfocando a questão do turismo, desde a segunda metade do século XX até os dias atuais. Assim, acontecimentos ocorridos no espaço mundial, como a Segunda Guerra Mundial, o Período Pós-Guerra, a Guerra-Fria, a Questão Ambiental e o fenômeno da Globalização serão relacionados com a mudança do conceito e da prática do Turismo no decorrer dos tempos. A análise da Questão do Turismo como um fenômeno de grande mobilidade e intensidade na produção do espaço geográfico mundial será realizada com a contribuição de conceituados teóricos da ciência geográfica e outras áreas afins.

A Segunda Guerra Mundial e o Período Pós-Guerra, que está compreendido entre o fim da Segunda Guerra e os dias atuais, trouxeram inúmeras transformações para a Humanidade nos mais variados setores, destacando-se o processo de regionalização mundial e das fronteiras, bem como o surgimento do turismo de massa, que se tornou objeto acessível a parcelas

⁶ A definição sobre o que seja uma hipótese e o entendimento de sua pertinência aos estudos desta tese guardam estreita semelhança com as propostas de M. MARCONI e E. LAKATOS (2003), SEVERINO (2002) E YÁZIGI (2005).

mais amplas de consumidores, incluindo as camadas mais populares, sem considerar entendimentos divergentes nesse sentido. Nessa ascensão do turismo no panorama mundial, há o mapeamento de algumas áreas sujeitas às catástrofes naturais, tais como as adversidades de furacões, maremotos, vulcões e terremotos, assim como dos conflitos bélicos e terroristas que podem constituir áreas de contingência ao fazer turístico .

Segue-se nesse capítulo com o estudo sobre o Período Pós-Guerra, numa abordagem dos fatos que marcaram essa fase no que se refere às possibilidades de (re)produção do espaço e as transformações paisagísticas e ambientais decorrentes desse processo, incluindo a discussão sobre turismo e meio ambiente. Apresenta-se ainda uma análise teórica das vertentes da Geografia, que ora incluem, ora excluem o Turismo como objeto de estudo dessa ciência.

Concluindo esse capítulo, aborda-se o Fenômeno da Globalização, a última fase do capitalismo mundial e as suas conseqüências para o turismo, analisado sob o ponto de vista da Geografia. Uma fase que, apesar de perversa em alguns aspectos, trouxe também mudanças em várias áreas que proporcionaram maior mobilidade e perspectivas de lazer em muitos países, estados e municípios, fortalecendo a atividade turística, devido ao fim do temor da Guerra Fria, à emergência da questão ambiental, ao avanço tecnológico, à conquista de direitos sociais e trabalhistas e à articulação entre os países no espaço mundial, com a formação de megablocos. Vale ressaltar que essa dinâmica influenciou significativamente o fluxo mundial de bens, de serviços e de pessoas, instaurando mudanças na funcionalidade das fronteiras.

Essa dinâmica é desenvolvida no 2º capítulo que teve como eixo central a discussão sobre as fronteiras. Primeiramente, realiza-se, um estudo teórico-metodológico sobre o conceito fronteira, assim como as diferenças e semelhanças com o conceito limite, segundo vários autores. Posteriormente, aborda-se a evolução do termo fronteira enquanto instrumento de delimitação territorial e a afirmação dos Estados Modernos, bem como a crise que esses estados têm passado com a dissolução das fronteiras clássicas, devido à globalização. Criaram-se, assim, aglutinações de ordem econômica entre grupos de nações de mesmo alinhamento ideológico. Nessa parte do trabalho, realiza-se

uma análise teórica-comparativa dos dois principais grupos de integração: a União Européia - UE, na Europa; e o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, na América do Sul, em suas trajetórias diplomáticas, históricas, políticas, jurídicas, econômicas e sociais.

O 2º capítulo aborda, também, as especificidades do turismo em áreas fronteiriças, com a apresentação de tipologias de fronteiras, de acordo com vários autores. Como proposta de avanço nesse debate, após essa revisão bibliográfica, elaborou-se uma proposta de categorização de fronteira associada ao turismo, visto que não há trabalhos que abordam sistematicamente esse assunto, tornando, assim, essa proposta inédita. Assim, entende-se que deve haver, ao menos três distinções: o turismo pela fronteira, o turismo na fronteira e o turismo de fronteira. O primeiro refere-se ao turismo em que a fronteira é somente o ponto de passagem para chegar ao local desejado. Já o turismo na fronteira refere-se às fronteiras que possuem atrativos em dois territórios nacionais, com uma paisagem homogênea, mas que não é apropriada para a implantação de produtos e roteiros turísticos por vários motivos. Já na categoria denominada de turismo de fronteira, apesar das semelhanças com as duas tipologias anteriores, há uma distribuição natural dos elementos fisiográficos (Andes, Amazônia e Pantanal) e dos aspectos humanos, entre outros, por uma fronteira que é parte indissociável do destino de visitação e, por isto, configura-se numa região de planejamento turístico internacional.

Segue-se com o terceiro capítulo cujo tema é região. Num primeiro momento, há discussões de ordem conceitual sobre o termo. Posteriormente, apresentam-se algumas regiões brasileiras com experiências em planejamento regional em áreas de fronteira, como a cidade de Santana do Livramento, no Estado do Rio Grande do Sul, Brasil com a cidade de Rivera, do país vizinho Uruguai; as cidades de Foz do Iguaçu, no Estado do Paraná, Brasil com Ciudad Del Este, no Paraguai e Puerto Iguazú, na Argentina; o Circuito Internacional das Missões Jesuíticas Guarani, que se constitui o primeiro roteiro turístico do Mercosul, incluindo a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e o Brasil. Por fim, enfocam-se as regiões fronteiriças no Estado do Mato Grosso do Sul, com o detalhamento da fronteira de Ponta Porã, com a cidade de Pedro Juan Cabellero, no Paraguai, tratando de aspectos gerais sobre essas regiões turísticas de

fronteiras nas mais diversas áreas, como na educação, na saúde, no transporte, no comércio e no turismo.

No quarto capítulo, caracteriza-se a Região Internacional de Corumbá, formada pelas cidades de Corumbá e Ladário, no Brasil, e as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia, região de estudo desta tese. Esta caracterização envolve aspectos geográficos, históricos, sociais e, sobretudo, econômicos específicos da região, visto que o estudo desses aspectos é de fundamental relevância para o conhecimento da região e a formação da identidade regional.

Primeiramente, faz-se uma abordagem de estudos realizados por pesquisadores sobre a região. Em seguida, faz-se a apresentação da origem, formação e consolidação da região. Toda essa apresentação está permeada pela abordagem teórico-metodológica das temporalidades funcionais, desde a origem da região, que foi de cunho militar, no final do século XIX até os dias atuais, com a culminância do turismo.

O quinto capítulo trata da atividade turística regional, destacando as várias possibilidades turísticas que a região oferece. Apresentam-se, primeiramente, as tentativas de incentivar o turismo por meio de ações governamentais em vários momentos históricos, analisando-se essas ações. Posteriormente, destacam-se as principais atividades turísticas, como a pesca, o turismo no meio rural, o turismo de mochileiros, o turismo religioso e de eventos, o excursionismo e o turismo de compras, etc.

O sexto e último capítulo aponta um direcionamento para as perspectivas de integração entre os dois países, apresentando uma análise dos problemas que tem comprometido a integração no âmbito regional, assim como de algumas diretrizes consideradas como fundamentais para o aprimoramento das relações fronteiriças na região de Corumbá de forma planejada da atividade turística.

**CAPÍTULO 1 – O PÓS-GUERRA E A CONTRUÇÃO DE UM CENÁRIO
TURÍSTICO GLOBALIZADO: UMA LEITURA GEOGRÁFICA.**

Este capítulo apresenta um panorama sobre a evolução do turismo no período posterior à Segunda Grande Guerra; procura contribuir teoricamente para o debate e o entendimento acerca das mudanças ocorridas nessa atividade a partir da segunda metade do séc. XX, estabelecendo relações e correlações entre o turismo de massa e esse grande conflito mundial, assim como para com outras questões de grande expressividade mundial, a exemplo da Guerra Fria, a Questão Ambiental e o Fenômeno da Globalização. Tudo isso será analisado conjuntamente a uma crítica sobre os dilemas da ciência geográfica frente à percepção e apropriação desses temas como objeto de estudo, direcionando-se principalmente ao turismo, por entendê-lo como um fenômeno de grande mobilidade e intensidade na produção e reprodução do espaço geográfico mundial.

1.1 Pós-Guerra, Guerra-Fria e Turismo.

A Segunda Grande Guerra foi, indubitavelmente, um marco inquestionável na Geografia mundial pela forma com que se deu a (re)produção do espaço global no período posterior a esse grande evento, ao qual Milton Santos (1997) chamou de período tecnológico, que difere dos outros períodos da humanidade pela sua forma de mobilidade e expansão no espaço mundial, tendo seu início com o fim da Segunda Guerra Mundial. Referindo-se a esse período, Milton Santos (1997: 28) ressalta que:

“Por meio das comunicações o período afeta a humanidade inteira e todas as áreas da terra. Espaços que escapam temporariamente às forças dominantes são raros nesta fase da história. As novas técnicas, principalmente aquelas para processar e explorar inovações, trazem, como nunca antes, a possibilidade de difusão geográfica de atividades.”

Com a Segunda Guerra Mundial ocorreu a quase destruição de importantes cidades da Europa, que passam a necessitar literalmente de uma

reconstrução, assim como de rearticulação no contexto do sistema produtivo mundial por conta do deslocamento do centro geopolítico da Europa para a bipolaridade que passou a existir entre os Estados Unidos e a União Soviética. Esse novo arranjo de forças entre os Estados Unidos e a União Soviética assim permaneceu até a década de 90, dando lugar, a partir de então, à multipolaridade no arranjo do espaço mundial sob a égide da globalização, com destaque para a supremacia dos EUA.

Não se pode desconsiderar que, à parte dos catastróficos efeitos dessa guerra, conforme mencionado por Cristovam Buarque (1993), as demandas beligerantes forçaram os países envolvidos no conflito a uma busca desenfreada de superação tecnológica, não somente para diferenciá-los dos seus opositores, como também dos seus parceiros, nos mais variados setores, tais como saúde, educação, comunicação, transporte, etc.

Essas transformações produziram efeitos sobre atividades como o turismo, a ponto de transformar tal atividade que, no Pós-guerra, segundo Marc Boyer (2003), de prática majoritariamente de elite, passa a ser objeto de consumo acessível a parcelas mais amplas de consumidores.

Como sugere Mário Beni (2003), esse período foi marcado por um processo de internacionalização que, sem dúvida, provocou uma expansão do capitalismo mundial de tal modo que o turista vira o incansável viajante procurando não somente semelhanças, como também diferenças culturais.

O consumo dos lugares mundiais como produto e a possibilidade do fazer turístico, até então reservados aos ricos, chegam às camadas mais populares de consumidores. Iná Castro (2002:131) reforça essa visão ao tecer as seguintes considerações:

“De atividade exclusiva das elites, ele [turismo] tem se transformado rapidamente em possibilidade para um número crescente de pessoas de classes sociais menos abastadas. A expansão da atividade [turística] decorre, portanto, do acesso da massa trabalhadora, especialmente nos países centrais, aos recursos que nas últimas décadas têm sido colocados à sua disposição. Esses recursos são de dois tipos: crescimento da massa salarial e tempo livre remunerado, como férias e aposentadoria, e políticas

de investimentos em infra-estruturas de lazer e avanço na tecnologia de transporte, entre eles o aéreo, que tem possibilitado o barateamento das viagens.”

Nessa perspectiva, apesar das tecnologias do Pós-Guerra terem sido desdobradas e utilizadas mais intensamente na estruturação e manutenção da corrida bélica pelos sistemas antagônicos, marcadamente com mais intensidade até a queda do Muro de Berlim⁷, seus resíduos tecnológicos, conforme já foi mencionado, evoluíram e foram incorporados, em maior ou menor escala, aos diversos segmentos produtivos.

Isso proporcionou reflexos positivos também sobre a qualidade de vida nos países ricos e de alguns emergentes, como o Brasil, respeitando-se, obviamente, uma gradação de repasse tecnológico condizente com a hierarquia de desenvolvimento dentro da relação centro-periferia.

É o caso de regiões fronteiriças periféricas que, nesse bojo, receberam sucata tecnológica do setor de transporte, como na região de Corumbá, onde ainda na década de quarenta passa a ser construída a Ferrovia Mista Brasil-Bolívia.

Entretanto, do mesmo modo que houve o repasse de tecnologias, também ocorreu o repasse de armas aos países periféricos contemplados pelos sistemas vigentes, o que significou um contraponto aos avanços tecnológicos do Pós-Guerra e sobre o fazer turístico mundial, na medida em que proliferou o número de conflitos em várias partes do mundo. Sobre isso, José W. Vesentini (1992: 70) expõe o seguinte:

“(...) a corrida armamentista ultrapassa as duas superpotências e atinge quase todos os países. (...) Isso significa que há um crescente acúmulo de armas poderosas (às vezes até bombas atômicas) em outras nações, mesmo algumas de Terceiro Mundo, onde as guerras locais (entre nações ou internas) são freqüentes. Só nas últimas décadas, de 1945 até 1985, ocorreram quase 150 guerras locais.”

⁷ Embora o “muro de Berlim” tenha sido derrubado em novembro de 1989, a “corrida bélica” não pode ser vinculada apenas à data de ocorrência desse fato, mas sim à dinâmica, complexidade e repercussões históricas e geográficas decorrentes desse processo.

Não há como negar a crescente irradiação beligerante pela qual tem passado o mundo contemporâneo, pelas mais variadas razões (econômicas, territoriais, étnicas, religiosas) e, igualmente, que isto tem provocado reflexos cerceadores à plena condição do ir e vir mundial.

Esse panorama pode ficar mais excludente se for considerada a inserção de áreas que estão sujeitas às catástrofes naturais, tais como furacões, maremotos, vulcões, terremotos, etc.

Essa situação, segundo Tito Carlos⁸, poderia mesmo gerar um mapa-múndi dos lugares não recomendados turisticamente, reforçando uma exclusão já anunciada, por diversas razões, por outros autores, dentre eles Rita de Cássia Cruz é um exemplo (1999:16), que faz a seguinte observação:

“Apesar da expansão territorial da atividade turística e da mobilidade espacial de turistas (propiciada pelo progresso dos transportes), há inúmeros lugares do mundo que não foram apropriados pelo turismo. Uma certa seletividade espacial orienta a eleição, pelo turismo, de determinados pontos do território, em cada momento histórico.”

Assim, é possível que a seletividade dos lugares turísticos possa se dar, em função das condições para a realização da prática turística, mas também por seletividades estabelecidas por outros fatores de ordem natural ou sócio-econômica que sugerem a existência de ao menos dois planos que merecem cautela na eleição de lugares para as práticas e fluxos turísticos.

Num primeiro plano, podem ser incluídas as áreas sujeitas a ocorrências de terremotos e vulcões, conhecida mundialmente como Círculo do Fogo (anexo 01); áreas onde ocorrem furacões, maremotos e outros problemas de ordem natural, a exemplo do furacão Katrina (anexo 02) e do furacão Charley que assolou a costa de Cuba com ventos de até 165 Km/h, obrigando ao funcionamento de um plano preventivo para a retirada de aproximadamente 200 mil pessoas naquele país no ano de 2004. Nessa ocasião, esse fenômeno

⁸ Prof. Dr. Tito Carlos, por ocasião do exame de qualificação deste trabalho em novembro de 2003.

também atingiu a Flórida, onde mobilizou mais de 800 mil pessoas. Outros exemplos são ilustrativos, tais como a manifestação e passagem do tufão Ranim pela China e o efeito Tsunami, que vitimou milhares de turistas, entre outros casos.

Tratando-se do segundo plano, também podem ser incluídos lugares onde têm crescido as adversidades ao fazer turístico em decorrência de conflitos bélicos e atividades terroristas ainda existentes em áreas urbanas ou rurais, sendo que somente na última década do séc. XX e início do séc. XXI ocorreram, pelo menos 15 conflitos, como demonstra a figura abaixo.

Figura 01 - Principais áreas de conflitos no mundo

Adaptado de Microsoft Excel (2005)

Ainda a esse respeito, e mais enfaticamente sobre as atividades terroristas que se instauram em áreas de potencial turístico, Mário Beni (2003: 66), comenta o seguinte:

“As empresas de turismo devem também preparar-se para um prolongamento da atividade terrorista, associada a uma causa mais ampla, que pode continuar a longo prazo com atos intermitentes ou contínuos, ampliando os temores e reforçando a imagem negativa e excludente para viagens que algumas destinações já possuem como Israel, Irlanda do Norte, Irã, Iraque, Paquistão, Caxemira, na Índia, Egito, Camboja, Argélia e Colômbia.”

Um contraponto às espacializações acima mencionadas tem sido evidenciado nos últimos anos, sugerindo um terceiro plano de mobilidade ao fluxo turístico internacional. Neste novo plano [se assim for cabível tal afirmação], podem ser incluídas algumas áreas com tendência de crescimento atual, favorecidas não somente pela redução na ocorrência dos fatores de risco, como pela riqueza de atrativos culturais, naturais, artificiais, os quais muitas vezes encontram-se em produtos e destinos ainda por completar sua “lapidação”. Portanto, é conveniente persistir na leitura de Mário Beni (2003:25/26), que aponta as seguintes considerações:

“O passado recente (entre 1980 e 2000) mostra que, quando os africanos entenderam que o turismo era o único meio de saírem de sua pobreza desesperadora, começaram a construir enormes hotéis de concreto nas praias do Quênia e da África do Sul, entre outras. Durante algum tempo, inúmeros vôos charter saíram da Alemanha e da Itália. Turistas que queriam ver leões, como também comerem chucrute e desfrutarem os confortos de seus lares (...) Isso já aconteceu e um novo tipo de viagem está em voga, assinalando uma tendência que se firma cada vez mais e que parece antecipar uma nova era para o turismo. Turistas mais sensatos estão deixando os decepcionantes lugares badalados e de prestígio europeus para viverem experiências mais autênticas, como andar a cavalo pela floresta. (...) À noite, acotovelados em torno de uma fogueira, depois de um jantar típico (...) ouvem os nativos contarem histórias antigas. Essa experiência é oferecida não por uma operadora internacional, mas por uma pequena firma local. A renda obtida permite

pagar aos guias de turismo duas vezes e meia mais que o salário médio local. No Brasil, observam-se também ricas experiências nos eco-hotéis da Amazônia, nas pousadas flutuantes do Pantanal e nos roteiros étnico-culturais da Serra Gaúcha.”

Nessa situação, como mostra o autor, é possível constatar que determinadas áreas mundiais, outrora relegadas, encontram-se em franca expansão turística nas últimas décadas do século XX. Ou ainda com forte tendência de crescimento desses mercados para regiões inseridas nos grandes domínios paisagísticos do globo, tais como a Patagônia, Andes, Amazônia e Pantanal, onde a região de Corumbá apresenta grande potencialidade e com expressividade territorial neste ecossistema.

Todavia, é fato que em muitas dessas áreas, atualmente refutadas pela atividade turística por circunstâncias não naturais, há uma herança do Pós-Guerra e da Guerra Fria, principalmente da Guerra Fria, que provocou temidas repercussões⁹ mundiais, chegando mesmo a apresentar, na bipolaridade espacial dos sistemas ideológicos e produtivos, um forte conteúdo territorialista, a julgar pelo enfrentamento da OTAN *versus* Pacto de Varsóvia, COMECOM *versus* PLANO MARSHAL e a Doutrina Truman com a Cortina de Ferro.¹⁰

Enfatizando a questão, entende-se que o acirramento da dualidade ideológica do pós-guerra tornou latente um sentido de “ser e estar contido” que, ao mesmo tempo, e contraditoriamente, significava a pertinência a um dado sistema político, econômico e ideológico, como também o seu oposto, representando o não pertencimento, a exclusão, o oposto, e outras situações que se traduziram pragmaticamente numa grande fronteira ideológica, às vezes materializada, como o Muro de Berlim, construído entre os dois modos de vida distintos: capitalismo e socialismo, conforme demonstra a figura 02.

⁹ Como a de um possível “holocausto plutônico” e que felizmente não chegou a ocorrer.

¹⁰ OTAN e Pacto de Varsóvia foram articulações de defesa militar próprias aos grupos capitalistas e socialistas, tanto quanto COMECOM e Plano Marshal foram acordos de ajuda econômica e a Doutrina Truman e Cortina de Ferro foram terminologias aplicadas ao separatismo ideológico mundial do período de Guerra Fria.

Figura 02 – A materialização de uma fronteira ideológica: o Muro de Berlim.

Fonte: Elian A. Lucci, 1999, p 41.

1.2. Pós-guerra, a questão ambiental e o turismo na perspectiva geográfica

Como já exposto anteriormente, o período Pós-Guerra¹¹ é de grande importância à compreensão do espaço mundial, haja vista suas implicações no que concerne à (re)articulação dos países (ideológica, tecnológica, permeabilidade ou impermeabilidade das fronteiras, etc.), bem como pelo surgimento do turismo de massa. Tais fatos marcaram profundamente esse período no que concerne às possibilidades humanas de (re)produção do espaço e as transformações paisagísticas e ambientais daí decorrentes.

O período Pós-Guerra foi, e ainda continua sendo, representativo de um tempo, em que a busca do desenvolvimento econômico a qualquer preço trouxe grandes alterações para a humanidade, em todos os sentidos. Essa postura

desenvolvimentista, acirrada pelo antagonismo dos sistemas, desencadeou, progressivamente, exaustivas demandas energéticas e de recursos minerais até então desconhecidas nos autos de nossa história¹².

O Pós-Guerra passa a ser um tempo no qual a (re)construção do espaço mundial, sobretudo das nações centrais, é marcada pelo surgimento e agravamento de variadas formas e intensidades de problemas ambientais: chuva ácida, efeito estufa, desertificação, etc. (SCHINKE, 1986; SCARLATO & PONTIN, 1992; MARTINE, 1993).

Esses problemas, em certos casos, foram comprometendo atrativos naturais e históricos de potencial para o lazer e o turismo, tais como os monumentos barrocos de Ouro Preto, a Floresta Negra na Alemanha, a Mata Atlântica próxima a Cubatão, etc.

É um tempo marcado por contradições nas relações sociedade-natureza, dado que os processos produtivos, apontados por Henri Lefebvre (1991) como propiciadores do tempo livre (voltado para o lazer) para o turismo, são os mesmos que engendraram o revigoramento dos mecanismos de consumo que tem ocasionado mudanças substanciais na natureza para dar suporte a essas demandas globais. Esta situação ainda tem permanecido obscura e ambígua por parte da modernidade produtiva, a qual se propõe, entre tantas coisas, a ser criadora de tecnologias ambientais.

Trata-se de um período em que a preocupação dos sistemas ideológicos e produtivos quanto à questão ambiental foi insignificante. Apesar disto [e por isto], foi o tempo do despertar mundial nos países centrais, e em alguns emergentes, para a degradação ambiental resultante da busca de crescimento a qualquer custo, bem como pela produção da energia atômica e suas congêneres (VESENTINI, *Op. cit.*).

Surgiram expressões como “cogumelo atômico”, “day after” e “nuclear winter”, entre outras, as quais significavam, ainda que de forma alarmista, reclames mundiais de determinadas sociedades mais democratizadas que acenavam para o temor quanto ao risco latente de comprometimento das

¹¹ Compreendido entre o fim da Segunda Guerra Mundial e os dias atuais.

¹² Sobre isso é conveniente lembrar que, segundo José W. Vesentini (1992), não houve distinção acentuada entre países de economia planificada e os de mercado.

condições de vida na terra por radioatividade atômica (MENDONÇA, 1993; JAMES, 1995).

Seja para a utilização com fins pacíficos ou bélicos, as energias características da Terceira Revolução Industrial ainda têm inquietado o sistema-mundo, mais que pelo seu significado energético. Tal inquietude dá-se pela possibilidade de haver o comprometimento, de uma só vez, de parcelas significativas do globo que podem ser utilizadas para diversos fins produtivos (MOSER, 1992; WALDMAN, 1992). Nisso pode ser incluída a inviabilização de extensas áreas para o desenvolvimento do turismo, a exemplo do que ocorreu nos territórios atingidos pelo vazamento de Chernobyl, incidente que contaminou regiões de vários países europeus e representou, em certa medida, um aumento na abrangência de lugares não recomendados à visitação turística.

Nesse paradoxo evolutivo do Pós-guerra, seja nos conflitos gerados pela existência de modos de produção e consumo distintos como o capitalismo e o socialismo, seja pelo contra-senso entre o crescimento econômico e seus impactos na qualidade do meio¹³, movimentos ambientalistas¹⁴ embrenharam-se na tentativa declarada de divulgar tanto os indesejáveis e crescentes problemas ambientais que ocorreriam face à continuidade da insaciável demanda produtiva do Pós-guerra¹⁵, quanto à necessidade de se resguardar as condições de habitabilidade do globo terrestre (JAMES, *Op. cit.*)¹⁶.

¹³ A esse respeito sugere-se a leitura de Ecologia e Sociedade (SILVA, 1978) e Processos Interativos Homem-Meio Ambiente (DREW, 1994), entre outras obras.

¹⁴ Para muitos, os objetivos desses movimentos não são tão claramente vinculados à questão ambiental, conforme disposto no polêmico livro “A Máfia Verde”, entre outras obras. Particularmente, acredito que, apesar desse obscurantismo apregoado às ONGs ambientalistas, muitas têm dado contribuição para a manutenção de ecossistemas ameaçados em vários países, além de pressionar seus governantes para a adoção de políticas públicas que contemplem preocupações de ordem sócio-ambiental.

¹⁵ Ao que parece, a atuação das ONGs ambientalistas foi mais forte no sistema capitalista porque, apesar de todas as suas mazelas sociais e econômicas e da atuação de governos ditatoriais em boa parte dos países subdesenvolvidos no século XX, esse sistema ainda esteve mais aberto para a ocorrência de manifestações sociais e políticas quando comparado ao sistema socialista.

¹⁶ Na região de Corumbá, esse debate tem sido acirrado na última década, sendo contestados pelos ambientalistas as pretensões de intensificação do principal rio que corta o Pantanal como hidrovia para o transporte de recursos minerais desta região, bem como pela intenção governamental do Estado de Mato Grosso do Sul em rever sua

Nesse bojo (capitalismo *versus* socialismo), as preocupações com a utilização da energia nuclear ficaram ainda mais fortes ao iniciar a crise do sistema socialista e em sua posterior “dissolução”. Os desdobramentos desses eventos deixavam uma incógnita quanto aos possíveis rumos a serem dados aos produtos e tecnologias da matriz energética nuclear. Por essa razão cresceu o número de ONGs engajadas no movimento ecológico que se propagou nas últimas décadas do século XX, conforme aponta José W. Vesentini (1992: 32):

“(...) os movimentos ecológicos (no plural, devido à sua já referida diversidade) cresceram enormemente na década de 70 – e se redefiniram e se institucionalizaram mais na década de 80 – devido (além da ampliação da própria “consciência ecológica”) em grande parte a duas crises simultâneas: a crise do marxismo (...) e a desilusão com o socialismo real.”

Assim, a temática ambiental é revivificada com novos desdobramentos, destaques e protestos que, apesar de acentuados com a crise dos sistemas, como mencionou VESENTINI (*Op. cit.*), iniciaram-se ainda no auge da dualidade ideológica, coincidentemente com os movimentos de contracultura em *Woodstock*, nos anos sessenta do século XX.

Por essa razão, os movimentos ambientalistas passaram a valorizar alternativas de vida mais desvinculadas do progresso urbano, em que o bem estar teria uma necessária vinculação ao contato com os “ambientes verdes”.

Por certo, essas propostas ambientalistas corroboraram para o surgimento e fortalecimento de um turismo mais voltado para lugares com menor grau de antropização. A partir daí, é compreensível a gama de tendências, denominações ou modismos, como “turismo ecológico”, “ecoturismo”, “turismo de natureza”, “turismo rural”, “turismo ecoarqueológico”, etc. Assim, essas modalidades de turismo teriam, para muitos, suas origens profundamente enraizadas numa filosofia de vida adotada por conservacionistas e ambientalistas (WEARING & NEIL, 2001).

Outro aspecto peculiar nessas alternativas de turismo é a utilização das mesmas como símbolo carente de significado aos que inadvertidamente se apropriam delas. Essas denominações foram e são, por vezes, utilizadas como mera intenção promocional e não como proposta de conteúdo condizente com a carga semântica do termo no seu aspecto prático.

Dessa forma, segundo David Fennell (2002), aquilo que iniciou como um conceito desenhado por ecologistas para evitar a destruição do meio ambiente, tornou-se o marketing para alguns empreendedores do turismo. Ou seja, o sistema capitalista aproximou-se oportunamente e com bastante rapidez das bandeiras, simbologias e termos dos movimentos ambientalistas, inclusive pelo e no turismo de maneira que atualmente várias ONGs têm defendido o ecoturismo como bandeira de desenvolvimento social e econômico para muitos países subdesenvolvidos, como já está sendo feito pelas ONGs WWF e Hombres y Naturaleza nas cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia.

Nessa conjuntura, apresenta-se uma nova dinâmica na segmentação de mercados e destinos para a atividade turística. Inclui-se, a partir disso, maior número de locais até então hostilizados, ou “selvagens”, como opções de visita para o turismo de elite.

As regiões subdesenvolvidas, ou mesmo aquelas em desenvolvimento, como as Savanas da África, Amazônia e Pantanal¹⁷, no Brasil, passam a ser revisitadas sob uma nova ótica e prática. Lugares até então buscados majoritariamente para um turismo predatório, cujo lazer principal se constituía na captura ou abate de animais silvestres, biopirataria, etc, ganham gradativamente nova intencionalidade como objeto de consumo turístico.

Nesta perspectiva de análise, o movimento de *Woodstock*, pelo que representou esse evento nos idos de 60 do século XX, tanto quanto por sua divulgação como modelo alternativo de vida, certamente não foi o fator decisivo, mas, certamente, contribuiu para uma nova espacialização do turismo mundial. A partir de então, novos temas, lugares e consumidores passam a ter maior evidência no cenário mundial.

¹⁷ O município de Corumbá é o que tem a maior extensão territorial desse ecossistema.

Nos países centrais, pessoas ávidas em conhecer a diversidade étnica, cultural, histórica, física e biológica, partem em direção às mais distintas localizações do plano global.

Deste modo, as décadas posteriores ao evento de *Woodstock* foram marcadas pelo surgimento das chamadas “comunidades alternativas” e, igualmente, pela maior expressividade de formas alternativas de turismo, como o que hoje se costuma denominar “turismo de mochileiros” ou “turismo de backpacker”. Esse tipo ou modalidade de turismo constitui um segmento de mercado caracterizado por sua auto-organização que, diferentemente do turismo de massa, procura lugares pouco freqüentados pelo turismo de elite, assim como alojamento em pequenos hotéis e pousadas, beneficiando micro-empresários do setor, além de não excluir outras alternativas de turismo¹⁸.

A respeito desse período, ora denominado de ambientalista e *pós-Woodstock*, Mário Beni (*Op cit*: 21), ainda que não se referindo a essa temporalidade, faz a seguinte alusão sobre o turismo nos anos posteriores à década de 70:

“Quase dois terços das zonas geoturísticas receptoras internacionais do turismo internacional localizam-se na Europa (...). Mesmo assim, não se pode negar a tendência do turismo à mundialização, notadamente a partir da década de 1970, quando passou a haver uma diversificação distinta dos destinos turísticos mundiais. Tal diversificação está relacionada tanto às novas formas de oferta dos produtos turísticos tradicionais, como é o caso do turismo sol-praia e do turismo de circuitos e roteiros, quanto à emergência dos chamados turismos alternativos: ecoturismo, turismo de aventura, turismo no meio rural (...).”

A partir de então, a prática do turismo altera-se com relação às possibilidades e às espacialidades, apresentando acentuado crescimento até por conta de sua estreita ligação com o desenvolvimento sócio-econômico, como já foi mencionado anteriormente. A evolução da atividade buscando escala de produção, número de demanda, oferta, etc., fez com que muitos passassem a

¹⁸ Cf. www.uol.com.br/mochilabrasil/backpaker acessado em 13/11/2004.

denominá-la de “indústria do turismo”¹⁹, como sugerido por Álvaro Banducci Jr. & Margarita Barreto (2001), ou “fenômeno do turismo”, como preferem outros.

Conforme já foi mencionado, esse “novo” fazer turístico, de forte apelo ambientalista, extrapolou as dimensões abarcadas pelo turismo de elite. Incluiu, paulatinamente, atrativos naturais, para o que demandou a preparação e a comercialização de ambientes com menor grau de antropização sob a forma de produto turístico, dentro da perspectiva de mundo sob a ótica banalizada do termo ecológico. A complexidade desse tema é observada por Olga Tulik (1990: 64):

“A questão ambiental, transformada em modismos nas últimas décadas, tem suscitado mais polêmicas e manifestações, muitas vezes de cunho político e ideológico, do que análise e reflexão. É indiscutível, porém, que existe uma relação muito estreita entre turismo e meio ambiente, que pode ser percebida no decorrer de todo o processo turístico, desde as razões da saída (entre as quais a qualidade do clima, os atrativos do sítio e a originalidade de certos atributos) até a transformação do núcleo receptor.”

A autora ainda ressalva que a atual noção de meio ambiente extrapola os elementos bióticos e abióticos, contemplando também as condições sócio-econômicas e culturais de um dado núcleo receptor. Esses aspectos são importantes para o desenvolvimento dos destinos turísticos e podem servir de base a possíveis resistências locais à globalização.

Trata-se, com ressalvas, de um quadro que contribuiu para a construção de um novo paradigma que, até os dias atuais, tem sido objeto de adesão de diversas vertentes técnicas, políticas, acadêmicas e populares, ao menos no campo do discurso: o desenvolvimento sustentável.

Esse paradigma da sustentabilidade, irradiando suas ondas sobre vários setores (políticos ou acadêmicos, técnicos ou teóricos), encontrou grande ressonância na ciência geográfica e sua leitura do turismo no que concerne aos

¹⁹ Embora em desuso no meio técnico e acadêmico por apresentar problemas conceituais, a terminologia “indústria do turismo” ainda tem sido utilizada por setores alheios a discussões teóricas a esse respeito.

“estudos das condições ambientais”, sobre o que Álvaro Banducci JR. & Margarita Barreto (2001:10/11) teceram as seguintes considerações:

“A Geografia começou seus estudos partindo de um enfoque menos otimista do que a economia, alertando sobre os problemas que o excesso de habitantes trazia ao meio ambiente natural e humano, na medida em que territórios eram desmatados para a construção de resorts, ou rios eram represados para a prática de esportes náuticos.”

Essas posturas metodológicas distintas, apesar de suas importantes contribuições ao estudo das paisagens, reforçam a dicotomia presente na ciência geográfica (MENDONÇA, 1989), bem como tem criado, do ponto de vista pragmatista, uma nova vertente de enfrentamento entre essa ciência e setores organizados do turismo, conforme exposto por Álvaro Banducci e Magarita Barreto (2001: 10):

“O chamado “trade turístico”, o conjunto de empresas que comercializam o produto turístico, não apóia os estudos científicos de turismo provenientes da geografia e da antropologia dado que eles evidenciam a forma irresponsável como alguns empresários de turismo vêm tratando o meio ambiente natural e cultural assim como explorando economicamente os turistas – não raro por meio de propaganda enganosa e superfaturamento dos serviços.”

Sabemos que, atualmente, apesar de a Geografia guardar em sua origem uma proposta pretensamente holística quanto ao objeto de estudo, o espaço geográfico, a perspectiva una de abordagem sintetizadora das interações sociedade-natureza mostrou-se comprometida já na formação de seus princípios fundamentais (MENDONÇA, 1989; VESENTINI, 1992; MENDONÇA, 1993; MORAES, 1995).

Daí a fragmentação, a fragilidade e até mesmo a recusa de vertentes dessa ciência em perceber o turismo como objeto de estudo, já que a Geografia,

do ponto de vista teórico-metodológico, ora se mostra com forte nuance empírica, ora se mostra excessivamente no campo do discurso (PAIXAO & POLLERO, 2002).

Os conflitos internos da Geografia têm origem bastante antiga, especialmente a partir da influência das teorias de Lamarck, Darwin e Haeckel sobre os primeiros geógrafos da Escola Geográfica Alemã. Um exemplo disso é a proposta determinista de Ratzel, ainda hoje considerada por “desenvolvimentistas”, dentre os quais incluem-se alguns profissionais da Geografia. Alguns geógrafos têm alçado vôos sobre o turismo, tomando tal fenômeno tão somente como resultado da exploração de lugares ou regiões, ou destinos, dotados de elementos naturais, ou atrativos, para o qual invocam, muitas vezes, o debate do “desenvolvimento sustentável”.

Isto não significa que questões correlatas ao meio físico sejam de menor importância para a abordagem do turismo como objeto de apreensão da Geografia. No entanto, a cisão na ciência pretensamente holística, tanto quanto sua dicotomia entre as vertentes Geografia Física *versus* Geografia Humana, que ficou muito mais latente a partir do Encontro Nacional de Geógrafos de 1978 (MORAES, 1995), favoreceu o retardamento e até a recusa, por parte de muitos geógrafos, de uma abordagem do turismo quanto a sua gênese, territorialidade e (re)produção espacial.

Para muitos geógrafos da vertente humanística, a resistência e o retardamento da inserção do turismo na pauta de estudos geográficos poderia ser justificada pela incipiência desse fenômeno enquanto objeto passível de delimitação e materialidade específica. Isso ocorreu também pela dificuldade em se dissociar atividades de caráter turístico e não turístico nas sociedades em que esse fenômeno se desenvolve.

Ainda hoje, no discurso de alguns geógrafos, é perceptível a negação em relação à abordagem do turismo por sua ciência. Essa situação parece estar diretamente relacionada, de certo modo, a uma ortodoxia marxista de ordem teórico-metodológica presente na geografia humanista brasileira das últimas décadas do século XX. Isto se acentua ainda mais quando o trabalho é

direcionado para o planejamento do espaço turístico, conforme crescentes demandas de mercado.

Ao que parece, no entendimento dos poucos geógrafos que ainda resistem à inserção do planejamento do turismo na pauta da Geografia, o turismo, enquanto atividade econômica, ressalta as relações de segregação entre as classes sociais em qualquer que seja o modo de produção, já que, dentre as necessidades impostas ao fazer turístico, apresenta-se a disponibilidade de recursos financeiros e tempo livre, sendo estes requisitos indisponíveis à significativa parcela da humanidade.

Esses fatores não foram cruciais, mas certamente corroboraram para o acirramento nas dificuldades de ordem teórico-metodológica quanto à apreensão do “espaço turístico”, o que fez com que só recentemente trabalhos acadêmicos direcionados ao planejamento do turismo, como os desenvolvidos por Roberto Boullón (2002) e Eduardo Yázigi (2001 e 2003) passassem a ter, com algumas restrições de aceitação, maior presença no meio geográfico, sendo esta a linha teórica que norteia o entendimento de planejamento da atividade turística desta tese. Sabe-se que são ainda maiores as objeções, nessa ciência, para trabalhos de abordagem sistêmica do planejamento do turismo, como o proposto por Mário Petrocchi (2001).

Além disso, outros problemas metodológicos perpassam a abordagem do turismo pela Geografia, pois esse fenômeno, apesar de sua expressividade sócio-econômica e territorial, não detém um corpo teórico-metodológico próprio e consolidado de investigação. Daí a não existência de uma “ciência do turismo”, razão pela qual, além da Geografia, confluíram diversas ciências que, com seus métodos e metodologias têm investigado esse fenômeno, dentre as quais é possível citar a Economia, a Biologia, a Sociologia, a Psicologia, etc.

Tais ciências, tanto quanto a Geografia, apesar de contribuírem teórica e metodologicamente para o entendimento desse fenômeno, também trouxeram suas inquietações e fissuras internas para esse campo de estudos.

Também é possível afirmar que, da mesma forma como ocorreu na Geografia, noutras ciências, seja por vocação ou modismo contemporâneo, tem

sido expressiva a relação entre o turismo e o meio ambiente, o turismo e a sustentabilidade.

1.3 Outros elementos para uma análise geográfica do turismo: o contexto da globalização

Se a explosão do turismo de massa se deu no período posterior à Segunda Guerra Mundial, ela foi, inegavelmente, favorecida pela evolução tecnológica precedente, ou seja, decorrente da Terceira Revolução Industrial, que foi denominada por Milton Santos (1997) de período “técnico-científico e informacional”, em que qualquer fração de território pode ser local de atividades dotadas de grande aparato tecnológico e artificialização. E por que não de turismo?

Essas mudanças tecnológicas ocorrem de tal maneira que, principalmente no contexto do modo de produção capitalista, promoveram repercussões importantes em vários campos, incluindo-se o trabalhista, favorecendo a redução da jornada de trabalho nos países desenvolvidos e em alguns “países emergentes”, tais como o Brasil e o México, entre outros.

Nesta lógica de análise, de acordo com Milton Santos (*Op. cit.*), se por um lado, a evolução das técnicas e sua possibilidade de expansão mundial chegou a propiciar a formação de uma tecno-esfera, acelerando a artificialização dos ambientes urbanos e rurais em conexão aos interesses do sistema capitalista, por outro; na prática, nem todos os lugares foram globalizados, já que as empresas os valorizam distintamente, não sendo, segundo esse autor (2002:33), (...) *qualquer lugar que interessa a tal ou qual firma.*

Essa última fase do capitalismo mundial, denominada de globalização, é severamente perversa a muitos lugares, independentemente de suas riquezas ou atrativos. A ela Milton Santos (2002: 19) atribuiu os seguintes problemas:

“De fato para a grande maioria da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias

perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades (...) se instalam (...).”

Apesar disso, existem manifestações mais otimistas a esse respeito, com as quais é possível entender que a globalização, apesar de promover uma fragmentação do espaço mundial e uma maior disparidade entre ricos e pobres, também favoreceu o desenvolvimento de muitos lugares através de sua inserção e conexão em rede mundial, dinamizando-os e melhorando o padrão de seus serviços turísticos, bem como expandindo suas potencialidades e comercialização de produtos. Estas mudanças podem ser percebidas em vários países e regiões, incluindo-se os países em desenvolvimento, onde tem crescido a presença de empresas de turismo de atuação mundial.

Desse modo, ainda que a produção do espaço mundial seja influenciada pelo fenômeno da globalização com suas perversidades e excludências mencionadas por Milton Santos (*Op. cit.*), também é verdade que em muitas regiões ou lugares, contempladas como pontos pelas redes produtivas do capitalismo atual, novas perspectivas de desenvolvimento passaram a existir.

Essa situação, obviamente, exigiu uma rearticulação e aprimoramento do sistema de relações internacionais, o que foi desencadeado logo após o fim da Segunda Grande Guerra sendo, inicialmente, entre os solidários de um mesmo alinhamento ideológico (bipolaridade) e, atualmente, entre os vários países do mundo sob a forma de blocos multipolares regionalizados, como a União Européia, o Mercosul, etc. Essas rearticulações implicaram alterações no Direito Internacional, levadas a termo para atenuar gradativamente as barreiras entre os países e favorecer os fluxos de capitais e pessoas (turistas), o que foi positivo para a socio-economia de alguns Estados menos desenvolvidos, no entendimento de Guido Soares (1994).

Portanto, no período do Pós-Guerra e da globalização houve mudanças nos países hegemônicos ou hegemonzados. Também ocorreram mudanças em várias áreas (trabalhistas, saúde, transporte) que proporcionaram melhoras na qualidade de vida, maior mobilidade e perspectivas de lazer em muitos países. Tudo isso, logicamente, em conformidade com a função de cada lugar ou nação

na Nova Divisão Internacional do Trabalho e seu agrupamento em países centrais, emergentes ou periféricos.

Mediante esse quadro, é possível afirmar que, no cômputo geral, a atividade turística foi fortalecida pela soma dos seguintes aspectos: o fim do temor à Guerra Fria, o *boom* ambientalista, o avanço tecnológico e as mudanças ocorridas nas relações de trabalho nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Nessa conjuntura do Pós-Guerra, as pessoas, sobretudo nos países desenvolvidos, passaram a ter cada vez mais tempo e condições para (re)conhecer novos lugares, povos e culturas. Enfim, elas puderam experimentar ambientes e sensações diferentes do seu cotidiano, ainda que de forma consumista, como sugerem Iná Castro (2002) e Henri Lefebvre (1991).

Assim, o turismo passa a ser mundialmente uma atividade econômica em expansão (BENI,2003), sendo que no Brasil, a título de parâmetro, Maximiliano Silva e Hélio Zylberstain (2002) mencionaram que a população economicamente ativa (PEA) envolvida nesse setor corresponde a 8% do total do país, o que confere peso econômico nacional a essa atividade. Referindo-se a isso, Ulpiano Meneses (2002:53) afirmou que (...) *o turismo é uma das indústrias de maior peso econômico em nossos dias, em crescimento contínuo, e capaz até mesmo de sustentar países desprovidos de outros recursos.*

Beatriz Lage e Paulo César (2000) concordam com essa visão e observam que o turismo pode mesmo gerar riquezas por meio da oferta de produtos e serviços sendo, por isso, uma das alternativas válidas para a promoção sócio-econômica de uma dada região.

Por outro lado, como vimos anteriormente, os resultados do turismo não levam apenas aspectos positivos para as localidades onde tal atividade é implantada, sendo preciso ter cautela quanto à “capacidade da carga” turística em uma determinada região, sobretudo com o desenvolvimento do turismo de massa (LEFBVRE, *Op.cit.*; RUSCHMAN, 1999; MENESES, *Op. cit.*).

É preciso lembrar que, desconsiderando os possíveis impactos dessa atividade em expansão global e conferindo tão somente aspectos positivos ao turismo, é notório o crescente empenho dos setores governamentais, privados e não-governamentais (ONGs) na busca de lucros e, até mesmo, de lograr êxito frente à crise social e econômica vivenciada por muitos municípios,

principalmente nos que dispõem de paisagens exuberantes e diferenciadas, riqueza folclórica e arquitetônica, etc.

Isso é evidente e preocupante, principalmente em se tratando de turismo de massa, o qual, segundo Ulpiano Meneses (*Op. cit.*), traz sérios riscos à paisagem, apesar de que os impactos ambientais existem em qualquer atividade humana e em diversas ordens de manifestação. Além disto, como alguns pesquisadores têm apontado, os benefícios da atividade também estão sendo sobrevalorizados, como aponta Eduardo Yázigi (1998:09):

“Uma idéia corrente e muito simplista falseia a organização do turismo, segundo depoimentos de políticos, hoteleiros, mercadores do prazer e até especialistas. Sabedores que alguns países nele têm seus mais gordos lucros, de há muito vêm apregoando a salvação através dessa fabulosa atividade.”

Os riscos são ainda maiores se forem consideradas as fragilidades estruturais desse setor, especialmente com relação à carência de profissionais com competência técnica para o planejamento do turismo.

Esse é um problema que se evidencia em muitos municípios onde a Geografia, apesar da grande possibilidade de contribuição ao setor de planejamento territorial, bem como de sua leitura globalizada do processo turístico, tem sido descartada como legítimo instrumento de pesquisa e gestão do turismo.

Dentre as ciências que têm focalizado esse objeto, muitos adotam posturas positivistas e tendem, conforme já mencionado, ao reducionismo do fenômeno turismo enquanto perspectiva de transformação paisagística e espacialização. Há casos, por vezes, em que ocorre a falta de regulamentação²⁰,

²⁰ Segundo o prof. Eduardo Yázigi, por ocasião de uma aula da disciplina “O Turismo no Planejamento Urbano e Regional”, falta aos “turismólogos” o devido aparato legal para a participação dos mesmos no planejamento dessa atividade, dada a inexistência de um Conselho Federal de Turismo, a exemplo dos Geógrafos e sua vinculação ao sistema CONFEA/CREA. Essa situação pode mudar, ao menos do ponto de vista legal, caso ocorra a aprovação e a regulamentação das atribuições do Bacharel em Turismo, mas ainda assim isso não excluiria a Geografia dessa atuação.

advindo daí a falta de legitimação para o exercício do planejamento territorial, urbano ou rural, no qual se incluía a atividade turística²¹.

Refletindo a respeito disso, parece-me claro que essa questão envolve tanto a formação dos profissionais em turismo, quanto o entendimento que aqueles que se intitulam planejadores municipais têm do setor, sobre o que Eduardo Yázigi (2000:29) expõe as seguintes considerações:

“As escolas de turismo têm formado ‘turismólogos’ ou ‘técnicos em turismo’ sempre limitados a especialidades profissionalizantes e são por isto incapazes de fornecer uma visão do turismo dentro da complexidade da sociedade (e daí o não saber como agir). Este conhecimento se circunscreve, basicamente, às áreas de hotelaria, produção de eventos, marketing, (...) Os chamados planejadores municipais, via de regra ignorando totalmente valores fundamentais do cotidiano e seu interesse para o turismo, acabam reduzindo o desenvolvimento turístico a shows, exposições ingênuas (...) dentro do imediatismo e em suas circunscrições territoriais.

Sob essas circunstâncias tem havido crescimento do número de cursos de turismo no país, muitos dos quais com grande carência de recursos, sobretudo humanos²². Isto pode ser observado principalmente em muitos cursos de cidades localizadas no interior do país, onde boa parte dos professores, entre outros problemas, tem na docência uma atividade complementar à sua demanda orçamentária mensal, prejudicando a qualidade de suas aulas e comprometendo a formação de outros profissionais. Sobre isto, Luiz Trigo (2000: 245 e 246) emitiu a seguinte opinião:

“É inegável que após 1995 os cursos de Turismo no Brasil passaram por uma verdadeira explosão na

²¹ O prof. Milton Santos, quando de sua participação no encontro “Cidades Brasileiras: Desejos e Possibilidades”, ao compor a mesa de abertura juntamente com engenheiros e arquitetos do Brasil e do exterior, mencionou que planejamento urbano significava mais do que o estabelecimento do traçado urbano, função para a qual os geógrafos tinham plenas condições de desempenhar.

²² O número de cursos superiores de turismo no país têm aumentado na razão inversa da disponibilidade de profissionais [docentes] habilitados para a formação dos futuros “turismólogos”. Esse problema é maior em cidades interioranas.

quantidade, mas não, infelizmente, na qualidade. (...) Mas essa riqueza de opções no cenário nacional apresenta alguns problemas (...). O principal problema é a falta de professores, especialmente titulados (...).”

Com relação aos administradores municipais de mandato eletivo, estes visam, em sua maioria, apenas a aspectos eleitoreiros, relegando o planejamento como instrumento de desenvolvimento mais equitativo do ponto de vista socioeconômico e ambiental, além de não considerarem a possibilidade de que suas ações possam vir a comprometer os atrativos e potencialidades dos lugares turísticos. Em suma, o desempenho dos administradores do setor, de maneira geral, parece privilegiar a busca de lucros imediatos e, especialmente, a garantia de visibilidade perante seus eleitores.

Nas situações descritas acima, ocorre uma busca desenfreada na produção do lugar turístico. Em outras palavras, busca-se de todas as formas a consolidação de um destino turístico a partir de alguns atrativos, sejam existentes ou artificiais, concentrados espacialmente numa determinada região, a qual passa a receber infra-estrutura, equipamentos e serviços, na maioria das vezes almejando a constituição de mais um cluster turístico, ou seja, núcleo ou pólo de relevado destaque quanto à concentração de equipamentos turísticos de qualidade e competitividade no cenário nacional e global (BENI, 2001).

Contrariamente a essa busca obsessiva pela turistificação dos lugares e pelos lucros que a atividade pode trazer (financeiros, eleitoreiros, etc.), muitas vezes esses dirigentes são responsáveis apenas pela onda de lugares-comuns ou não lugar turístico, como aponta Ana Fani Carlos (1999:25 - 26):

“A análise do mundo moderno coloca-nos diante de uma série de desafios decorrentes das transformações aceleradas provocadas pelo processo de globalização. Nesse processo o espaço tem papel (...) como mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novos setores de atividades econômicas como a do turismo, e desse modo praias, montanhas e campos entram no circuito de troca, apropriados, privativamente como áreas de lazer para quem pode fazer uso delas. (...) Neste sentido cidades

inteiras se transformam com o objetivo precípua de atrair turistas, e esse processo provoca de um lado o sentimento de estranhamento. (...) A indústria do turismo transforma tudo que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer, ilusório (...) produz-se a não-identidade e, com isso, o não-lugar (...).”

Assim, o que muitas vezes foi idealizado como produto turístico diferenciado acaba virando mesmice paisagística e, nessa medida, amplia-se o horizonte dos destinos turísticos diferenciados apenas pela modalidade desenvolvida e não pela vocação do lugar, ou ainda pelos níveis de sofisticação dos equipamentos do destino.

Em Henri Lefebvre (1991), é possível encontrar elementos que reforcem a lógica da sociedade global do espetáculo generalizado e do consumo dos lugares na condição de “show” turístico. O autor menciona que essa atividade é fruto de uma ação do capitalismo Pós-Guerra que, através dos publicitários e na contramão dos avanços sociais gerados pela sociedade da automatização, engendrou formas de incutir tais necessidades em parcelas cada vez maiores das classes emergentes, sobrevalorizando a necessidade do lazer pela via publicitária.

Não seria forçoso lembrar que nessa busca de exaltação do consumo, cada vez mais aperfeiçoada nos sistemas de informação, o turismo foi assumindo um papel mais abrangente na condição de símbolo associado à condição de liberdade, lazer-prazer e, deste modo, constituindo um indicativo de plenitude de vida por artifícios de mídia que guardam, na essência de seu objetivo, uma estreita relação para com as técnicas de modelagem de comportamento e planejamento social e consumista tratados por Ane Freedman (1976) e requisitados pelo novo tempo-mundo do turismo.

Isto posto, se por um lado o turismo, como possibilidade ampliada do lazer no pós-guerra representou um avanço a partir de seu mecanismo de inclusão de consumidores, por outro lado representou também uma perspectiva a mais de apropriação do esforço produtivo de certa parcela da sociedade global, mesmo em seu tempo livre, tempo dos lazes e, por conseguinte, do turismo, pelos artífices do neocapitalismo.

Se por um lado o divulgado turismo é como uma válvula de escape indispensável ao lazer, para aliviar a fadiga social gerada pela nova sistemática produtiva do neocapitalismo, é também um elemento dinamizador nas relações de produção e consumo da chamada modernidade e pós-modernidade.

Neste sentido, em conformidade com outros autores citados no decorrer deste capítulo, Henri Lefebvre (1991: 113) alerta sobre um aspecto negativo dessa atividade:

“O turismo destrói o lugar turístico pelo simples fato de atrair multidões e porque o lugar (cidade, paisagem, museu) não tem outro interesse a não ser o de um encontro (...).”

A partir dessa afirmação e de outras já expostas nesse texto, é possível configurar um quadro, onde a massificação da atividade turística e a busca incessante do lucro rompem, cada vez mais, com a sua perspectiva de lazer como prática espontânea, passando a uma padronização que imprime novas formas e funções territoriais, mediante os interesses do mercado, onde nem sempre a capacidade de carga turística do local e os interesses da comunidade são considerados na elaboração dos produtos. Daí surge o conflito, pois a atividade que deveria promover a melhoria das condições de vida numa dada localidade, em muitos casos não tem dado conta desse propósito, além de implicar problemas de ordem ambiental e sobrecarga nos serviços essenciais em muitos municípios de pequeno porte com sazonalidade turística, etc.

Apesar disso tudo, ainda com vistas a esse mercado de lugar qualquer, os atores envolvidos na atividade turística, com destaque para os administradores públicos, procuram “enfeitar” seus lugares, dando-lhes, conforme seu entendimento, um “toque de beleza” com a intenção de torná-los diferentes ou pitorescos para os turistas, embora em certos casos possam comprometer, com isso, a cultura ou mesmo a fisiografia de locais com menor estabilidade.

Sabe-se que alguns dos destinos ou territórios, atualmente consagrados pela demanda expressiva e regular de serviços turísticos, existem em função de um grande esforço de “turistificação”, já que são resultado de uma construção sem a existência prévia de uma demanda significativa de visitação, ou ainda, sem

a riqueza e a diversidade de atributos turísticos tradicionais, conforme informa Carlos Marcos Avighi (2000:102):

“As redes globais de telecomunicações apresentam ao turista e aos profissionais da área uma imagem complexa e cambiante do mundo, centrada numa temática relativamente nova, o meio ambiente, as etnias e outras questões (...) cria uma representação globalizada de locais e de culturas e convida a visitá-los.”

Não obstante, em muitos lugares, esse processo de “turistificação” ocorreu de forma planejada, principalmente em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, onde é possível mencionar o caso de Las Vegas e da Disneylândia. Ou ainda, conforme Stephen Kanitz (2000), em cidades que se turistificaram a partir de coisas ou fatos, tais como Itú no estado de São Paulo, e outros casos semelhantes.

Com relação ao Brasil, apesar de o país possuir um número expressivo de atrativos potenciais, distribuídos em seus mais de cinco mil municípios, poucos foram cadastrados na EMBRATUR e no atual Ministério do Turismo como Municípios Turísticos [MT], como é o caso do Município de Corumbá; ou na condição de Municípios Potencialmente Turísticos [MPT], como o município de Ladário. Assim, o não cadastramento de grande parte dos municípios brasileiros os impede de ter acesso a determinados recursos, tais como os destinados à sinalização turística, ao marketing, etc. Além disso, podem não estar sendo preparados em outros aspectos, tais como infra-estrutura, hospedagem, e nem mesmo planejados para buscar parte das cifras do turismo doméstico ou internacional.

Esse quadro nacional é característico de um país onde os municípios não têm tratado com seriedade e planejamento uma de suas perspectivas de desenvolvimento social e econômico. É o resultado de uma prática governamental que privilegiou, por muito tempo, a construção de grandes obras no setor turístico, sem a preocupação com as perspectivas e expectativas de envolvimento das comunidades receptoras desses empreendimentos no processo como um todo.

Assim, é possível inferir que, mesmo entre as cidades brasileiras que atualmente se proclamam turísticas, de maneira geral, muitas não estão devidamente preparadas e pensadas para um turismo que, em nível global, está cada vez mais competitivo.

É inegável que os municípios têm procurado, de forma crescente, o seu quinhão nos lucros gerados pelo turismo, tanto quanto os países - ricos ou pobres - têm buscado sua afirmação como destino internacional. Este é o objetivo pelo qual são (re)criados cenários e espetáculos.

Trata-se, como observa Rita de Cássia Cruz (1999), de uma construção sócio-espacial tramada para transpor a seletividade que este fenômeno impõe aos territórios pretensamente turísticos ou já consolidados, os quais disputam sua inserção e permanência numa dinamicidade mutável no tempo e no espaço, destacando ainda o seguinte (CRUZ, 1999:16):

“Quando se fala em turismo, é preciso ter em mente que se está tratando de uma dada parcela da população mundial que reúne condições (...) necessárias para o fazer turístico. Uma grande quantidade de pessoas e de lugares não fazem parte do mundo do turismo (...).”

Por vezes, esses cenários e espetáculos destoam completamente do seu entorno histórico e natural, como é o caso, por exemplo, dos parques temáticos, os quais são produzidos na intenção de lucrar aproximando os produtos, até então motivo do fazer turístico, de seus potenciais consumidores, alterando, ao menos em parte, a dinâmica tradicional da atividade turística.

Apresenta-se, por esse prisma, um tempo turístico em que a busca da consagração dos lugares, considerados como destinos turísticos, têm levado os atores dessa atividade a muitas práticas de “embelezamento” que terminam por materializar o não-lugar turístico.

Essas (re)produções paisagísticas, por vezes, estão sendo relacionadas ao processo de globalização por que passa o mundo, o qual, na concepção de Manuel Andrade (1996), apesar de favorecer as disparidades entre ricos e pobres, também fragiliza as fronteiras territoriais e alfandegárias, possibilitando

novas perspectivas de inserção econômica para os países periféricos através do turismo:

“O mundo (...) vive uma fase de mudanças aceleradas, de transformações que não se podia imaginar há quatro décadas (...) fazendo com que os acontecimentos, em lugares mais distantes, sejam conhecidos no momento em que estão ocorrendo; enquanto isto, a rapidez e a facilidade de uma população flutuante que se locomove entre países e regiões com grande intensidade; movimento de população que cada vez se torna mais intenso, favorecendo a formação de uma indústria turística e provocando o crescimento de áreas que possuem condições alternativas favoráveis. (...) assim, o crescimento do turismo provoca o crescimento de áreas atrativas, como (...) montanhas (...), paisagens naturais (...), grandes rios e as áreas que possuem testemunhos.” (Andrade, 1996:34 e 36)

Assim, a tendência mundial de globalização e regionalização, engendrada pelo capitalismo em sua fase atual, adquire certa especificidade no campo do turismo à luz da Divisão Internacional do Trabalho.

A partir dessas constatações, torna-se necessário explicitar que, apesar das divergências teóricas e empíricas usuais na definição do termo turismo, neste trabalho, entende-se essa denominação como um fenômeno social, econômico e ambiental de grande expressividade, mobilidade e materialidade no período posterior à Segunda Grande Guerra. Por esse motivo, acredita-se que esse fenômeno adquire certa complexidade como processo, razão pela qual tem sido abordado por várias áreas do conhecimento humano, dentre as quais a Geografia.

Dessa forma, o turismo, tomado como objeto de estudo por variados campos do conhecimento humano, ainda representa uma frente carente de explorações e contribuições da Geografia, sendo conveniente lembrar que, nesse sentido, os geógrafos podem e devem ser tributários a uma perspectiva de contribuição que vá além das costumeiras demandas que lhe são postas por outras ciências, ou mesmo pela sociedade em geral, como o de proceder o

levantamento e a cartografia das potencialidades naturais, artificiais e infra-estruturas dos lugares para o desenvolvimento dessa atividade.

Igualmente, é preciso que os geógrafos estejam atentos para o não engajamento desmedido no paradigma da sustentabilidade, centrando suas atuações com base apenas na relação entre a existência dos recursos, sua utilização pelo turismo e nos possíveis impactos da atividade.

É necessário que haja uma percepção geográfica do turismo, buscando compreender a gênese desse fenômeno como materialidade sócio-espacial que se efetiva sob influência de uma economia globalizada e transfronteiriça. Processo que pela sua dinâmica implica, em muitos casos, um reordenamento de funções que altera paisagens e territorialidades.

Esse objeto, como vimos e pelo que se discutiu até aqui, não pode ser levado em conta somente sob o enfoque empírico-reducionista para atender as demandas de mercado, adotado por algumas ciências positivistas, ou mesmo em alguns trabalhos da própria Geografia mais empiricista. A respeito disso, vale considerar o exposto por Milton Santos (1996:18):

“Quando a ciência se deixa cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.”

Por outro lado, também deve ser evitado o contrário, ou seja, a negação de um objeto de estudo que, epistemologicamente, é inerente à ciência geográfica, sob o pretexto de subserviência da Geografia aos interesses mercadológicos do sistema capitalista. Essa é uma polêmica que ainda tem sido constatada na geografia, principalmente ao se tratar da abordagem geográfica sobre o planejamento territorial do turismo, o que por certo contribui para mais um fracionamento no modelo Geografia Física x Geografia Humana: a Geografia do Turismo.

CAPÍTULO 2. AS FRONTEIRAS E O TURISMO NO PÓS-GUERRA

Como visto no capítulo anterior, o período de tempo compreendido entre o fim da Segunda Grande Guerra e os dias atuais diferencia-se de outros períodos de nossa história por diversas razões. Dentre os fatores que diferenciam esse intervalo de tempo já foram citados a evolução tecnológica de modo geral, a emergência da questão ambiental, o avanço nas conquistas de direitos sociais e trabalhistas, a massificação do turismo, a bipolaridade e suas repercussões no arranjo do espaço mundial (ideológica e produtiva), a multipolaridade e o surgimento dos megablocos geoeconômicos entre outros - globalização.

Essa dinâmica, como não podia deixar de ser, produziu significativos reflexos no fluxo mundial de bens, serviços e, por conseguinte, de pessoas. O desenrolar desses fatos repercutiu na funcionalidade das fronteiras, bem como tem fortalecido a necessidade de uma revisão conceitual desse termo, sobretudo quando correlacionado ao fenômeno turismo.

Neste capítulo, a análise foi direcionada para a compreensão dos reflexos que essas mudanças globais produziram sobre a noção de fronteira e suas implicações sobre o fenômeno turismo, bem como para a avaliação de algumas experiências brasileiras em planejamento do que ora se propõe como turismo de fronteira.

2.1. Fronteiras e limites no mundo globalizado: da noção à metamorfose conceitual.

Ao considerarmos os avanços obtidos pela ciência nas últimas décadas do séc. XX, depara-se com uma constatação de que tal avanço não se constituiu de igual modo no que diz respeito aos estudos das fronteiras, inclusive pela ciência geográfica. Foi dado um tratamento bastante tímido a esse termo, quando comparado a outros estudos do conhecimento humano; mesmo na Europa e nos Estados Unidos esses estudos são relativamente recentes, sendo muito mais ausentes e frágeis no Brasil²³.

²³ Conforme o exposto pelo prof. Dr. Tito Carlos de Oliveira, no decorrer de sua participação na banca de qualificação desta tese.

Ao que parece, na América Latina as fronteiras tiveram um lugar inferior na preocupação dos cientistas de modo geral, que não deram a devida importância ao tema.

Segundo Roberto Carlos Abinzano (2000), se olharmos para o passado, nos surpreenderemos com a pouca importância que as sociedades deram para o estudo das fronteiras. O autor (ABINZANO, 2000:13) ainda faz as seguintes considerações sobre essa temática:

“El término frontera a recibido una infinidad de definiciones de diversa índole. Es por eso que su redefinición y adecuación para nuestros estudios ha sido fundamental. Las sociedades humanas no poseen límites precisos como la piel del cuerpo humano. Los sistemas socioculturales son sistemas abiertos de inmensa complejidad y en ellos el espacio es una consubstancial.”

De modo geral, essa constatação, *a priori*, explica, em parte, por que ainda nos dias atuais o entendimento da fronteira tem se mostrado confuso e carente de investigações sob o prisma teórico ou pragmatista. Isso se acentua quando considerados os processos de urbanização contígua em áreas fronteiriças, que abrangem uma conurbação em territórios de duas nacionalidades. Nesses casos, entende-se que seja ainda mais necessário obterem-se avanços teóricos, a título de subsidiar os processos de gestão fronteiriça impostos pelo capitalismo globalizado.

Numa primeira tentativa de cerceamento conceitual desse termo, verifica-se que, para muitos, o conceito de fronteira ainda tem como base a tradicional definição encontrada nos dicionários e enciclopédias: a extremidade de uma região ou mesmo país que se defronta ou limita com outros territórios (FERREIRA, 2001). Nessa definição os termos fronteira e limite ganham certa equivalência e, conjugados, apontam para uma funcionalidade que os ressalta como um *front*.

Os órgãos governamentais, com exceção dos militares, de longa data engessaram essa temática. Ainda hoje, manifestam uma inconsistência na apropriação desses conceitos, apesar de serem portadores de uma ligeira

vantagem se comparados ao proposto pelos dicionários, pois ainda consideram a fronteira como algo de significado genérico e relativo a uma região ou faixa de território abrangente e que, por isso, difere-se do limite que tem maior exatidão empírica e pragmática na definição de qualquer terreno ou território.²⁴

Essas definições restritivas no que concerne ao conteúdo que esse debate encerra ainda persistem, e são mantidas até pela relativa escassez de trabalhos voltados a esses estudos, o que favoreceu o continuísmo desses termos e conceitos para os quais o Estado não tem empreendido grandes esforços de aproximação e revisão.

“Enfim, vivemos um mundo de países e territórios estatais, e de uma forma tão exclusiva, que não raro se observam as fronteiras num mapa político do globo como se fossem acidentes geográficos da superfície da Terra, como se fossem linhas da mesma qualidade dos limites naturais (que assinalam rios e serras). Tal fetichização da fronteira representa a plena consolidação da forma de dominação estatal territorial na atualidade.” (MORAES, 2002:16)

Entretanto, sabe-se que, contraditoriamente, tão logo terminou a Segunda Guerra Mundial, o termo fronteira adquiriu uma nova carga semântica de caráter ideológico sob as influências do capitalismo e do socialismo, o que produziu alterações no espaço fronteiro de muitos países. Houve um redirecionamento de enfoque para as fronteiras que também passaram a encerrar espaços territoriais de igual conteúdo ideológico, em exclusão a outros alinhamentos, daí decorrendo um estrangulamento na circulação de mercadorias e pessoas, como no caso das fronteiras entre a Alemanha Oriental (RDA) e a Alemanha Ocidental (RFA) e, do mesmo modo, entre a Coreia do Norte e a Coreia do Sul.

Isso se encaixa com bastante tranquilidade na perspectiva de análise trabalhada por Pedro Pinto Coelho (1992), segundo o qual a fronteira adquire duplo sentido paradigmático. As fronteiras podem auxiliar a explicação sobre a formação e consolidação dos Estados Modernos, onde admitem significado mais forte, como o de limite para as ações de uma dada nação. Também é possível

²⁴ Cf. <http://www.mre.gov.br/daa/df.htm> acessado em 27/02/2003.

discutir, através das fronteiras, os Estados Contemporâneos e suas novas (re)produções do espaço mundial direcionado às integrações de interesses ao sistema produtivo vigente: o capitalismo.

É possível inferir, também, que, no decorrer da hostilidade ideológica entre os sistemas socialista e capitalista, as fronteiras recebiam tratamentos de um termo maniqueísta, que expressava e se fortalecia como ponto de integração para alguns países, reforçando sua função de obstáculo ou *front*.

Nesse bojo, a fronteira passou a receber dos Estados novos equipamentos para unir ou separar povos e fluxos. Também passou a ser reformatada, em casos como o do Vietnã, entre outros, não apenas para defender o avanço territorial do país vizinho, no modelo de construção territorial clássica dos Estados Modernos, mas também para resguardar um território do outro em todos os aspectos possíveis: migratório, cultural, ideológico, etc. E assim permaneceram muitas fronteiras até o fim da Guerra Fria, comprometendo também o fluxo do turismo em muitos lugares do espaço mundial.

O estudo das fronteiras é, segundo André Martin (1992), algo polêmico e relativamente esquecido, que, ao ser lembrado, ainda tem sido associado a conflitos, destruição, vigilância, repressão. Ou ainda, de acordo com o mesmo autor, a fronteira é para muitos, na melhor das situações, o espaço que separa dois povos. Dada essa polêmica, André Martin (*Op. cit.*) faz uma ressalva à distinção entre limite e fronteira, esclarecendo que o limite pode ser definido como uma linha que estabelece a área de sujeição jurídica de um dado Estado e que, por isso, tem estreita relação com sua soberania. Para esse autor, as fronteiras se constituem em faixas que podem ou não ser povoadas e, sendo povoadas, podem evoluir ao estágio de *locus* de intercâmbio entre dois países vizinhos. Intercâmbio que nem sempre é benéfico para a socioeconomia de ambos os países, como no caso do contrabando, etc.

É conveniente lembrar que, sobre as fronteiras, Antonio Carlos Moraes (*Op. cit.* 95 e 96) destaca o seguinte:

Sabemos que as fronteiras são construções históricas que possuem vários pressupostos, entre eles a constituição dos Estados. Na verdade, no mundo moderno, são linhas que formalmente delimitam e

legitimam as áreas de exercícios de soberanias estatais. Assim, bordejam territórios, entendidos como espaços qualificados pelo domínio político. Há, desse modo, um componente de submetimento e conquista na definição das fronteiras, que geralmente põe em sua gênese um caráter bélico. Todavia, sobre este dado (...) deve-se desenvolver todo um processo legitimador, que torna a fronteira também um constructo jurídico (...). E, finalmente, a fronteira é finalmente uma construção ideológica, no sentido de que a conquista e legitimação objetivadas devem ser assimiladas pelos atores sociais envolvidos no processo. E a maior fetichização das fronteiras – como visto – está, exatamente, em torná-las como naturais. Isto é, ver aquelas linhas demarcatórias dos domínios espaciais dos Estados como acidentes geográficos da superfície terrestre.

Esse processo, obviamente, tem recebido em muitos casos influências integracionistas geradas a partir da globalização que, a despeito de seus efeitos negativos, tem alterado favoravelmente, em algumas situações, a fluidez das fronteiras, impondo novos arranjos e conexões as que não somente os de ordem militar ou de lugar de contravenções, conforme associação de idéias muito corrente, ao se imaginar uma fronteira no modelo tradicional. Ainda que Antonio Carlos Moraes (*Op. cit.*: 190/191) faça a seguinte ressalva:

“Aqueles que acreditam nos efeitos homogeneizadores da globalização sobre os lugares da superfície terrestre foram surpreendidos pelos acontecimentos geopolíticos ocorridos logo nos primeiros anos do século XXI. (...) Aqueles que acreditaram no fim dos Estados e das fronteiras nacionais terão dificuldade de explicar a atualidade de um mundo que reitera os fracionamentos geopolíticos e a diferenciação dos lugares.”

Assim, a globalização, ao se manifestar em determinadas áreas de fronteira periféricas do espaço-mundo, ao mesmo tempo em que impõe um novo ritmo e expectativas de desenvolvimento pode, num refluxo, trazer à tona incertezas e conflitos gerados a partir do choque entre os ritmos de (re)produção do espaço-tempo mundial e espaço-tempo local de fronteira, como sugerem vários autores, dentre os quais Pablo Wong-Gonzales (2002:127):

“(...) la globalización puede ser definida como un proceso altamente paradójico, de carácter multidimensional, que convierte al mundo en un objeto de bolsillo y donde, a través de la compresión espacio-tiempo impulsada por las innovaciones tecnológicas y la informática, produce una fusión dialéctica entre lo local y lo global, generando redes y espacios virtuales a través de las fronteras nacionales.”

Retomando a relação limite e fronteira, trata-se, no caso do limite, de algo que, etimologicamente e juridicamente, sugere uma carga semântica que beira a imobilidade. Ou ainda que implica certo retrocesso das relações fronteiriças e que tem marcado lugares mundiais com fortes tensões e (re)construções territoriais, como no caso entre Palestina e Israel.

É interessante lembrar que, no Oriente Médio, muitas fronteiras têm ganhado destaque mais como limite ou *front*: social, econômico, cultural, étnico e religioso. Daí o necessário cuidado nas práticas do turismo próximo aos limites de territórios ocupados por Estados fundamentalistas xiitas. Sobremaneira porque, em muitos desses Estados, suas populações e leis abominam o *modus vivendi* dos ocidentais e, por isso, manifestam certas restrições a visitantes desses centros emissores.

Há situações semelhantes em outros continentes, podendo, inclusive, manifestar-se no interior de um mesmo país, a exemplo das restrições impostas pelo estado paralelo ao dominar determinadas áreas que são demarcadas pela atuação do crime organizado. Nesses casos, o limite estabelecido pelas facções passa a ser mais conhecido pela população circunvizinha do que os limites internos oficiais, com todo o seu arcabouço jurídico. Infelizmente o mesmo não acontece com alguns turistas, que desconhecem tais limites e terminam acrescentado números às ocorrências policiais e denegrindo a imagem turística de muitos lugares, a exemplo do Rio de Janeiro.

Nessas situações, inegavelmente, os limites demarcados tradicionalmente ou não oficialmente, como no caso dos Estados Teocráticos, ou dos comandos do narcotráfico, há um reflexo direto sobre a livre e legalizada circulação de produtos, serviços e pessoas, incidindo diretamente sobre a atividade turística, além de

instaurar o temor e a inquietação dos habitantes próximos a essas áreas, segundo afirmou certa vez Pedro Pinto Coelho (*Op. cit.*). Depara-se, então, com um quadro onde a palavra limite perturba, ao menos em parte, a lógica dialética das fronteiras no bojo da globalização. Eis a razão pela qual ainda nos dias atuais há uma confusão de ordem prática entre fronteira e limite pelo senso comum.

A esse respeito, ao que parece, há situações em que o crime organizado chega a tal ponto de organização espacial que sua territorialidade rompe quase completamente com o Estado Nação, uma vez que sua abrangência ignora a soberania e a territorialidade próprias aos países. Manifestam, outrossim, uma territorialidade onde o limite, e não a fronteira, é dado pelo *front* com outros grupos opositores e com o próprio Estado, através de seu mecanismo de gestão e controle territorial.

A espacialidade dos grupos ilícitos por vezes pode sobrepor-se àquela apresentada pelo turismo. A sobreposição e a concorrência de atividades numa dada região fronteira (turismo e ilícitos), mesmo sob desenhos territoriais diferenciados, podem ou não ser harmônicas.

Há casos em que as atividades desenvolvidas pelo estado paralelo necessitam de uma fronteira adormecida para não despertar muito a atenção quanto à sua presença no lugar. Para isso, muitas vezes esses grupos buscam as fronteiras pouco povoadas e carentes da presença dos mecanismos de controle do Estado. Além da facilidade de suas ações, passam a contar com uma extensão de base territorial sob outros sistemas legais: o país vizinho.

Noutros casos, ao contrário, o próprio estado paralelo instala-se em fronteiras onde procura desenvolver ações que favoreçam a fluidez das fronteiras e, portanto, do turismo, como forma de melhor dissuadir sua presença na área. São as nuances da fronteira em cada uma de seus matizes territoriais.

José Martins (1997), ainda que se voltando a um outro objeto de estudo, também fornece elementos que reforçam a fronteira como algo que, por vezes, representa a divisão entre distintos grupos humanos, separando os de cá e os de lá.

Daí mais uma nebulosa entre limite e fronteira, a tal ponto que, em determinadas situações, esses cenários podem ser marcados por intolerância, ambição e até morte. Situações demasiadamente incompatíveis com a atividade

turística, como se tem visto em casos já tratados nesta tese, onde grupos de marginais levam a disputa territorial ao conflito armado, ignorando quaisquer direitos constitucionais, inclusive os referentes ao direito de ir vir. Também pode ser citada a atuação de grupos de radicais islâmicos, que na atualidade tem executado turistas ou outros que se aventurarem a visitar seus territórios como represália a posturas diplomáticas contrárias a suas ideologias.

Desse modo, é presumível que, em determinados casos, as fronteiras sejam mais que o bordejamento entre dois países, contribuindo para a existência de cenários de separatismo marcados por diferenças culturais que por vezes chegam às raias da xenofobia. São os reflexos de uma construção produzida a partir de distintas percepções da realidade coletiva entre os grupos humanos que se avizinham ou se contatam mais pelas diferenças (PESAVENTO, 2002; RIBENBOIM, 2002).

Em contrapartida, Lia Machado (1998), ainda sobre a relação entre limite e fronteira, faz importante contribuição, definindo o limite como a máxima dimensão da unidade territorial sob monopólio legal de uma nação, constituindo, para tanto, a sua área de soberania. A autora também apresenta pressupostos teóricos que nos permitem deduzir que os limites estão ganhando importância secundária na condição de objeto de estudo. Já as fronteiras têm sido evidenciadas, com a necessidade crescente de se discutir esse termo, bem como de se buscar uma revisão conceitual que corresponda à atual fase do capitalismo, onde ganham força os mercados regionais e transnacionais. Essa autora reforça ainda que, na atualidade, os Estados de modo geral não têm dedicado esforços à ampliação (contigüidade) de seus territórios no modelo clássico e sim à ampliação da sua esfera de influência.

Este é um ponto fundamental que permeia a abordagem das atuais fronteiras da aldeia global, já que, mesmo nas áreas periféricas, como o continente africano, existem significativos esforços de construção regional para além das fronteiras de um só Estado. Realidade para a qual os Estados-nações estão sendo chamados a participar como coadjuvantes.

Para Lia Machado (*Op. cit.*), a ocorrência desses mercados regionais tem provocado a mutação das fronteiras e do papel que têm para os Estados-nações que realmente passam a ter que estendê-las sob outras formas territoriais.

Apesar da polêmica instaurada sobre a diversidade de aspectos inerentes aos estudos das fronteiras, bem como de sua diversidade e complexidade atual do ponto de vista teórico-metodológico e conceitual, ainda é grande o número de definições sobre esse termo.

Igualmente, não há como negar o esforço canalizado pelo capitalismo contemporâneo para a abertura de boa parte das fronteiras de seu interesse, com o objetivo de facilitar primeiramente o fluxo dos capitais, matéria-prima, mercadorias e serviços como também de pessoas, chegando a tal ponto que, para Pedro Coelho (1992), a evolução do conceito de fronteira gera, em termos contemporâneos, um modelo realista e funcional de um sistema único de regiões fronteiras.

Nesse contexto, o limite, diferentemente de outras situações, apesar de sua importância na construção histórica dos Estados Nações como parte integrante da arquitetura de uma fronteira, não admite o caráter dinâmico atribuído às fronteiras que, por sua vez, sobressaem-se na conjuntura de um sistema mundo conectado em redes e de magnitude global.

Feito esse primeiro esforço de cerceamento conceitual sobre o termo fronteira, bem como de sua conexão e diferenciação do termo limite, entende-se que há realmente um grande campo de debate nessa linha, mas que, por certo, o aprofundamento dessa questão extrapolaria os propósitos desta tese.

Neste trabalho, entende-se a fronteira como um processo de construção histórica que, na prática, pode ser configurado como a faixa marginal de um território que pode apresentar características diferenciadas das demais porções do mesmo território. Nessa perspectiva, o limite é abarcado muitas vezes apenas como uma simbologia estática que, apesar de indispensável aos territórios, nada mais é do que o componente linear e figurativo entre duas fronteiras.

Pode-se dizer que as fronteiras são faixas de (i)mobilidade decorrente, seja do estágio de desenvolvimento dos territórios dos quais fazem parte, seja da pressão que os sistemas e subsistemas produtivos e os interesses internacionais têm exercido sobre os diversos Estados nacionais nas suas mais diversas manifestações, como faixas de militarização, industrialização, comércio exterior ou turismo.

2.2. Megablocos, integração fronteiriça e turismo

Sabe-se que a atividade turística sofreu transformações significativas no período posterior à Segunda Grande Guerra, pelo que aponta Marc Boyer (2003). Constatou-se a mudança de um turismo mais brando e elitizado para um turismo mais massificado, ainda que atualmente boa parte da humanidade não disponha das condições para o engajamento nessa atividade.

É possível inferir que outras mudanças no quadro global do pós-guerra tenham influenciado essa atividade de forma indireta, como as já citadas articulações entre os países num espaço mundial, via de regra, com alinhamento aos sistemas socialista e capitalista.

Pelo que expôs Guido Soares (1994), deflagrou-se, paralelamente, um processo renovador de articulação econômica que entendemos como o sistema radicular dos atuais blocos de integração econômica.

Esse panorama de fragmentações mundiais a partir de aglutinações de ordem econômica entre grupos de nações de mesmo alinhamento ideológico não pode ser fragmentado como percepção de processo, já que pressupõe uma leitura linear sob o prisma histórico. Daí a contribuição de Celso Amorim (1994), ao afirmar que foram necessários séculos de conflitos e guerras, como a Segunda Grande Guerra e suas seqüelas, para que as articulações em busca de cooperações se fizessem mais fortes.

Dessa forma, a partir do primeiro esforço integracionista do pós-guerra, o BENELUX, que integrou a economia da Bélgica, Holanda e Luxemburgo, nos idos de 1944. Seguiram-se a CECA (Comunidade Européia do Carvão e do Aço) que a partir de 1952 incluiu a França, Alemanha e Itália; a CEE (Comunidade Econômica Européia) na segunda metade da década de 50 do século passado e, finalmente, a UE (União Européia), que congrega atualmente 25 países num grande pacto integracionista que favorece sobremaneira o desenvolvimento do turismo, dadas às facilidades de fluxo pelas fronteiras dos países membros com a redução na burocracia com os passaportes e vistos. Tais procedimentos ainda são comuns em muitas fronteiras, inclusive entre países pertencentes a outros blocos já consolidados, como no caso do Acordo Norte-Americano de Livre

Comércio (NAFTA), que privilegia a circulação de produtos em detrimento à circulação de pessoas. Apesar da unilateralidade dessa integração, pelo que relatou Emir Sader (2004: eletrônica):

“Nos 10 anos de vigência do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), o salário real da maioria dos trabalhadores diminuiu, aumentou a desigualdade e os trabalhadores do campo viram recair sobre suas costas o preço mais duro dos ajustes fiscais. O que fracassa também com a crise mexicana é a política norte-americana de integração.”

Sabe-se que a União Européia, na atualidade, avançou de tal maneira que, a despeito de todos os possíveis problemas e restrições decorrentes de impasses diplomáticos gerados na expansão do megabloco, já se cogita a proposição de uma “constituição européia”²⁵, o que faz desse megabloco o mais notável do espaço global. Por essa via, fica evidente o fato de que, na soma de seus acertos e desacertos nos mais de 50 anos de história, considerados a partir do BENELUX, na UE o saldo é positivo ao turismo, entre outras atividades.

Em contrapartida, ainda não tem sido possível o mesmo discurso ao se tratar de outras formações econômicas similares, porém mais recentes, como o próprio Mercado Comum do Sul - MERCOSUL.

Cabe considerar que o MERCOSUL, como proposta de integração para os países do cone sul da América Meridional, surgiu bem mais recentemente se comparado a UE, iniciando-se na década de 90 do século passado, tendo como membros plenos os seguintes países: Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em anos seguintes o Chile e a Bolívia também manifestaram o interesse em participação dessa proposta, para o que assinaram o protocolo de intenções ainda na segunda metade da mesma década, ratificando suas intenções por ocasião da décima reunião ordinária do Mercosul e, de acordo com Walter Praxedes e Nelson Piletti (1999), a participação plena do Chile e Bolívia ficou prevista para um prazo de 18 anos a partir da assinatura de

²⁵ In <http://newsbox.msn.com.br/article>, acessado em 26/05/006.

adesão. Tempo que se entendeu como o necessário à adequação desses países aos propósitos desse megabloco.

A concretização das ações necessárias a essa construção regional, numa perspectiva mais avançada, demanda algumas ações ainda a serem discutidas, aperfeiçoadas e implantadas, mas que por mais que tenham centralidade operacional no campo político e diplomático, terminam por manifestar na fronteira os desacertos das mais variadas ordens. Desacertos que, de longa data, têm travado o processo integracionista neste continente, como frisou Andreia Rodrigues (2001:43):

“José Martí, Simón Bolívar e muitos outros personagens da história do continente latino-americano já idealizavam a integração da América Latina, pressupondo a independência não apenas como um caminho para a autonomia político-administrativa, mas como forma de criar um continente unificado e juridicamente integrado.

Essa vontade, entretanto, sempre esbarrou na impossibilidade dos países da América Latina superarem suas divergências.”

A propósito das divergências na integração sul-americana, numa análise retrospectiva, não fica difícil o entendimento de que as fronteiras têm tido um papel secundário na busca de construção espacial regionalizada. Mesmo no Mercosul, que é a mais recente tentativa, as fronteiras só permearam a agenda de negociações a partir da segunda etapa de implantação do bloco. Ainda assim, por conta das demandas aduaneiras que a propalada “livre circulação de mercadorias e serviços” reclamava dos setores competentes.

Ainda em relação ao Mercosul, vislumbra-se que tal formação regional evidencia, por parte dos seus componentes, um plano ainda mal encaminhado de enfrentamento às questões de ordem econômica global que não podem ser dissociados de uma abordagem mais incisiva sobre as fronteiras.

No Mercosul, assim como tem ocorrido no NAFTA, a circulação de serviços, formais e informais, certamente exigirá maiores esforços de alguns países quanto aos fluxos imigratórios dos quais serão alvo. Nos Estados Unidos são os mexicanos que majoritariamente têm buscado o país como forma de

inserção ao mundo do consumo. No Brasil, paraguaios e bolivianos têm procurado crescentemente mais do que o emprego formal ou informal, assim como os serviços básicos de saúde, educação, etc., favorecidos pela fluidez possível a uma fronteira pontualmente controlada e, por isso, facilmente transposta para os que buscam a clandestinidade.

Essa unilateralidade de fluxo direcionado ao Brasil fica bastante clara, e justificada, se tomarmos a Bolívia, país de fronteira, como exemplo. Naquele país, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estadística (INE)²⁶, há uma considerável parcela da população desprovida dos serviços básicos de responsabilidade do Estado e de perspectiva na geração de emprego e renda própria aos países de economia primária. Apresenta-se, portanto, uma expectativa que tem sido direcionada ao Mercosul e para qual esse megabloco não dispendeu esforços iniciais, gerando mais um viés de conflito pela e na fronteira. Sobre isso, Andreia Rodrigues (2001:51) tece os seguintes comentários:

“Basicamente, os objetivos do MERCOSUL são a promoção do crescimento econômico – o que não deveria ser separado de uma melhor qualidade de vida da população. Esse crescimento econômico e a promoção de uma zona de livre comércio na região, entretanto, deve coexistir de maneira a suprir as carências da população, a fim de que a integração seja de baixo para cima e não ao contrário – passando pelos marcos comerciais e esquecendo-se das relações humanas.”

Apesar disso, as relações entre os países membros do MERCOSUL ainda têm pautado prioritariamente os fluxos de capitais e a demarcação de mercados transnacionais. Talvez por isto alguns autores têm apontado os blocos econômicos como uma nova forma de guerra, ou mesmo como o produto de uma guerra comercial que substituiu a guerra fria a partir dos anos 90 (PRAXEDES e PILETTI, *Op. cit.*; SANTOS, 1994).

²⁶ Cf. www.ine.gov.bo, acessado em 27/08/2004.

Por esse prisma, trata-se de uma nova geopolítica mundial. É o tempo da geopolítica das grandes corporações que, no caso do MERCOSUL, atropelaram, num curto intervalo de tempo, um processo de integração latino-americana idealizado de longa data por Simón Bolívar e José Martí, porém adormecido há mais de um século (PRAXEDES e PILETTI, Idem.)

Nessa nova roupagem geopolítica, os Estados Nacionais vêm-se na condição de coadjuvantes de um roteiro cujo enredo tem como meta principal facilitar a reterritorialização dos mercados (matéria-prima, consumidores, etc.). Também passa a ser função do Estado favorecer a mobilidade dos grandes grupos empresariais, protagonistas de um mundo antagonicamente articulado entre o global e o regional, o global e o local.

Daí uma integração às avessas, já que não representa o ápice de um processo evolutivo e gestado consensualmente entre os diferentes atores do(s) território(s), mas sim na medida dos interesses das grandes corporações.

Evidentemente, as mudanças entendidas como necessárias para uma integração mais ampla acabam sendo obstaculizadas, ainda que em menor grau, pelo estranhamento que as sociedades locais apresentam frente aos novos componentes do seu cotidiano que pretendem uma conexão de mais um ponto produtivo à rede de produção e consumo globalizado. Ao que parece, no âmbito do Mercosul, uma das formas encontradas pelas sociedades locais para manifestar a insatisfação frente a esse processo integracionista tal como tem sido construído, bem como por outras razões, é a pressão sobre os pontos fronteiriços de fluxo inter-regional.

Dessa forma, é possível mencionar os impasses fronteiriços gerados no Mercosul, como na fronteira com o Paraguai, onde autoridades do Brasil procuram barrar o contrabando de mercadorias que prejudica a economia brasileira, mas que, ao mesmo tempo, é fundamental para a economia paraguaia, que reclama um tratamento mais flexível do governo brasileiro quanto à facilitação dos fluxos que alimentam a economia daquele país pela fronteira, conforme sugere o texto abaixo:

“A fluidez dos limites e a conseqüente possibilidade de driblar os circuitos oficiais podem beneficiar os

habitantes da faixa de fronteira, mas existem indicadores de que o maior beneficiário é a economia paralela dos países limítrofes. No Brasil é bastante conhecida a centralidade de Foz do Iguaçu para os circuitos de “sacoleiros”, assim Ciudad del Este se transformou em lugar central para operações de evasão fiscal e lavagem de dinheiro através do circuito bancário.” (MACHADO, 1988: eletrônica)

Mesmo assim, é presumível a ocorrência de um descompasso entre a lógica de um sistema produtivo global e o ritmo das economias regionais, provocando perturbações que, vez ou outra, também afetam as regiões fronteiriças com sobrecargas que necessitam fluir pelas fronteiras, ou mesmo por outros problemas conjunturais, que imprimem lentidão na circulação de bens e serviços e, portanto, menor dinamismo em determinados nódulos fronteiriços.

É preciso considerar que, entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, já havia uma rede de pontos fronteiriços com relativa fluidez, mesmo anteriormente ao Mercosul, para bens, serviços, pessoas e até mesmo de ilícitos.

Numa perspectiva empírico-reducionista, é perceptível que, na formação do Mercosul, as negociações realizadas a partir das sedes (pontos) político-administrativas dos países membros plenos, como o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai, configurou-se um plano geográfico poligonal de multi-territorialidades que só fez reforçar os fluxos de capitais conforme estabelecido pela lógica global.

É ponto pacífico que no interior desse polígono geoeconômico se encontram pontos de fronteiras (cidades) que não passaram de pontos quaisquer nessa geometria trans-territorial do Mercosul. O objetivo primordial ainda tem sido o de ajustar os mecanismos integracionistas aos interesses do mercado capitalista de forma setORIZADA, como as RET - Reuniões Especializadas em Turismo, não sendo distinguido muito do que tem sido praxe na maioria dos blocos, à exceção da União Européia.

É possível, e ainda necessário, enfatizar uma diferença crucial à compreensão da gênese das fronteiras da União Européia e do Mercosul. No bloco europeu, apesar de o processo de ocupação ser bastante anterior ao Mercosul, suas fronteiras foram sendo (re)definidas por uma história milenar,

permeada de inúmeros conflitos, numa intensidade bem mais acentuada do que as de suas ex-colônias, que hoje compõem o Mercosul.

Isso posto, reforça-se um viés conceitual, pois as fronteiras da UE ganharam notoriedade como produto sócio-espacial de seqüências temporais que, historicamente, contrastam entre as articulações de cunho econômico e o que André Martin (1992) denominou de esforço revisionista de cunho militar.

A História mostrou, por inúmeras vezes, e certamente no último século, que a frente bélica, como agente de transformação das fronteiras, provocou um turbilhonamento no espaço mundial, sobretudo do velho mundo, o que perdurou de forma marcante até a segunda metade do século passado, ao que a globalização se sobrepôs, direcionando a lapidação de algumas fronteiras mais para o campo geopolítico, econômico, etc.

A esse respeito, é conveniente citar Hans Schneider (1995), que relatou que, em algumas regiões européias, como a do Alto Reno, até bem pouco tempo antes da Segunda Guerra, os moradores já haviam incorporado uma percepção, bem como um conceito de fronteira que superava a noção de limite entre países ou territórios. O autor afirmou haver, na sua infância em Freiburg, uma educação familiar direcionada para uma construção mental onde a fronteira era um elemento incorporado harmoniosamente ao cotidiano local, talvez por conta da proximidade dos povoamentos binacionais, ou mesmo das relações de parentesco entre os que habitavam ambos os lados da fronteira oficial.

Depara-se, por tais razões, com indagações que só poderão encontrar respostas no âmbito da especulação teórica: como seria, atualmente, essa região fronteiraça, não fossem as (des)construções ocasionadas pela Segunda Grande Guerra? Ou seja, como pensar a UE, subtraído-se historicamente esse advento bélico de impacto global? Em que medida esse conflito acelerou ou retardou o processo integracionista europeu e outros que coadunaram territórios sob as mais variadas siglas como APEC, NAFTA, PACTO ANDINO, etc.?

Voltando ao que mencionou Hans Schneider (Op. cit.), no pós-guerra, somente a partir de 1972 as fronteiras dessa região européia passaram a ser (re)discutidas com uma ênfase mais prática e sob uma nova roupagem de gestão que, notoriamente, não correspondia àquela forma cotidiana de sua infância. Nessa nova etapa, inicialmente rotulada de “Divisão Regional Fronteiraça do Alto

Reno” e atualmente sob a denominação de “Comissão Tripartite da Região do Alto Reno”, a composição abarca parcelas territoriais da Alemanha, França e Suíça. No cômputo geral, o autor sugere que os resultados têm sido favoráveis em diversos setores econômicos e de forma específica no turismo, como demonstra o texto a seguir:

“Como a cooperação se processa no nível dos projetos concretos, é preciso considerar os passos de trabalho que foram e são dados na cooperação transfronteiriça da região do Alto Reno, patamar que a cooperação conseguiu alcançar na área do trânsito, da economia do turismo, da imprensa dos meios de comunicação, etc.. e onde ainda há déficits, segundo a avaliação dos próprios setores, onde são criticados os progressos insuficientes.” (SCHNEIDER, 1995:29)

Já no Mercosul, talvez por conta da ausência de conflitos mais significativos entre os Estados Nações nos últimos cem anos, suas fronteiras adquiriram maior rigidez se comparadas às da UE.

A leitura das fronteiras sul-americanas tem demonstrado, sem muito esforço, uma dinâmica mais forte intensa no século XIX e início do século XX, cujo processo imortalizou o Barão de Rio Branco pela sua participação em litígios fronteiriços nesse continente, especialmente após a “Guerra do Paraguai”, bem como entre o Brasil e a Argentina na questão territorial das Missões e, principalmente, no conflito entre o Brasil e a Bolívia pelo Acre²⁷, resolvida em 1903 com o Tratado de Petrópolis.

Já a partir da segunda metade do século XX, as fronteiras sul-americanas mereceram destaque pelas questões afetas à geopolítica entre Brasil e Argentina. Ou pelas expectativas sobre os efeitos do Mercosul sobre a dinâmica das mesmas, tendo como parâmetro a realidade européia. Ou ainda no bojo das espacialidades efetivadas pelo estado paralelo, como as fronteiras com a Colômbia, Paraguai e Bolívia, etc.

²⁷ <http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/baraodoriobranco.htm> acessado em 17 de novembro de 200

Ainda perseguindo um paralelo entre a UE e o Mercosul, outro aspecto a destacar parece decorrer do intervalo de tempo necessário à maturação de um megabloco econômico, se for considerada como base de análise a própria União Européia, que do seu início com o BENELUX ao estágio atual, implicou mais de meio século de construção.

Isso posto, consideradas as restrições cabíveis a uma análise comparativa empírica ou teórica que essas realidades trazem à tona, é previsível que no Mercosul ainda tenhamos uma longa trajetória de rodadas de negociações para que os acertos diplomáticos busquem meios de equacionar as diferenças políticas, jurídicas e econômicas que têm solapado os reais propósitos e a fluidez das fronteiras no bloco sul-americano.

No Mercosul, é possível que a brevidade de sua construção, com pouco mais de uma década, por certo constitui um fator de instabilidades de ordem interna ou externa que atravança o processo integracionista dada à falta de *know how* no trato com essas regionalizações. Também por essa via seria plausível justificar a morosidade e até a ausência de encaminhamentos necessários à gestão das áreas fronteiriças que, via de regra, nesse megabloco são áreas de pouca ou quase nenhuma expressividade industrial, econômica e política no contexto de seus cenários nacionais.

Nesse bloco sul-americano, também se configuram algumas regiões de fronteiras nas quais a proximidade entre dois municípios de países diferentes favoreceu um contato semelhante ao modelo de cotidiano descrito por Hans Schneider (*Op. cit.*), ao relatar sua experiência na “infância de fronteira”.

Assim, mesmo no Mercosul, há fronteiras onde, a exemplo da fronteira presente na memória de Hans Schneider, os seus habitantes sentem-se parte de um contexto geográfico no qual (des)conhecem, em certa medida prática, a maioria dos aspectos jurídicos e institucionais que lhes negam uma cotidianidade outra que não aquela da inclusão territorial. Assim, o país vizinho é incorporado numa dimensão de uso diário, que provoca certo estranhamento à maioria dos sul americanos: a extraterritorialidade. Ou seja, nesses casos, decorre uma mancha de apreensão gerada pela necessidade cotidiana de complementaridade em serviços sob a tutela de outro Estado e num outro território, sob o conceito mais clássico.

Vários são os exemplos de cidades e povoados sul americanos nessa situação, como: Pozadas na Argentina e Encarnación no Paraguay (SCHIAVONI, 2000; D'ANGELO, 2000), Ype-ju no Paraguay e Paranhos no Brasil (OLIVEIRA, 2000), Salto del Guayra no Paraguai e Guaíra no Brasil (WAGNER, 2003), Rivera no Uruguai e Santana do Livramento no Brasil (MULLER, 2002), Puerto Suarez na Bolívia e Corumbá no Brasil (GONÇALVES, 1999; M. OLIVEIRA, 2004). Há outras que, conforme mencionou Tito Carlos Oliveira (2000: 38), são cidades vizinhas que (...) “não resistem a tentação de se comunicar e interagir”.

A partir dessa realidade, faz-se premente e necessário que no Mercosul o governo brasileiro adote distintos planos de enfrentamentos e gestão do turismo voltados para as regiões fronteiriças. Sobretudo em decorrência da heterogeneidade dos fatores de ordem histórica, social e econômica desses países aos quais, somando-se a Bolívia, não restam dúvidas quanto à existência de dois planos de enfrentamento na gestão territorial.

Num primeiro plano, podem-se agrupar realidades como as fronteiras do Brasil com o Uruguai e a Argentina, por conta de alguns indicadores sócio-econômicos, sendo o segundo plano composto pela fronteira com o Paraguai e, igualmente, com a Bolívia.

Não restam dúvidas de que a significativa estabilidade das fronteiras sul-americanas ao longo do último século, escapando quase ilesas do revisionismo militar e das turbulências geopolíticas, por certo contribuíram para a formação de uma realidade que tem propiciado a muitas cidades brasileiras a experimentação de práticas de vizinhança internacional, as quais, de longa data, carecem de um enfrentamento mais incisivo não apenas sob o ponto de vista pragmático pelos aparelhos de planejamento estatal, como também teórico de forma mais ousada pelos nossos intelectuais.

Na América do Sul, mais do que na Europa, o Estado e a academia relegaram às nossas fronteiras um longo período de estagnação em suas agendas de trabalho, com tímidas inserções do estado militarista das décadas de 60 a 80, tanto quanto o fizeram os intelectuais a partir da formação do Mercosul.

É admissível ter claro que, a partir do Mercosul, surgiu um novo tempo para os estudos fronteiriços, que ganharam terreno de tal forma que, mais do que pesquisadores isolados ou grupos de pesquisadores, algumas instituições

também passaram a se engajar no “antropofronteirismo pós-moderno”. Um exemplo disso, Segundo Guillermo Adrián D’Angelo (2000:31), é o da Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, no Paraguai, com sua proposta pedagógica declaradamente voltada para (...) *las características propias de una zona fronteriza y al proceso de integración en el marco del MERCOSUL* (...).

Nessa linha de raciocínio, por mais clara que esteja a continuidade da carência atual de estudos sobre as fronteiras, é notório que, a partir do Mercosul, há uma (re)surgência de pesquisas nessa área, numa dimensão que nos permite, inclusive, distinguir tal período de outros da História latino-americana contemporânea e, por que não dizer, de toda a História desse continente, onde as fronteiras permearam muito mais a agenda de um debate, encaminhado pelo Estado, no bojo da discussão sobre os “interesses nacionais” ou ainda das questões de “segurança nacional”.

Daí, portanto, decorrendo certas restrições ao livre e irrestrito fluxo pela e na fronteira, até como forma de conter práticas de subversão que “colocavam em risco os interesses nacionais”, que no entendimento dos dirigentes daquela época, comprometeu de forma contumaz uma atividade econômica de grande potencialidade para esses países: o turismo.

Nesse contexto, não há como negar que até os idos de 90 as universidades se fizeram ausentes, ou quase ausentes, dessa discussão, deixando um vazio sobre os estudos acadêmicos de regiões de fronteira. Esse fato impõe certos questionamentos a respeito das reais motivações que desencadearam tais e recentes investidas sobre essa temática, cabendo, portanto, uma autocrítica que conduz a várias reflexões, dentre as quais:

a) Estariam nossas universidades conectadas, em tempo, às transformações mundiais, razão pela qual tem sido crescente o número de trabalhos voltados a esse campo de estudos, a exemplo do Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosul, em setembro de 2000?

b) Esses estudos estariam indicando a prontidão de nossas universidades às demandas do Mercosul e dos interesses do sistema capitalista?

c) A recente convergência acadêmica aos estudos fronteiriços, apesar de coincidentes à emergência do Mercosul, deve ser associada também ao processo de democratização das sociedades do cone sul e à queda dos regimes ditatoriais nesse continente?

Trata-se, certamente, de especulações que merecem uma particular contribuição da Geografia aos estudos do espaço latino-americano.

2.3. As especificidades do turismo em áreas fronteiriças e o turismo de fronteira

Decorrido longo período de relativamente ausência das fronteiras no debate acadêmico, associada às posturas governamentais cuja tônica para as fronteiras não foi mais que a de “áreas de relevante interesse nacional”. Sendo assim, não se pode negar que nas últimas décadas do século XX ocorreram mudanças significativas no tratamento dado às fronteiras como temática que passou a estar mais presente na agenda de trabalho de governantes e acadêmicos.

Ainda que incipientemente, a fronteira passa a ser objeto de preocupação ao qual é atribuída uma complexidade que tem instigado, sobretudo a partir dos anos 90, um número cada vez maior de pesquisadores que tem enveredado para tais estudos, com encaminhamentos os mais variados sob o ponto de vista teórico-metodológico.

Alguns autores, inclusive, procuraram estabelecer tipologias de fronteiras, das quais algumas merecem destaque:

a) As fronteiras vivas – áreas com forte interesse militar, econômico, político ou de mais de um desses fatores, o que torna mais dinâmica a ocupação no entorno da fronteira, tornando-a uma faixa de povoamento, no entendimento de Marlene Santos (1995).

b) As fronteiras mortas – onde ocorre um esvaziamento nas relações de intercâmbio entre as populações limítrofes e, conseqüentemente, uma baixa no

índice de densidade populacional da área, conforme apontou André Roberto Martin (1992).

c) As fronteiras esboçadas – aquelas que começam a se desenvolver (MARTIN, *Op. cit.*).

d) Fronteiras duras e moles – determinadas conforme a maior ou menor facilidade de fluxo (Idem.).

e) Fronteiras superimpostas – cortam áreas de estabelecimento já consolidado (Idem.).

f) Fronteiras antropológicas – separações entre grupos humanos em diferenciados estágios de civilização e desenvolvimento, pelo que sugeriu José Martins (1997).

g) Fronteira barreira – formada a partir da ocorrência de um acidente geográfico que atualmente pode ser atenuada por conta dos avanços tecnológicos, segundo Carla Moller (2002).

h) Fronteira zona - caracterizadas por extensas áreas inabitadas, como florestas, montanhas, desertos, geleiras, etc. (MOLLER, 2002).

i) Fronteira linha – caracterizada pela forte ocorrência de marcos e outras formas de símbolos bastante visíveis que estabelecem a divisão territorial entre dois ou mais países.

Cabe ressaltar que algumas dessas tipologias guardam maior semelhança de conteúdo para com o objeto desta tese. No caso das *fronteiras vivas* é possível estabelecer um paralelo com a região fronteira de Corumbá, por conta dos interesses geoeconômicos que pairam sobre essa região. Foram instaladas mineradoras, exportadoras e importadoras, como também o gasoduto Brasil-Bolívia, que entra no território brasileiro por Corumbá, onde se cogita a

implantação de central termelétrica e siderurgias para os próximos anos, o que redinamizará ou vivificará ainda mais esta fronteira. Outra tipologia a ser destacada é a de *fronteiras duras e moles*, se considerado o fechamento esporádico da fronteira na região de Corumbá pelos bolivianos que dela fazem parte. Também as *fronteiras antropológicas* podem encontrar semelhanças na região fronteira de Corumbá, pois no panorama global da Nova Divisão Internacional do Trabalho é inegável a diferença de desenvolvimento entre o Brasil e a Bolívia. Ainda a fronteira explicita isso com bastante força, já que ao cruzar a fronteira entre os municípios de Corumbá e Puerto Quijarro, é nítida a diferença de civilidade urbanística, sem mencionar outros parâmetros de desenvolvimento apontados como de grande destaque para o planejamento e turistificação de uma região, como sugerido por Eduardo Yázigi (2003) em sua obra *Civilização Urbana – turismo e planejamento*. Por último, é plausível destacar as *fronteiras zonas*, por entender que, na região de Corumbá, muitas das fronteiras ainda o são inabitadas, por serem áreas suscetíveis de alagamentos zonais próprios da Planície do Pantanal.

Isso traz para a ciência geográfica mais um desafio, ao se associar a fronteira, como objeto de análise, a outras duas vertentes de enfrentamento sobre as quais têm se debruçado cada vez mais geógrafos: a região e o turismo.

Sobre essa conjugação colocada frente à geografia, cabe uma abordagem que, neste caso, intenta estabelecer inicialmente uma diferenciação sobre as possibilidades de desenvolvimento do turismo em áreas de fronteiras e, num segundo instante, conjugando a fronteira, o turismo e a região sob o viés do planejamento.

Em se tratando especificamente das manifestações do turismo em áreas fronteiriças, vislumbram-se ao menos três situações que parecem elementares e necessárias, como ponto de partida para uma melhor investigação, sobretudo pelo entendimento de que representam distintos quadros quanto ao planejamento e demais políticas que visem a fortalecer o turismo no panorama sul-americano:

2.3.1. O turismo pela fronteira

Nessa situação, a percepção de fronteira tem como ponto de partida seu conceito clássico, apresentando-se ao fazer turístico como o limite entre dois ou mais territórios e, por isso mesmo, dotada de aparatos de segurança, militarização e exigências burocráticas (passaportes, vistos de entrada, etc.), trazendo, em certo grau, uma sensação de desconforto e até de insegurança para o turista.

Em decorrência disto, o fluxo turístico por essas fronteiras tende a ser moroso, pela rotina de fiscalização e burocracia que o caracteriza, contrariamente à necessidade de uma maior fluidez na intensidade que a atividade turística requer para esses casos.

Nessa situação, por mais que as imediações da fronteira contenham atrativos, produtos ou equipamentos turísticos, para os turistas a fronteira se destaca não mais do que por um obstáculo a ser transposto rumo ao destino almejado.

Por outro lado, como o grande fluxo de turistas em âmbito mundial tem se dado majoritariamente pelo transporte aéreo, também podem ser incluídas nessas situações as fronteiras pelas quais muitos turistas passam sobre as mesmas de forma despercebida. Assim, para muitos turistas internacionais, mesmo após aterrizarem em solo estrangeiro e no contato com outras realidades ambientais, sociais e culturais, a fronteira nem ao menos foi lembrada espontaneamente no decorrer do percurso de viagem.

Por conta dessa predominância do transporte aéreo no deslocamento turístico mundial, bem como pelo estágio em que se encontram os tratados de aviação civil e comercial, tem sido pouco comum a um segmento de turismo mais elitizado o debate sobre os problemas dessa atividade ligados às fronteiras, excetuando-se os casos onde se faz menção às fronteiras como parte de determinados espaços aéreos que mereçam cuidados especiais no controle do tráfego aéreo.

Nessa tipologia de fronteira, um bom exemplo é o caso do México com os Estados Unidos, para a qual este país atribuiu e reforçou a funcionalidade restritiva na contenção à entrada de imigrantes latino-americanos.

Trata-se, no caso dessa fronteira, de um excesso de burocratização e policiamento, que se contrapõe às demandas e tendências do turismo mundial, tanto quanto vai de encontro ao modelo de fronteira que se busca na “aldeia global”. Ressuscita-se, dessa forma, o modelo de fronteira estabelecido no auge da guerra frente à Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental. Ou mesmo o modelo chinês, que outrora erigiu suas grandes muralhas fronteiriças, guardadas as devidas proporções. Nesses dois casos, há uma possível semelhança de objetivos aos propósitos dos Estados Unidos com sua muralha justaposta entre esse território e o do México.

Sob essa perspectiva, a fronteira ganha uma dimensão especial, de maior ou menor concretude ou abstração, no imaginário consumista dos que por ela enveredam. Passar pela fronteira, vencendo seus obstáculos naturais como a correnteza do Rio Bravo, ou de aparato estatal como a Border Patrol (Patrulha de Fronteira)²⁸, nesse caso, pode representar para muitos o tão sonhado passaporte a um mundo melhor, ainda que arriscando suas próprias vidas (anexo 03).

2.3.2. O turismo na fronteira

Essa proposição de tipologia é sugerida para as fronteiras que, mesmo tendo uma contigüidade de atrativos turísticos dispersos em dois territórios nacionais, conformando uma paisagem aparentemente homogênea, sob o ponto de vista turístico não podem ser apropriadas em sua plenitude, à implantação de produtos e roteiros por diversas razões. Os problemas podem implicar a turistificação unilateral dessas fronteiras.

Como conteúdo mais marcante dessas regiões, pode-se mencionar a relativa inoperância e/ou incapacidade de determinados Estados em prover, parcialmente ou na totalidade, políticas públicas que resguardecam o empreendedorismo turístico sobre essas regiões fronteiriças de forma bilateral.

Ou seja, na relativa ausência do Estado num dos territórios, o turismo tende a espacializar-se unilateralmente em determinadas fronteiras, dificultando o processo de turistificação binacional e, por decorrência, da integração regional no

²⁸ Cf. Revista ISTOÉ de 20 de março de 2005, p. 72.

e pelo turismo. Isto, por certo, apresenta impeditivos que extrapolam os costumeiros problemas de ordem burocrática e diplomática que as construções regionais internacionais apresentam.

Como exemplo desse tipo de fronteiras, podem-se mencionar as áreas onde têm ocorrido com intensidade conflitos de fundo étnico e/ou religioso. Também pela presença de organizações criminosas ou paramilitares separatistas, como o caso da FARC, na Colômbia, que já aprisionou turistas como forma de manifestação, protestos ou exigências ao setor governamental. A propósito, nessa fronteira Brasil-Colômbia, há a exceção de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia), onde se constata esforços governamentais de extrema importância na efetivação de práticas integracionistas (FARRET, 1997: 110):

“Na fronteira Brasil-Colômbia, no âmbito do Projeto Binacional de Cooperação Fronteiriça (...) Tabatinga no Brasil, e Letícia, na Colômbia (...). Há um incipiente processo de cooperação, mas ainda carregado de incógnitas em relação a alguns aspectos específicos, que precisam ser esclarecidas: o tamanho da demanda; a questão da tarifação e da remuneração dos serviços prestados por um país e /ou cidade ao outro; as bases sócio-espaciais de um plano diretor de desenvolvimento urbano para as duas cidades.”

À exceção do caso Tabatinga/Letícia, é necessário destacar na fronteira entre o Brasil e a Colômbia o comprometimento do domínio amazônico fronteiriço para atividades como o ecoturismo, turismo de natureza e outras modalidades do gênero em decorrência da falta de infra-estrutura, mas também pela insegurança.

Eis que em tal contexto decorre uma dada situação na qual a atividade turística poderá ser desenvolvida, quando muito, nas imediações de uma das fronteiras, por conta da restrição não oficializada na fluidez dos fluxos turísticos e não turísticos entre os países do Brasil e Colômbia, mesmo com a implantação do Sistema de Vigilância da Amazônia – SIVAM e os recentes acordos de cooperação protocolados pelos dois países. Isso, evidentemente, intimida a instalação de fixos direcionados ao turismo. Daí a denominação turismo na fronteira como limite proximal.

Há, muitas vezes, uma especificidade fronteiriça marcada fortemente por articulações apropriadas por redes ilícitas transnacionais que produzem forças de exclusão no conjunto das possibilidades de dinamismo sócio-econômico regional. Essa problemática chega a tal ponto que, mesmo havendo atratividade (natural, cultural, histórica, artificial, etc.) em ambos os países, o que predispõe maior facilidade de turistificação trans-territorial, essas espacializações não se evidenciam de forma sistemática e segura.

Ocorre, nesses casos, a sujeição do direito de ir e vir aos preceitos inconstitucionais do estado paralelo, o que termina por comprometer o turismo como um dos caminhos do desenvolvimentismo, uma vez que pode obstaculizar sobremaneira o fluxo do turismo nessas regiões.

Por essa via, é possível o entendimento de que há uma letargia ou retrocesso na gênese desse modelo de fronteira, constituindo-se em mais uma contraposição à atual tendência de construção dos espaços globalizados, não estando em consonância com os interesses do sistema capitalista e suas articulações junto aos Estados contemporâneos.

Numa análise mais ampla, chega-se ao entendimento de que há um conflito ou ambigüidade na relação entre Estado e Fronteira. Os Estados Modernos, que já tiveram um importante papel na construção das fronteiras clássicas, com as quais tinham uma relação de pertinência, vigilância e militarização e, portanto, de controle dos fluxos que eram submetidos aos preceitos de soberania vigentes de outrora, passam, no momento atual, a ter que garantir uma nova edição de intervencionismo que assegure em determinadas fronteiras a instalação e a permanência de fixos (infra-estruturas, equipamentos, roteiros, etc.), bem como as condições necessárias aos fluxos (turistas).

Como o espaço mundial não se globaliza como um todo homogêneo, em muitas áreas fronteiriças periféricas como Brasil-Colômbia, Brasil-Paraguai e Brasil-Bolívia, entre outras, o Estado, apesar das ações que favorecem a construção e a manutenção de mercados regionais, tem demonstrado dificuldades na manutenção da velha “ordem”, numa nova forma que assegure a efetivação das regiões turísticas, no modelo de outras construções regionais como as industriais e as comerciais estabelecidas em redes que ignoram boa parte dos problemas que afetam o turismo.

2.3.3. O Turismo de fronteira

Esta proposta é direcionada às áreas onde, apesar de algumas semelhanças com as tipologias anteriores (turismo na fronteira e turismo pela fronteira), também porta outras características que subsidiam sua distinção em relação às demais.

Assim, é possível dizer que nessa categoria, ora encaminhada sob o rótulo turismo de fronteira, também pode haver uma distribuição natural dos elementos fisiográficos (fluviais, lacustres, faunísticos, florísticos, pedológicos, geomorfológicos, etc.), assim como dos aspectos humanos (econômicos, urbanísticos, etc), pelos territórios que se defrontam, sejam apreendidos sob a territorialidade de países ou de seus fracionamentos administrativos próprios.

Como exemplos naturais dessas ocorrências, podem ser citados os domínios morfoclimáticos dos Andes, da Amazônia e do Pantanal, entre outros casos dispersos pelo mundo.

Nesses casos, o estabelecimento de demarcações territoriais pode ficar mascarado pela contigüidade e homogeneidade paisagística. Seria possível afirmar que, sob esse prisma, configuram-se quadros onde, não raramente, subtraem-se ao campo visual e perceptivo dos turistas, sobretudo, os traços e feições que ressaltem a fronteira como um dos componentes dessas paisagens, se não pelas construções que os Estados têm edificado sobre elas (marcos delimitatórios).

Quanto ao aspecto urbanístico, não seria forçoso apontar, que dentre os traços elementares que favorecem a existência de um turismo de fronteira constam, certamente, os espaços transfronteiriços conurbados ou tendendo à conurbação. Em muitos desses espaços, a gênese histórica e geográfica imprimiu formas e traçados que sua contigüidade guarda estreita relação geométrica ao modelo cartesiano de traçado urbano, como se fossem partes de um mesmo desenho dispostos sobre diferentes territórios administrativos e jurídicos.

Já de longa data, essas fronteiras, que hoje se comunicam com bastante intensidade, têm sido forjadas por mecanismos que destoam dos demais processos de gênese urbana. Inicialmente foram direcionadas pelos Estados à

função de povoamento e militar-protecionista. Posteriormente foram consubstanciados por diversas práticas socioculturais que na América do Sul podem incluir o comércio, o contrabando e o narcotráfico. Pode ainda referir-se ao turismo que surgiu como uma das mais recentes lógicas da (re)organização espacial dessas fronteiras, que inegavelmente tem promovido a integração regional de determinados municípios fronteiriços.

Sobre a origem dessas construções regionais de fronteira, é conveniente lembrar o ponto de vista de Susana Souza (1995:126):

“Da condição de fronteira, alguns traços de comportamento se tornam peculiares e muito importantes para uma melhor compreensão de como pensavam e atuavam os habitantes deste tipo particular de região, especialmente em relação às trocas que ali se realizavam inclusive as consideradas ilícitas, como o contrabando. E a especificidade destes traços culturais pode ser melhor percebida na continuidade ‘transfronteiriça’ da rede urbana, onde o contrabando se inseria como parte estrutural dos mecanismos de troca, adaptando-se à lógica da organização espacial dessa região.”

Cabe reforçar que mesmo cidades afastadas por uma pequena distância podem ser áreas possíveis de um turismo de fronteira pois, mais que a contigüidade da malha urbana, o que caracteriza a existência desse tipo de turismo é a ocorrência de um espaço turístico que tende a ser uno sob o ponto de vista de sua (re)produção.

Assim, em certos casos, pequenas distâncias entre dois ou mais núcleos urbanos de fronteira podem ser diluídas no bojo das tessituras territoriais, a partir das atividades sociais e produtivas desenvolvidas nessas sociedades-cidades.

Outro aspecto importante na formação de uma região turística de fronteira diz respeito ao aprimoramento da atividade turística em determinados lugares, colocando o turismo num patamar de importância equivalente a outras atividades que se estabelecem e que diferenciam algumas fronteiras.

O processo de construção do destino turístico de fronteira pode ter sido desenvolvido espontaneamente pelas comunidades fronteiriças, ou conduzido pelos organismos governamentais, a exemplo do que tem sido feito na Europa.

Ou ainda como tem sido articulado, pontualmente, por países da América do Sul, como discutido no I Fórum de Debates Sobre Integração Fronteiriça, nos artigos 1º e 2º.²⁹

Assim, para haver o turismo de fronteira, é preciso primeiramente existir um processo de integração entre dois ou mais territórios e/ou sociedades, sendo o turismo parte significativa dessa integração.

Isso, num estágio avançado, deve permitir aos turistas a facilidade de acesso e freqüentação de seus atrativos e equipamentos, que devem ser trabalhados conjuntamente em dois ou mais territórios.

Nesse contexto, ainda que em determinadas fronteiras sejam visíveis quaisquer simbologias (marco), normativas (leis) ou artificialidades (placas) que exaltem a divisão entre Estados, territórios e povos, os turistas devem senti-las como uma para o *fazer turístico*. Esses territórios (re)visitados devem ser percebidos como extensões uns dos outros. Algo que remeta à idealização, no plano mental, de um território de territórios: a extraterritorialidade do turismo.

²⁹ http://www.camara.gov.br/mercosul/I_Forum_Foz_Iguacu, acessado em 25 de maio de 2005.

CAPÍTULO 3 – PLANEJAMENTO REGIONAL DO TURISMO EM ÁREAS DE FRONTEIRAS.

3.1. (Re)visitando o conceito de região: as regiões de fronteira e o turismo

Se o estudo das fronteiras apresenta-se complexo como objeto de investigação acadêmica, sua associação ao termo região só faz aumentar tal complexidade em todas as instâncias e situações imaginadas, do senso comum ao meio técnico ou político, do plano empírico ao teórico. Desse modo, a composição terminológica região e fronteira abre uma gama de possibilidades de análise em conformidade aos objetivos pelos quais são evocadas a cada espaço-tempo.

O termo região tem sido apropriado e utilizado com bastante frequência pelo senso comum, como designação que estabelece a diferenciação entre diferentes lugares vividos, informados ou imaginados, numa construção que em sua maioria desconhece os elementos que despontam nas discussões de caráter acadêmico sobre o assunto.

Na Geografia, em particular, isso tem sido motivo de especulações, embora se possa afirmar que as regiões de fronteira ainda careçam de esforços desta ciência. Há, nestes termos, um débito desta disciplina para com as ciências e sociedades de modo geral no trato dessa questão que lhe parece bastante peculiar. Isso, por certo, não tardará a ser reclamado numa intensidade maior que a já desencadeada, sobretudo à Geografia Humana.

Investigações preliminares com base em fontes secundárias demonstram que tanto o termo região quanto fronteira são de uso bastante antigo no conhecimento humano em geral e de longa data encontraram resguardo na ciência geográfica. A região, inclusive, se fortaleceu a tal ponto que chegou à condição de categoria de análise na Geografia, como sugere o trabalho de Pedro de Vasconcelos (2001).

Já na Idade Antiga, o termo região, ainda que carente de aparato conceitual, era usado para denominar as áreas anexadas em decorrência de quaisquer que fossem os processos de expansionismo territorial, sendo essas “novas unidades” de domínio e governo denominadas régios, sobre as quais, segundo Antonio Carlos Moraes (1995), Heródoto desenvolvia sua descrição dos lugares na perspectiva regional.

É possível afirmar que, na Geografia, o termo região pode e deve ser perseguido insistentemente como um objeto que está além do empiricismo com que é sobremaneira tratado por outras ciências, chegando mesmo a um destaque teórico-metodológico em diversas correntes do pensamento geográfico. O termo região obteve destaque já nos primórdios da formação dessa ciência através das escolas geográficas alemã e francesa.

Da Escola Alemã, cabe ressaltar a influência de F. Ratzel com seu Determinismo Geográfico que, juntamente com A. Von Humboldt, fundamentou muitos trabalhos dirigidos à definição das regiões naturais. Nessa proposta, a região era tomada como parte da superfície terrestre individualizada pelos elementos naturais como o clima, vegetação, relevo, solo, etc., os quais favoreciam a diferenciação dos lugares e sociedades a partir de seus atributos físicos naturais.

Já na Escola Francesa, La Blache e seus discípulos, em contraposição aos pressupostos naturalistas e deterministas da escola alemã, lançam mão de bases com forte conteúdo humanista. Por esta vertente, a região seria o resultado do relacionamento constante e cumulativo das sociedades que, com seus distintos usos, costumes e técnicas, constituíam a diversidade de gêneros de vida que formatavam a pluralidade de regiões geográficas na perspectiva da Geografia Regional.

Para Roberto Corrêa (1998), a região é um conceito que remete a uma noção fundamental na Geografia, a diferenciação dos lugares, ou seja, pressupõe uma complexidade que não é harmônica enquanto conceito, mas que ainda assim não deixou de provocar grande ressonância nesta ciência, evocando um debate mais exaustivo. Esta importância que o termo ganha na Geografia pode ser justificado a partir do disposto no texto abaixo:

“Subjacente a todos os paradigmas há um denominador comum: a geografia tem suas raízes na busca e no entendimento da diferenciação dos lugares, regiões, países e continentes, resultantes entre os homens e entre estes e a natureza. Não houvesse diferenciação de áreas, para usar uma expressão consagrada, certamente a geografia não teria surgido. Estamos falando, pois, do cerne da geografia, ainda

que o seu significado não tenha sido sempre o mesmo. Os conceitos de região e organização espacial estão vinculados a esta idéia básica em geografia.” (CORREA, 1998: 08)

Na intenção de melhor esclarecer a abordagem regional do turismo em área de fronteira, faz-se necessário buscar, tanto quanto se fez para a abordagem conceitual do termo fronteira, a visão de outros autores sobre o significado e aplicabilidade da região no conjunto das possibilidades de análise geográfica atual e sua associação ao fenômeno turismo.

Eduardo Yázigi (2001), ao tratar sobre as regiões de planejamento turístico, sugere a região como o lugar onde o conjunto das características que a definem apresentam-se de forma diferente das características de seu entorno, dentre outras características citadas por esse autor.

Para Antônio Carlos Moraes (*Op. cit.*), a região é um conceito que na Geografia adquiriu amplo efeito, a ponto de produzir a Geografia Regional, que enfocou seu objeto de estudo numa dada unidade espacial de dimensão variável e individualizada pelas formas sociais de organização do espaço terrestre.

É conveniente enfatizar essa indefinição geométrica da região, ou seja, quanto à forma, uma região pode ter diferentes feições de representação cartográfica e espacialização na Geografia, conforme informou Pierre George (1972).

Sandra Lencioni (1999) explicitou a amplitude do termo região nas várias ciências. Também conceituou a região como algo de utilização pelo senso comum, à semelhança do termo identidade. Admitiu que, na Geografia, esse termo ganha particularidade enquanto noção problemática. Evocou o debate que ainda se encontra latente do ponto de vista teórico e metodológico sobre a região, o que não constitui o escopo deste trabalho. A autora também faz menção à região numa perspectiva dialética, na medida em que a mesma é parte de um todo maior [global] em constante movimento. Daí a grande dificuldade metodológica do recorte regional único e geometricamente pré-estabelecido nos trabalhos dessa natureza. Ao tratar desse tema numa de suas obras, o geógrafo Milton Santos (1997) se referiu à região como o lugar de realização de

determinadas atividades que a cada momento histórico admite novas formas-conteúdo, materializando, assim, subespaços de um espaço nacional.

Esse mesmo autor (SANTOS, *op. cit.*), numa outra ocasião, expressou que todas as formações regionais devem merecer atenção e não somente as de característica metropolitana, sendo que esses subespaços devem (...) ser geridos por um poder legislativo regional, tendo a participação das câmaras municipais e prefeitos dos municípios envolvidos (SANTOS, 1993: 119-120). A associação dos termos região e fronteira, segundo ABINZANO (2000), constitui uma noção-conteúdo que expressa um conjunto de sistemas socioculturais localizados numa área de interação pelas mais variadas formas, podendo ter dimensões espaciais estabelecidas pela evidenciação dos fenômenos contidos em seu interior, o que, nesta tese, tem como base a atividade turística na região fronteira de Corumbá, a qual será posteriormente melhor definida com base nos trabalhos de BOULLÓN (2002) e YÁZIGI (2001).

Deste modo, pode-se entender as regiões de fronteira como aquelas áreas do espaço nacional e mundial cuja delimitação não é hermética, mas sim consoante com os instrumentais teóricos e metodológicos utilizados em cada abordagem (acadêmica, governamental, não governamental, etc.), resultando um encerramento (recorte) que expressa uma natureza diferenciada de manifestações ambientais, históricas, sociais, econômicas e culturais possíveis inerentes a um território ou permeando territórios de diferentes Estados.

3.2. Algumas experiências brasileiras de planejamento regional em áreas de fronteiras

Nesse aspecto, encontram-se desde trabalhos sobre Geografia Cultural, como o desenvolvido por Mesquita (1995), em que a autora sugere a incondicional necessidade do Brasil em disseminar o ensino da língua espanhola como um fator de integração regional de fronteira para com os nossos vizinhos platinos.

Vale mencionar os estudos feitos na fronteira de Santana do Livramento ao sul do Brasil, com Rivera ao norte do Uruguai, conforme BENTACOR (1995: 100) informou:

“La observación de foto aérea del lugar expresa claramente la situación de estas dos ciudades integradas en una trama urbana aparentemente única. (...) La integración busca eliminar las barreras existentes, o sea, hacer desaparecer paulatinamente las diferencias. De esta forma las fronteras van a recibir un fuerte impacto, de alguna manera van a ser las zonas que en primera instancia sientan los efectos de la misma.”

Para GARAY (2000), outro exemplo de gestão integrada de áreas fronteiriças em adiantado estado de articulação é o das cidades de Foz de Iguaçu, no estado do Paraná (Brasil), Ciudad del Este no Paraguai e Puerto Yguazú na Argentina, como demonstram a figura 03.

Figura 03 – Conurbação tripartite: Brasil, Paraguai e Argentina

Nesta convergência tripartite, apesar de problemas alfandegários ocorridos entre o Brasil e o Paraguai, no geral, as cidades têm procurado fortalecer uma proposta de integração que realce suas potencialidades turísticas, cabendo a Foz do Iguaçu e seu parque hoteleiro o turismo de eventos e lazer, assim como em Puerto Iguazú tem sido proposto o turismo de natureza ou contemplativo desenvolvido no Parque Iguazú, e ainda Ciudad del Este e seu turismo de compras.

Trata-se de uma proposta de desenvolvimento ousada e que pretenderenvolver consensualmente distintos atores e agentes dos setores público e privado dos três países.

Igualmente, pode ser tomado como um exemplo de região de integração turística do Mercosul a Região das Missões Jesuítico-Guarani, englobando territórios da Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil, onde foi implantado o Circuito Internacional das Missões Jesuíticas Guarani, o qual teve origem na década de 90, segundo informou Carmem Regina Nogueira (1999:73):

“Lançado em outubro de 1995, em nível regional, na Sétima Feira Nacional do Milho em Santo Ângelo, RS, Brasil; em outubro de 1998, em nível nacional, no Congresso da Associação Brasileira de Agências de Viagens, no Recife, PE – Brasil e em novembro do mesmo ano, na Feira Mundial de Turismo em Londres – Inglaterra, o “Circuito Internacional das Missões Jesuíticas” (...) constitui-se no primeiro roteiro turístico oficial do Mercosul (...).”

Ainda segundo essa autora (NOGUEIRA, Op. cit.), tal Circuito está inserido no Mercosul como uma política de desenvolvimento ao setor turístico, tendo como objetivos principais a divulgação da história e das obras e cultura dos povos missioneiros, a preservação do patrimônio e a consolidação regional como pólo turístico internacional, dentre outros. Foram mencionados também outros dois circuitos regionais integrados em áreas de fronteiras brasileiras, quais sejam:

- O Circuito Turístico Fluvial de Integração Amazônica, existente desde a década de 60, envolvendo Peru (Iquitos), Colômbia (Letícia) e Brasil (Manaus),

com destaque para o turismo de natureza e aventura, onde ainda hoje existem problemas na operacionalização do roteiro.

- O Circuito Turístico das Quatro Bandeiras, também iniciado ao final da década de 60 e envolvendo cidades brasileiras, argentinas, uruguaias e paraguaias, sendo operado apenas pelo setor privado.

Um dos estados brasileiros com forte relacionamento regional de fronteira é o de Mato Grosso do Sul, onde é expressivo o número de municípios fronteiriços se comparado a outros estados brasileiros de localização semelhante. Neste estado, mais de dez municípios se articulam de forma mais intensa com seus vizinhos de outras nações do que com municípios brasileiros.

Por conta disso, Tito Carlos Oliveira (2000) enveredou-se neste espaço de aproximadamente 1500 quilômetros de fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia, ao que denominou “Fronteira Mesopotâmia” em que, apesar de entender a importância das redes que ligam as distintas regiões do espaço global, deu ênfase metodológica a cada par de municípios ou pequenos grupos de povoamento como uma região, dada a existência de singularidades que essas composições bilaterais apresentam. A esse respeito, o autor ainda teceu as seguintes considerações:

“Este conjunto de cidades e vilas que pouco representa nas estatísticas oficiais, exceção feita às cidades de Corumbá, Ponta Porã e suas conurbações que possuem uma dinâmica própria e singular, são territórios especiais que obedecem combinações domésticas distantes, na maioria das vezes, daquelas estabelecidas pelo conjunto geral das leis. A lógica espacial de atuação do capital está sustentada em diversas modalidades de circulação de natureza nem sempre formal, ou melhor dizendo quase sempre informal, ajustadas nas múltiplas formas de manipulação de todas as estruturas sociais e políticas do local. Na fronteira, há uma heterogeneidade de fluxos que desrespeita e desafia os limites legais, situada na organização de parentesco e de sobrevivência, fazendo dos limites do ‘Estado Moderno’ barreiras invisíveis.” (OLIVEIRA, 2000:35)

Essas regiões da “fronteira mesopotâmia” do Mato Grosso do Sul realmente foram, e ainda são, territórios de grande ocorrência da economia informal e do chamado estado paralelo, onde, por muito tempo, o Estado não conseguiu dar cabo de assegurar o exercício da cidadania e a aplicação dos preceitos legais que salvaguardem, na plenitude, direitos à liberdade de expressão e circulação dos habitantes locais e visitantes³⁰.

Deste modo, a liberdade de expressão foi, e ainda é, na opinião de muitos, sufocada regionalmente pelo estado paralelo, a ponto de não reclamar abertamente, e de forma mais incisiva, a atuação do aparato estatal governamental. Caso se efetive uma maior presença governamental na região, garantindo a aplicabilidade dos preceitos constitucionais próprios de um Estado de direito democrático, o turismo doméstico poderia apresentar novas perspectivas a essas regiões.

Nesse sentido, até a década de 90 essas fronteiras tiveram forte repercussão na mídia nacional como *locus* de contrabando, narcotráfico, pistolagem e outras formas de crime organizado. Razão pela qual as mesmas foram estigmatizadas sob o foco de uma imagem pejorativa e pelo que foram rotuladas de “fronteiras sem lei” (WAGNER, 2003). Essa denominação ganhou ressonância especial no campo do turismo doméstico e, certamente, também reprimiu demandas internacionais.

Essa mácula de região sem lei repercutiu estrondosamente por décadas na história do então Mato Grosso e do jovem estado de Mato Grosso do Sul, mesmo com os esforços estatais brasileiros no fortalecimento de forças militares nacionais nessas fronteiras. Essas forças militares traçavam estratégias de ação que não abrangiam a repressão ao narcotráfico e ao crime organizado, mas estavam presas aos ditames constitucionais da “defesa do território nacional”, constituindo um paradoxo pragmático na medida em que as redes de

³⁰ Muitas notícias a esse respeito têm sido veiculadas na mídia, como a que foi apresentada pela Rede Globo de Televisão no dia 29 de abril de 2005, na qual foi enfocada a ação de policiais brasileiros com o objetivo de coibir a entrada ilegal de produtos trazidos pelos chamados sacoleiros; levou-se também ao ar a retaliação de fiscais e policiais paraguaios no livre trânsito de visitantes e trabalhadores brasileiros naquele país, fato que coloca em situação delicada a relação diplomática desses países no Mercosul.

criminalidade se fortaleciam e, sem dúvida, afetavam muito mais a soberania nacional que possíveis invasões paraguaias ou bolivianas.

Portanto, essas regiões mesopotâmicas de fronteira com o Paraguai, ficaram, por bom tempo, estigmatizadas como regiões de criminalidade, como apresentado na figura 04.

Figura 04 – Fronteira Brasil-Paraguai onde até o final do séc. XX perdurou uma imagem de região sem lei, ou como diziam os locais onde a lei era o 44 (calibre de revolver), dado ao grande número de ocorrência de crimes de pistolagem naquela região.

Fonte: Carlos Wagner, 2003

Carlos Wagner (*Op. cit.*) reforça que, até o final da década de 90, o Paraguai foi majoritariamente o destino de muitos veículos roubados nas cidades brasileiras, ou ainda de turistas que se aventuram nas bordas de suas fronteiras. Essa situação foi, inegavelmente, favorecida por questões de ordem sócio-econômica de fundo histórico, como também pela aquiescência silenciosa e, porque não, consensual das autoridades daquele país, se considerarmos o fragmento de texto a seguir:

“Imagine: a BMW blindada roubada em São Paulo que foi usada pelo então presidente do Paraguai, Luiz Gonzáles Macchi, e a Mercedes-Benz blindada tomada de assalto no Brasil usada pela primeira-dama, Suzana Galli, entraram no território paraguaio pelas mãos de receptadores do País-bandido.” (WAGNER, 2003:20)

Também na fronteira Brasil-Bolívia ainda se faz bastante presente na memória de muitos o “trem da morte”, como referência à antiga linha férrea que se destinava a Corumbá, fronteira com a Bolívia.

Isso certamente representa outro paradoxo, se considerarmos que essas fronteiras que atraem pela diversidade e riqueza de sua cultura, tanto quanto pelo comércio que agoniza frente ao processo de globalização³¹, na mesma medida, tendem a afastar os turistas que se vêem negligenciados pelo Estado e à mercê do estado paralelo, quadro que tem levado muitos turistas à condição de vítimas de extorsão, furtos, assaltos, etc.

Entretanto, é plausível fazer alusão a mudanças de ordem prática ocorridas em algumas fronteiras do Mercosul, em que a região de Ponta Porã, apesar de inserida ao que Carlos Wagner (*Op. cit.*) chamou de “País Bandido”, pode servir de exemplo nos setores de segurança, educação, transportes, saúde, etc.

Essas mudanças, ainda que tímidas, no entendimento de muitos, abrem perspectivas de uma maior aplicação dos termos constantes no Mercosul que

³¹ Isto considerando-se que, na atualidade, os produtos denominados paralelos (cópias) ou primeira linha (originais), oriundos principalmente do mercado asiático, são facilmente encontrados nas grandes cidades brasileiras, sem muita dificuldade.

fortalecem o processo de integração das cidades da região como um todo. Isto pode apresentar reflexos extremamente positivos para o retorno de um fluxo turístico que corresponda, ao menos em parte, aos anseios regionais para essa atividade. Sobre os desdobramentos práticos desses acordos é bom observar o exposto abaixo:

“Não é para menos: até o final da década de 90, para registrar um carro no Paraguai bastava entrar numa prefeitura, pagar uma taxa e assinar uma declaração de que era o dono do veículo. Aí, era só pegar as placas e sair de lá como proprietário. Com o Mercado Comum do Sul (Mercosul), os governos vizinhos conseguiram enfiar goela abaixo das autoridades paraguaias uma lei que regulamenta a posse dos carros do país. A nova legislação, que exige a legalização da posse dos carros ilegais, criou o Registro Nacional de Veículos. Funciona assim: primeiro, o número do chassi do coche malo é publicado nos jornais. Se o dono [brasileiro]³² não aparecer em dois anos, quem tem a posse provisória do veículo torna-se o proprietário. A lei ainda não pegou, mas deverá estar em vigor até 2010.” (WAGNER, 2003:47)

No entendimento das comunidades³³ da região fronteira de Ponta Porã, a integração sempre existiu, apesar dos problemas vivenciados há muito tempo pelos que a habitam, e tem sido favorecida pelo Mercosul, que acrescentou uma maior aproximação dos municípios pela via diplomática e legalista. Essa proposta de integração foi solapada, vez ou outra, por interesses particulares de lojistas como é o caso dos paraguaios, que têm interesse explícitos na abertura irrestrita da fronteira para facilitar o fluxo do turismo de compras [em sua maioria de sacoleiros] que, na predominante informalidade, acrescentam numerários ao comércio daquele país.

Ao contrário, para os lojistas brasileiros interessa a rigidez própria das fronteiras de fluxo mais restritivo, se direcionado ao comércio de sacoleiros,

³² Destaque meu.

³³ Sobre isto, foram entrevistados de forma qualitativa aberta alguns representantes dos segmentos governamental, acadêmico, comercial, transportes e hotelaria dos municípios de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no mês de outubro de 2004.

regozijando por ocasião dos impasses entre autoridades brasileiras e essa modalidade de comércio que tem aumentado por várias formas de transporte, inclusive individual, dado os acordos firmados no Mercosul e a tendência de redução de receptação de cabritos³⁴. Pode-se verificar o número reduzido de veículos furtados no Brasil para abastecer o mercado paraguaio, conforme citado por C. Wagner (*Op. cit.*).

Essa nova realidade gerada no Mercosul possibilitou aos corretores de seguros a inclusão de cobertura nos seus serviços contratuais para os casos de furtos praticados até mesmo dentro do território paraguaio. Isso inibiu ainda mais a demanda, naquele país, por veículos de procedência ilegal, fortalecendo a dinamização do turismo doméstico e voltando a incluir mais significativamente as cidades sulmatogrossenses como centro emissor para as lojas de Pedro Juan Caballero, principalmente por ocasião dos feriados prolongados que servem para a visita às casas de jogos, troca de pneus, dentre outras compras.

Outro aspecto a destacar nas regiões da Fronteira Mesopotâmia é a grande recorrência que as populações do Paraguai e Bolívia fazem ao nosso país, principalmente nos setores de saúde e educação. Para isto, as populações dessas fronteiras procuram criar formas de conceber seus filhos nos municípios brasileiros e, assim, ganham possibilidades de obter documentação brasileira e, conseqüentemente, o benefício à assistência social no modelo de inclusão vigente no país: bolsa escola, livro didático, merenda, transporte escolar, vale gás, vacinações, etc.

Sobre esse aspecto, inclusive, é preciso destacar a ausência de um melhor equacionamento na distribuição dos recursos federais sob as mais variadas siglas de repasse aos municípios brasileiros de fronteira, já que esses suportam demandas nem sempre oficializadas para suprir carências de municípios vizinhos de outros países.

É necessário reconsiderar as regiões de fronteira como dotadas de particularidades que carecem de um enfrentamento diferenciado pelos gestores governamentais brasileiros nas mais variadas esferas.

Esses problemas ocorrem de tal forma que, muitas crianças paraguaias, ignorando a fronteira seca das cidades gêmeas entre os dois países (figura 05 e foto 01), freqüentam diariamente os equipamentos de Ponta Porã.

³⁴ Termo regional para designar um veículo de procedência duvidosa ou ilícita.

Figura 05 – Conurbação fronteiriça da região de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero. Percebe-se claramente a dificuldade em delimitar a fronteira entre os países

Fonte: Guia de informações de Pedro Juan Caballero In TORRECILHA, M. A., 2004. p. 65

Foto 01: Fronteira seca entre Ponta Porã/BR (ponto base da foto) e ao fundo a construção de um shopping no município de Pedro Juan Caballero/ PY.

Autor: Roberto O. Paixão, 2004.

Em relação ao setor de transporte, as legislações de trânsito entre os dois países produzem cenários urbanos nos quais podem ser visualizadas diferenças como a não utilização de cintos de segurança ou capacetes (foto 02) nos veículos paraguaios que circulam a poucos metros dos veículos brasileiros sob outros regulamentos e, por esta razão, evidenciam um antagonismo legislativo que insiste em apontar ambigüidades de cotidiano e, ao mesmo tempo, reforçam uma unicidade que desconhece a fronteira como limite, senão pelas insistências do aparato estatal.

Foto 02 – Destaque para a diferença de legislação de trânsito entre Brasil e Paraguai: motociclistas sem capacete.

Autor: Roberto O. Paixão, 2004.

Por outro lado, ainda em relação a isso, é interessante destacar, como exemplo, a integração alcançada pelos taxistas de ambos os lados, os quais, por meio de suas associações de classe, atropelaram a integração governamental viabilizando uma parceria, inclusive normatizando sua atuação no âmbito regional, para o que estão devidamente identificados e padronizados, incluindo-se os honorários, o que representa um avanço nos serviços prestados não somente à

comunidade, como também aos turistas que visitam a região³⁵, como demonstra a foto 03 a seguir:

Foto 03: Táxi com identificação para o trânsito na região de Ponta Porã

Autor: Roberto O. Paixão, 2004.

Assim, a integração, apesar de apresentar alguns problemas de encaminhamento, é uma realidade que está sendo reconstruída na região de Ponta Porã sob uma nova ótica. Não se trata mais apenas de uma região marcada pelas conexões de redes que se conectam sobre o território do país bandido, como mencionado por Carlos Wagner (*Op. cit.*).

A nova conjuntura admite vários atores sociais que estão visivelmente engajados a fim de melhorar as relações de compartilhamento do espaço fronteiriço, entendendo a necessidade dessas ações para o desenvolvimento econômico regional e da tão falada inclusão social.

Aliás, especificamente no caso de Ponta Porã, houve declaradamente uma intenção econômica de retomar o turismo dos anos 80 e 90, tendo claro que

³⁵ De acordo com as entrevistas realizadas aos presidentes de associações de taxistas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, no mês de outubro de 2004.

essa modalidade é importante para as duas cidades, já que pode aquecer o comércio de Pedro Juan Caballero e o setor hoteleiro de ambas, dentre outros serviços como restaurantes e transportes. Por certo prisma, é como se essa sociedade regional procurasse reencontrar o passado recente quando os visitantes se espremiavam pelas calçadas e ruas para as compras favorecidas pela paridade entre o dólar americano e o real.

Na perspectiva que ora se busca, a sociedade regional tem procurado mecanismos de se desvencilhar da imagem de fronteira de risco e marginalidade, como também de área de exclusividade do turismo de compras. Os esforços estão direcionados à construção de um novo tempo para a relação entre os municípios que dela fazem parte, buscando a reafirmação como um destino diversificado e consolidado regionalmente, como aponta Fernando Villasboa (2000:45):

“(...) en esta región de frontera se cuenta com productos turísticos de primer nivel com diferentes funciones, culturales, artisticos, históricos, aventuras, descansos, floras, faunas etc, que están disponibles para recibir a personas en las condiciones actuales en que se encuentran sin dejar de tener en cuenta que se deben mejorar en el futuro de acuerdo a las debilidades encontradas en cada producto turístico. Estas variables (...) hacen com que nasca la idea de unir fuerzas entre las organizaciones civiles y publicas de la zona a los efectos de explotgar y desarrollar esta región en setor de turismo (...) y pueda nuestra región llegar a ser un punto de referencia.”

No entanto, esse esforço tem pulverizado ações e incorrendo em erros bastante comuns, ocasionados pela busca do desenvolvimento turístico sem o devido estudo de demanda, centro emissor e segmentação. Daí a pluralidade do que se busca sem o devido aperfeiçoamento que o setor requer, como na intenção da Fundación Ecocultural, que propõe a visitação a um destino ecológico, cultural e arqueológico em Pedro Juan Caballero.

Nesta proposta conjunta de desenvolvimento regional, à parte as especificidades inerentes a cada município, as ações estão tomando maior vulto, chegando à criação de espaços de debate que apontam para um planejamento

regional com a participação das câmaras de vereadores dos dois municípios. Assim, houve um acordo entre as câmaras de vereadores de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero para que os vereadores paraguaios acompanhem a construção do PD de Ponta Porã, participem e se comprometam a adequar algumas de suas leis, criando uma complementaridade de ações dentro das possibilidades que o foro legislativo municipal daquele país permita.

Muitas ações encontram-se em desenvolvimento com vistas à adoção de um planejamento regional transfronteiriço, à semelhança de outros trabalhos que estão sendo desenvolvidos em outras fronteiras, como a de Foz do Iguaçu, Santana do Livramento, etc. (BENITEZ, 2000).

Há, nesse sentido, uma ressalva quanto à ilegitimidade imanente na proposição de planos diretores para as regiões de fronteira, como no caso de Pedro Juan Caballero e Ponta Porã. Essa situação não ganha resguardo nem mesmo no âmbito do Mercosul, haja vista que cada município tem seu conjunto de leis condicionadas a um sistema maior e, no caso do Paraguai e Brasil, tem diferenças até na forma de organização político-administrativa e, por conseguinte, no seu sistema legislativo que incide sobre o município.

Por conta dessa diferença e particularidade de cada país no sistema legislativo na União Européia, em que se encontram estágios mais avançados de integração, tem sido engendrado o planejamento estratégico, principalmente em áreas de fronteiriças, situação que tem sido comum nas regiões turísticas da Espanha.

Em se tratando de Brasil, no que diz respeito à opção de instrumento de planejamento a ser adotado, embora os planos diretores tenham força de lei no Brasil a partir da constituição de 1988 e da sua regulamentação com Estatuto das Cidades em 2001, a turbulência política e de valores morais pela qual estamos passando reflete negativamente sobre a credibilidade dos modelos participativos de planejamento atualmente em destaque no país.

É preciso esclarecer que, se na prática houver ao menos a efetivação de um plano estratégico, verdadeiramente pactuado pelas sociedades de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, não há como negar que as possibilidades de regulamentação, desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema turístico dessa região aumentam significativamente, ainda que persistam muitas questões por

resolver no Mercosul, no que concorda Carmem Regina Nogueira (1999), ao reforçar que nesse megabloco ainda existem dificuldades de ordem jurídica e burocrática que podem intimidar a prática do turismo em áreas fronteiriças.

Principalmente num mundo globalizado onde houve e ainda persistem (re)arranjos de distribuição dos fluxos de serviços e mercadorias, disponibilizando produtos outrora encontrados somente nas regiões fronteiriças de Foz do Iguaçu, Ponta Porã e Corumbá (entre outras) nas ruas das principais cidades brasileiras, por vezes com pequena margem de diferença de preços. Isso, certamente, inibe a busca desses destinos tão somente para a prática das compras, impondo aos destinos regionais fronteiriços esforços que viabilizem alternativas complementares para a sua turistificação na atual conjuntura global.

Como já mencionado, nesse quadro emergente da globalização as regiões turísticas de fronteira têm buscado, com certo sucesso, aperfeiçoar a gestão integrada de aspectos considerados cruciais para o setor turístico³⁶, como no caso das regiões de Santana do Livramento e Rivera, Missões Jesuíticas, Foz do Iguaçu e Ponta Porã, o que não ocorre na região fronteiriça de Corumbá (Brasil-Bolívia), por uma série de razões que serão mais bem discutidas no próximo capítulo.

³⁶ Para não enveredar na complexa rede de relações comerciais que circulam pelas fronteiras.

CAPÍTULO 4 - A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E A IDENTIDADE REGIONAL

Neste capítulo aborda-se primeiramente a localização da área de estudo no contexto sul-americano, sua tendência de conurbação e a identidade fisiográfica da Região Internacional de Corumbá, objeto de estudo desta tese. Em um segundo momento, o trabalho será permeado pela apresentação das atividades econômicas da região, levando-se em consideração que a formação regional apresenta temporalidades que não se excluem. Assim, destacam-se as principais atividades econômicas da região, desde a sua origem de cunho militar, no final do século XIX, até o turismo que surgiu a partir dos anos 70 do mesmo século, que será melhor trabalhado no próximo capítulo.

4.1. A Região de Corumbá: localização, conurbação e identidade fisiográfica.

A região internacional de Corumbá está delimitada num contexto territorial de fronteira. É um subespaço que compreende parte da Região Centro-Oeste do território brasileiro, e parte da Bolívia, justaposto na porção central da América do Sul, como demonstra a figura 06.

Essa região foi objeto de outros estudos sob diferentes enfoques, sendo alguns mais voltados para a caracterização daquilo que poderia ser apontado como traços físicos da identidade regional. Nesse sentido, pode-se citar os trabalhos desenvolvidos por Lécio Gomes de Souza (1973), cujo enfoque de caráter enciclopédico também mencionou a formação histórica e a riqueza cultural dessa região. No entanto, o autor limitou sua obra a uma abrangência de territorialidade nacional, ignorando a interação para com o território boliviano na formação de um espaço regional como verdadeiramente tem sido concretizado desde os anos 50 do séc. XX, no entendimento de Claudemira Ito (2000).

Para Tito Carlos de Oliveira (1998), a região é resultado das relações sociais e produtivas que, indistintamente, se configuram nos territórios brasileiro e boliviano, sendo possível a dedução da supremacia de Corumbá na hierarquização urbana e demais relações que permeiam esse espaço transfronteiriço.

Figura 06 – Localização da Região Turística Internacional de Corumbá na América do Sul

Já para Julio César Gonçalves (1999), apesar de sua proposta apresentar uma característica um tanto cartesiana na delimitação do objeto de estudo, sua contribuição também representou um avanço, na medida em que seu trabalho direcionou os esforços para o entendimento da questão ambiental, dentro do que denominou de Região de Corumbá, na qual inseriu, igualmente, os municípios de Ladário, Corumbá, Puerto Quijarro e de Puerto Suarez, à semelhança do proposto nesta tese, que aborda a mesma fronteira, porém sob o enfoque do turismo.

A propósito, apesar da imensidão territorial dos municípios que compõem essa região, haja visto que somente o município de Corumbá conta com aproximadamente 64 mil Km², seus núcleos urbanos estão assentados bem próximos, como está colocado no mapa 01, à margem do rio Paraguai (Corumbá e Ladário) e da Baía do Tamengo (Puerto Suarez e Puerto Quijarro), em terrenos intermediários entre a planície do Pantanal e as morrarias residuais do período geológico pré-cambriano, constituindo-se nos elementos de maior definição na identidade regional que, segundo Eduardo Yázigi (2001a), podem ser tomados como os mais significativos pilares da singularidade de um lugar, assim como de sua resistência ao processo de homogeneização das paisagens decorrentes da globalização. Ou ainda, como citou esse mesmo autor:

“Torno a insistir que a proposta de primazia da ordem natural não elimina a importância de toda cultura material, das redes de economia ou da memória como definidores de lugar, nem exclui esses itens de serem trabalhados. Simplesmente, minha hipótese é que a fisiografia, sendo a priori mais estável, tem mais condições de personalizar o lugar do ponto de vista da paisagem (...).

Se for certo que a globalização nivela os lugares, a manutenção do sítio natural mais próximo do modelo original – como poderíamos concebê-lo – se torna um poderoso instrumento de resistência.” (YÁZIGI In ROSENDAHL & CORRÊA, 2001: 81)

Sabe-se que outros aspectos são importantes na caracterização da identidade de um lugar, como a cultura, as formas urbanas, etc., porém com a ressalva de que essas manifestações identitárias são mais susceptíveis a mudanças em função de forças conjunturais como a globalização, que podem alterar a dinâmica sócio-econômica e populacional na perspectiva dos ciclos econômicos. Sobre essa dinâmica sócio-econômica, é necessário considerar o crescimento populacional da região verificado ao longo do séc. XX que, apesar de tímido, se comparado a outras regiões de fronteira como Foz do Iguaçu, quase quadruplicou em meio século, como demonstra o gráfico (01), mantendo a cidade de Corumbá como uma das mais importantes da fronteira Oeste do Brasil.

Fonte: adaptado a partir de GONÇALVES, Júlio C., 1999.

Outro aspecto interessante do ponto de vista sócio-econômico regional é que, mesmo não sendo uma região agrícola e por ficar distante dos grandes centros industriais, essa região não fugiu à regra do processo de urbanização constatado em regiões mais desenvolvidas economicamente.

Essa perspectiva de análise, no ir e vir da geografia física para a humana e vice-versa, é interessante ao se tratar da identidade local, principalmente para afirmar a singularidade dessa região e sua resistência ao processo de homogeneização das paisagens, verificado em outras regiões desse mesmo Estado, ou de outras regiões de fronteira.

Isso é incontestável quando se compara a região de Corumbá com a região de Dourados e Ponta Porã, ambas na condição de partes do território sulmatogrossense. Nessas regiões (Dourados e Ponta Porã), o clima mais ameno e a natureza de sua constituição geológica, pedológica e geomorfológica tornaram-se facilitadores ao processo de antropização, com a produção de paisagens agropastoris artificiais e com maior intensificação do uso do solo, produzindo uma mesmice paisagística, conduzida predominante sob a tutela da sojicultura.

Já na região de Corumbá ocorrem temperaturas mais altas e com maior índice de umidade do ar no verão, aumentando a sensação térmica de calor, além de ocorrências de inversões térmicas no inverno seco, com súbitas quedas de temperatura, que não raro surpreende os visitantes, principalmente os turistas de pesca, para quem a região é tida como de temperaturas predominantemente altas ou, quando muito, com invernos um pouco desconfortáveis. Isso seria verdadeiro se não fosse a rapidez com que as massas polares se deslocam pela calha do rio Paraguai atingindo essa região, além de sua interação com o afloramento geológico, sob o qual estão justapostos os núcleos urbanos, produzindo uma sensação térmica de frio maior do que a temperatura real.

Por conta da localização geográfica e da formação natural, o território da região de Corumbá apresenta dificuldades para a intensificação do uso do solo nas áreas de planície ao longo do ano, devido ao seu regime climático e dispersão das águas nas suas planícies lacustres e fluviais, como apresentam as fotos 04 e 05. A isso, soma-se a pequena capacidade de drenagem da região, decorrente do baixo gradiente de declividade de seu principal rio: o Paraguai.

Foto 04 – Um dos traços identitários da Região de Corumbá é a grande quantidade de formações flúvio-lacustres, como a Baía do Arroz.

Autor: Roberto Paixão, 2003.

Foto 05 – Fazenda no Pantanal, desativada sazonalmente em decorrência da dinâmica hidrológica incidente na região de Corumbá/MS.

Fonte: www.ramsar.org/archives/archives_banners.htm (2005).

Essa complexidade natural, se por um lado limita a utilização das terras no modelo que vem sendo desenvolvido nas bordas do Pantanal, por outro lado, propicia à pecuária a fartura de suas pastagens naturais durante boa parte do ano, além de produzir uma beleza cênica que, segundo Neiva Magalhães (1992), favoreceu a grande diversidade e a pujança biológica existente na região, na qual podem ser encontradas várias formações vegetais e espécies de animais presentes nos distintos ambientes do Pantanal e formações residuais, como onças, antas, veados, sucuris, porcos selvagens, macacos como o bugio, tatus, capivaras, jacarés, lontras, etc. Segundo a mesma autora (*Op. cit.*), a riqueza dessa fauna desperta a atenção dos turistas. No que diz respeito à flora do Pantanal, essa autora fez a seguinte afirmação:

“A diversidade de condições ambientais determina uma grande variedade de tipos de vegetação, designada por alguns autores como “complexo do Pantanal”.

Em regiões mais baixas e úmidas , onde as gramíneas predominam, encontram-se os campos limpos, pastagens ideais para o gado (...).

Em pequenas elevações (...) encontram-se capões de mato formado por árvores de porte elevado, como aroeira, imbiruçu, angico, ipês.

Nas serras, locais de altitude elevada, onde o solo é muito calcário, seco e árido, as espécies de cerrado aparecem ao lado de plantas características de regiões pobres em água (...) como (...) caraguatás e barrigudas.”

4.2. A formação da região de Corumbá

Por conta do distanciamento dos municípios que compõem essa região para com os seus centros administrativos e financeiros nacionais, houve uma situação de contato maior entre os mesmos do que aquele estabelecido para com seus pares nacionais. Mesmo hoje, com a evolução dos transportes e dos meios de comunicação, as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, tanto quanto a de Ladário, no Brasil, tem buscado em Corumbá os bens e serviços de que não dispõem.

É necessário e devidamente factível aos propósitos desse estudo um preâmbulo acerca do processo de formação e consolidação dessa parcela do espaço-mundo, ora denominado de subespaço regional.

Para tanto, visando a percepção do espaço geográfico, além da identificação de seus traços identitários, proposto por Eduardo Yázigi (2001a; 2001b), parece ser apropriada e necessária a recorrência teórico-metodológica às temporalidades funcionais mencionada por Milton Santos (1997), pois, como o próprio Eduardo Yázigi (2001a: 47) ressaltou: “A questão do tempo colocada por Milton Santos enseja-nos refletir acerca da duração das identidades, muito cambiáveis no tempo, porque significados e práticas são amplamente mutantes.”

Esse entendimento é compreensível, até porque é natural e dedutível que as investidas produtivas alocadas a uma dada porção do espaço total pode, no limite, alterar os elementos da identidade de um local, como aponta Eduardo Yázigi (*Op. cit.*), reproduzindo, em maior ou menor grau, os espaços sem “alma” de acordo com as diferentes interações sociedade-natureza, observada nos vários fragmentos do espaço global e da maior ou menor estabilidade dos atributos fisiográficos que esses espaços apresentam. Como mencionou o autor Eduardo Yázigi (2001a:49).

“(...) sou levado a complementar a idéia identitária de lugar como uma diferenciação espacial que reúna um conjunto de características, fundamentadas na geografia física (e sua fauna); em suas instituições; sua vida econômica, social e cultural (com destaque para a paisagem construída. (...) E na perspectiva desta análise, pautada na importância da identidade paisagística para o turismo, diria que a identidade regional é acentuada pela natureza e a identidade local por todas as formas de construção arquitetônico-urbanística, com tudo que comportam em si. A estrutura de um lugar não pode ser eterna.”

Nesse sentido, constata-se que a formação regional, objeto desta tese, está permeada por sucessões que apresentam temporalidades que não se excluem, na medida em que transcorrem como contigüidades histórico-geográficas, sendo plausível, e permissível, estabelecer intervalos temporais que evidenciam particularidades na preponderância de determinadas funções

produtivas, sejam por parte das sociedades locais ou da atuação de forças exógenas, ao que se prefere denominar de “ciclos econômicos” da região de Corumbá: da função militar ao turismo, sendo que esta tese se deterá mais sobre este último, o turismo.

Retomando a relação entre as forças produtivas e seus impactos sobre os diferentes locais, na perspectiva da abordagem por periodizações, é fato que, numa sucedânea de relações temporais entre o global e o local, muitos lugares têm sido homogeneizados, ressalvados outros lugares onde a natureza dos atributos físicos tem obstaculizado essa tendência homogeneizadora, como já discutido anteriormente.

Entretanto, sabe-se que nas regiões de fisiografia mais uniforme, como nos planaltos que bordejam o Pantanal, muito se tem perdido da identidade pelo uso que suas sociedades têm feito do solo, bem como pela instalação de firmas sob as mais variadas formas. Isto reforça a recorrência às periodizações como uma perspectiva de melhor compreendermos as feições e personalidades (identidade) de um dado espaço, urbano ou regional.

A recorrência à fisiografia e à herança urbanística é importante para este trabalho, pois contempla uma relação de produção social que distingue essa de outras regiões. Por isso, a apreensão dos atributos culturais está colocada num segundo plano desse estudo no que diz respeito à singularidade regional. Sobre isso Eduardo Yázigi (2001a) deixa o entendimento de que é possível hierarquizar os atributos de maior estabilidade na caracterização da identidade de um lugar, onde a fisiografia e o padrão arquitetônico, respectivamente, despontam nesse sentido.

Cabe mencionar minimamente que, na condição de fronteira, essa região é marcada culturalmente pela miscigenação de valores e tradições de bolivianos e brasileiros, que são manifestados ao longo do ano, como o Banho do Santo nas águas do rio Paraguai, a procissão fluvial de Nossa Senhora do Pantanal, a cantiga dos cururueiros da viola de cocho (Brasil), assim como da festa de urkupiña (Bolívia). Na culinária, é de se destacar a presença de caldo de piranha, peixe a urucum, arroz boliviano, sarrabulho (Brasil), salteña (Bolívia), além de bebidas como a chicha boliviana e o mate chimarrão de Corumbá.

4.3. A região no final do séc. XIX: a função militar

A primeira função regional foi, sem dúvida, a de atender aos objetivos geopolíticos e militares, tanto da nação boliviana, quanto brasileira, por ocasião do período de demarcação das fronteiras e da defesa territorial, empreendidas pelos estados-nações, como fundamenta o trabalho de Claudemira Ito (2000:17), no que se refere à origem de Corumbá:

“Fundada para garantir o avanço da fronteira do Império do Brasil sobre terras espanholas, demonstra, desde sua origem uma estreita ligação com questões estratégicas militares de ocupação e povoamento da fronteira oeste. Em sítio, estrategicamente escolhido, às margens do rio Paraguai (...).”

Com vistas a esse objetivo, no ano de 1775, o Governo Imperial do Brasil enviou uma expedição para fixar fronteiras além do rio Paraguai, motivo do surgimento da cidade de Corumbá, no Brasil; em contrapartida, o governo boliviano empreende a instalação de um povoado militar de Puerto Suarez. Já as cidades de Ladário (Brasil) e Puerto Quijarro (Bolívia) são resultantes de disputas políticas de menor dimensão, travadas localmente a partir da segunda metade do século XX.

A função militar atribuída às cidades de Corumbá e Puerto Suarez foi marcante sobretudo após a Guerra do Paraguai, sendo que a cidade boliviana permaneceu por um bom período de tempo na condição de quartel expandido ou povoamento militar.

É, portanto, compreensível a “impregnação” desse espaço regional pelas materializações de cunho militar, como as fortificações erigidas durante a Guerra do Paraguai, ou imediatamente após esse período, mas que ainda marcam essa região, constituindo-se no segundo elemento de maior estabilidade na identidade de um lugar.

Fazem parte desse conjunto o Forte Coimbra (foto 06), ao sul do sítio urbano de Corumbá e Ladário, e outras construções semelhantes, como o 17º Batalhão de Caçadores, localizado na área urbana de Corumbá e o quartel da Marinha do Brasil, que se situa na área urbana do município de Ladário.

Todas essas construções estão justapostas à margem direita do rio Paraguai e ainda em uso para as mesmas funções, ressalvadas as alterações quanto aos instrumentos e técnicas militares que hoje predominam nesse setor. Diferentemente, muitas outras construções desse tipo superaram o poder destrutivo da Guerra do Paraguai, época em que Corumbá foi palco de batalhas, mas sucumbiram à gênese de um espaço urbano onde a importância dessas materializações prediais militares foram ignoradas.

É bom reforçar que as construções desse tipo são importantes, pois, mais do que pela sua forma, guardam um conteúdo histórico de grande valia para a compreensão do processo de formação da porção meridional da América do Sul, onde atualmente tem sido buscado a consolidação do Mercosul. Isso coloca as construções remanescentes desse período numa condição muito favorável à apropriação e implantação de práticas turísticas, como apontou Ana Paula Squinelo (2000).

Foto 06 – Forte de Coimbra: construção militar para combater navios paraguaios durante a chamada “Guerra do Paraguai”.

Fonte: <http://epi.ces.fau.edu/eng/pics/corumba.htm> (2005)

4.4. Da defesa territorial ao comércio

Por alguns anos ou décadas, após a Guerra do Paraguai, a ocupação dessa fronteira continuou a ter caráter eminentemente militarista, passando, aos poucos, a sofrer transformações em decorrência de sua atividade portuária fluvial, com destaque para o núcleo urbano de Corumbá. Isso levou essa cidade a ter grande importância na hierarquia urbana do então Estado de Mato Grosso, em nível internacional do início do século XX, destacando-se como centro de distribuição de mercadorias e de transbordo de passageiros que se dirigiam dessa região para outras regiões do Brasil. É o que se pode verificar em ITO (2000):

“A partir de meados do século XIX, a vila constituiu-se o principal entreposto comercial do oeste brasileiro, abastecendo Cuiabá e o norte da Província, ao mesmo tempo recolhendo e escoando a produção de Mato Grosso integrado (...).

Com o crescimento da navegação no rio Paraguai, o núcleo urbano projetou-se, no final do século XIX, como a principal cidade dentro da hierarquia urbana de Mato Grosso.” (ITO, 2000:19)

Após a Guerra do Paraguai³⁷, a região inicia a atividade comercial, de tal maneira que a cidade de Corumbá ganhou destaque nacional e internacional, na condição de pólo de distribuição de mercadorias oriundas da Europa, além da intensa comunicação com outras importantes cidades da Bacia Platina e do abastecimento dos rincões do Brasil central.

³⁷ Existem divergências a respeito dos reflexos da Guerra do Paraguai (1864-1870) sobre a dinâmica regional, e que não serão tratadas nesta tese. Sobre isto convém apenas ressaltar que para alguns estudiosos do assunto, o crescimento do comércio portuário de Corumbá é decorrente de uma expansão natural dessas atividades pelo rio Paraguai até Cuiabá, como nóculo de uma rede de distribuição pela via fluvial, daí se constituindo num processo alheio às decisões de ordem local ou provincial. Para outros a instalação e fortalecimento do comércio nessa região foi uma decisão da sociedade local que se viu favorecida pelo aparato militar na área, assim como pelo Tratado de Livre Comércio ao término desse conflito.

Por conta disso, foram construídos vários casarões que ainda destoam no espaço urbano das cidades de Ladário e, mais expressivamente em Corumbá, compondo traços da personalidade regional, apesar da tímida atuação dos órgãos governamentais para a manutenção desse patrimônio arquitetônico. Casarões cujos estilos arquitetônicos foram “trazidos” juntamente com os variados produtos dos grandes centros da época.

É imperioso reforçar esse período como propiciador de uma riqueza arquitetônica que singulariza essa região dentre outras do Centro-Oeste, e mesmo do Brasil, pela quantidade de construções no estilo *Art Deco*, o que favorece um possível desenvolvimento de turismo urbano, conforme mencionou Eduardo Yázigi, numa de suas visitas a Corumbá.

Esses prédios, como os da foto 07, guardam mais que uma história econômica, sendo impregnados de um conteúdo urbanístico secular que, destarte sua permanência enquanto edificações, apresentam contraditoriamente pouco significado para muitos de seus atuais proprietários que lamentam os impeditivos para a alteração irrestrita dos mesmos.

Foto 07 – Estilo urbanístico e arquitetônico de Corumbá no início do séc. XX.

Autor: Maria Helena S. Andrade (2005).

A efervescência do comércio foi de tal ordem que, nesse período, foram instalados em Corumbá equipamentos comuns aos grandes centros mundiais, como casas bancárias, teatros, fábrica de bebidas, escritórios especializados em serviços de importação e exportação, telefonia a cabo, termelétrica, etc.

Naquela ocasião, foram estabelecidos os traços urbanos marcantes na identidade regional, através do padrão de arruamento com ruas em geral largas, o que não era muito usual na época, e do estilo de arborização justaposta na faixa de rolamento das vias de circulação, mesmo das áreas centrais, que ainda permanecem na grande parte da área urbana de Corumbá, como mostra a foto 08.

Foto 08 – Rua Delamare, em Corumbá, e a secular arborização que ainda permanece no leito carroçável nos dias atuais.

Autor: Maria Helena S. Andrade (2005).

Outra característica própria desse espaço-tempo foi a preocupação com o planejamento e ordenamento da área urbana, dentro do modelo cartesiano.

Lamentavelmente, essa postura, avançada para a época, foi abandonada em períodos posteriores, e só voltou às agendas governamentais municipais ao final dos anos 90 e início do século XXI, como decorrência da reforma constitucional de 1988 e de sua regulamentação pelo Estatuto das Cidades em 2001, o que impôs prazo ao planejamento territorial de forma mais incisiva.

Coincidentemente, mas não por isto, com a chegada do tramo ferroviário ligando Corumbá a Bauru, no Estado de São Paulo, o apogeu comercial e portuário de Corumbá e Ladário começa a declinar, de modo que para muitos corumbaenses, o trem, ao mesmo tempo, foi portador do progresso e da estagnação, pois, para esses incautos analistas, a ferrovia avançou pelo Pantanal, mas inverteu o sentido de abastecimento do Centro-Oeste brasileiro, prejudicando Corumbá. Sob essa ótica, a Região de Corumbá passa a ser não mais o início, e sim, o fim de linha na distribuição das mercadorias que, a partir de então, partem de São Paulo para todo o Centro-Oeste através da Ferrovia Noroeste do Brasil.

Assim, embora contraditório, o entendimento da comunidade regional sobre o declínio portuário associado ao avanço da ferrovia até Porto Esperança e, mais tarde, até Corumbá, é questionável e objeto de diferentes abordagens inclusive no meio acadêmico.

Para alguns autores, como Claudemira Ito (2000), a ferrovia encontra lugar certo e de destaque na análise do espaço urbano e regional de Corumbá através do comércio.

Entrementes, numa outra ótica, alguns autores ignoram que a chegada da ferrovia possa ser considerada como marco da decadência comercial de Corumbá no início do séc. XX, ao que atribui uma correlação de forças de ordem mais abrangente e associada à Primeira Guerra Mundial, como o Ciclo de Kondratieff (OLIVEIRA, 1998).

É fato que, gradativamente, Corumbá foi deixando de abastecer o Centro-Oeste no modelo e intensidade ocorrido nos anos iniciais do século XX. Restou, todavia, a tímida relação comercial dessa cidade com os municípios de seu

entorno: Ladário e, mais tarde, com o município de Puerto Suarez³⁸, além da manutenção no abastecimento das fazendas de pecuária da parte sul do Pantanal.

Outro ponto que favorece a manutenção do porto fluvial de Corumbá e Ladário, ainda que em escala regional, foi a necessidade de transladar os passageiros entre Porto Esperança e o núcleo urbano desta cidade³⁹, haja visto que mesmo as pessoas de melhores condições financeiras não tinham outra opção de transporte até os anos 40, quando surge o aeroclube de Corumbá e chegam os primeiros aviões particulares trazidas por pecuaristas (PROENÇA, 1992).

Como já mencionado, no período comercial portuário, a cidade de Corumbá, principalmente, foi tomada por um processo de construção urbana marcante, resultando numa herança de grande significado arquitetônico e na consolidação de uma identidade regional que perpassou os tempos.

Segundo Ângelo Arruda (2002), desse período, ainda resta um patrimônio composto de 189 imóveis. Já para Joelson Pereira (2003), tratam-se de números bem mais expressivos, se considerados os imóveis localizados em toda a área central somente da cidade de Corumbá, podendo chegar a um total aproximado de 700 imóveis.

No município de Ladário, esses imóveis, como o da foto 09, consideradas as devidas proporcionalidades, estão reduzindo numa velocidade bem maior que no município de Corumbá, dada a ausência de normativas e ou quaisquer instrumentos legais que salvaguardem sua continuidade predial. Os imóveis representativos do início do século passado que existem no município de Ladário ou tiveram suas fachadas alteradas ou, quando são originais, estão isolados, perdendo-se na falta de conjuntos que traduzam uma harmonia estética.

³⁸ É preciso inferir que naquela ocasião ainda não existia o município de Puerto Quijarro. Já o município de Puerto Suarez estava restrito à função militar de “proteção territorial fronteiriça” daquele país. Com o enfraquecimento das relações comerciais entre Corumbá e outras importantes cidades do Cone Sul Americano começa a haver uma aproximação entre os municípios dessa fronteira, porém com resultado prático pouco expressivo até os idos da década de 70, conforme expôs José Manoel F. Fragelli (2004).

³⁹ É preciso esclarecer que o projeto de ligação ferroviária até Corumbá ficou, por décadas, tendo como ponto final Porto Esperança, localizado a aproximadamente 80 km do núcleo urbano desta cidade, cujo trajeto final ainda foi completado de navio por décadas.

Em Corumbá, ainda que muitos desses imóveis estejam em visível estado de precariedade em sua conservação, ainda é possível apontar alguns conjuntos prediais que permaneceram relativamente conservados por conta do uso que lhes fora dado como residências, sedes governamentais ou por empresários do setor de agenciamento turístico.

Foto 09 – Imóvel localizado em Ladário/MS remanescente do início do séc. XX.

Autor: Roberto O. Paixão (2003).

No município de Puerto Suarez, também é possível observar imóveis antigos, porém de estilo diferente dos construídos em Corumbá e Ladário, e que não apresentam característica peculiar à condição de traço identitário regional.

4.5. A pecuária no contexto regional

Com o enfraquecimento da função comercial, Corumbá, principal cidade da região no início do século XX, entra em rápido naufrágio, emergindo economicamente com uma nova atividade: a pecuária bovina de corte. Essa atividade, já desenvolvida anteriormente, foi levada a destaque e favorecida pela dimensão do município, assim como pela existência de pastagens naturais da planície do Pantanal, propiciando o aumento de sistemas de cria, recria e engorda para o abastecimento do próprio Estado de Mato Grosso, e para outros estados, como São Paulo e Minas Gerais.

Dessa forma, saem de cena as “elites do comércio” para dar lugar às “elites do boi”. A pecuária passa a ser o referencial da região por várias décadas, mas não consegue tirá-la do isolamento geográfico, e nem sequer manter a dinâmica de sua função portuária, como o ocorrido nas décadas iniciais do século XX. Segundo frisou Tito Carlos de Oliveira (1998), a região foi redinamizada pela fase que sucedeu a pecuária:

“Durante a década de vinte Corumbá passou a amargar um longo período de crise com o desmonte da economia portuária importadora que sustentou um intenso dinamismo durante décadas (...). Antes da implantação da siderurgia, Corumbá e região sobreviviam de dois fatores econômicos: da pecuária extensiva toda ela voltada para o oeste paulista; e, ainda por uma navegação de entreposto comercial, movida por regatões, pequenas e médias empresas navegadoras (Kassar, Gattaz, Mihanovich, etc.) com capacidade de abastecimento intra-regional.” (OLIVIERA, 1998: 42-43)

Sobre esse período, é necessário mencionar que essa atividade não propiciou apenas um segundo ciclo econômico a esta região, conferindo-lhe destaque nacional pela expressividade de seu rebanho bovino, como também contribuiu, indiretamente, para a manutenção da identidade regional por várias razões, tais como:

a) o modo peculiar como a pecuária regional foi (e ainda é) desenvolvida em grandes extensões de terra, onde as práticas intervencionistas do pecuarista, que almejava a produção em detrimento da produtividade, pouco alteraram o

ambiente regional, até como limitação de uso das terras por conta de fatores climáticos, pedológicos e geomorfológicos, entre outros de ordem física, que restringiram e ainda restringem a utilização das propriedades no período de cheia do Pantanal. Isso permite deduzir que houve uma sujeição da sociedade regional à dinâmica natural do Pantanal.

b) O fato de a pecuária ter adquirido essas características, se por um lado restringiu o uso intensivo do solo dessa planície, por outro, possibilitou, sobremaneira, a conservação de atrativos naturais necessários ao turismo, diferentemente do ocorrido nas áreas planálticas do Estado de Mato Grosso do Sul, onde a opção agrícola resultou na completa alteração da paisagem natural, constituindo-se, atualmente, num espaço “monocromático” que remete aos lugares comuns, existentes em tantas outras regiões.

c) A pecuária não imprimiu traços significativos na feição urbana-regional, sendo que, diferentemente dos comerciantes que os antecederam, os pecuaristas da referida época deram pouca importância para a área portuária da cidade, a qual adquire um papel secundário para eles, que passam a não valorizar essas parcelas de solo urbano.

d) Além da indiferença à área portuária, também não reproduziram no sítio urbano a concentração fundiária que desenvolveram no setor rural, visto que havia, no código social local da época, uma tendência de investimentos imobiliários direcionados para as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, fato que reduziu as ações de (re)construção urbana dos pecuaristas ao nível regional, favorecendo a continuidade da existência do conjunto arquitetônico do Casario do Porto de Corumbá.

4.6. O início da integração Brasil-Bolívia no âmbito regional

Até por volta dos anos 40, a região de Corumbá, mesmo dotada de recursos minerais e atratividade turística, permanece isolada do resto do Brasil, articulando uma ligação maior com a Bolívia através da construção da Ferrovia Mista Brasil Bolívia.

Em razão dessa integração regional através da Comissão Mista Brasil-Bolívia, e por conta de todo o aparato que essa ferrovia demandou para sua construção (serviços, materiais, residências, etc.), houve a importação de mão-de-obra de outros estados brasileiros, como de Minas Gerais, Bahia, etc. Como esses trabalhadores não foram reconduzidos aos seus estados de origem após o término dos serviços para os quais foram absorvidos, boa parte deles se fixaram nas cidades de Ladário e Corumbá, agregando valores ao conjunto da riqueza cultural dessa região. Contribuíram, dessa forma, para a formação da identidade regional através da manifestação de seus costumes, crenças, danças, religiosidades que favorecem a turistificação regional quanto à possibilidade de segmentação de mercado e produtos a serem desenvolvidos pelas lides da atividade turística.

Os trabalhos da Comissão Mista também reutilizaram estruturas portuárias e o contato do comércio fluvial com os grandes portos mundiais, de onde vinham os maquinários da ferrovia para serem montados na oficina da Comissão Mista, além de ser reativado pelas empresas de mineração que se instalaram nesta região.

4.7. A sociedade regional e suas inquietudes desenvolvimentistas: a mineração, a industrialização, a pecuária e o turismo.

É conveniente lembrar que, a partir dos anos 50, foi iniciado um tímido processo de industrialização regional, sendo pioneira a indústria da Sociedade Brasileira de Minérios (SOBRAMIL), do Grupo Chamma. Esse processo de industrialização culminou na década de 60 do séc. XX. A partir desse momento, entende-se que esta região passa a experimentar uma sucedânea de investimentos empresariais como a criação do Moinho Mato-grossense (1952), a Fiação Mato-grossense, a Tecelagem Mato-grossense (1959) e o Curtume Mato-grossense (1960). Essas atividades utilizaram, concomitantemente, as

modalidades de transporte hidroviário e ferroviário. Entretanto, a partir da segunda metade da década de setenta do século passado, a maioria dessas indústrias deixou de funcionar, trazendo novas inquietudes sócio-econômicas para a região, segundo as afirmações do historiador Marco Aurélio de Oliveira (2001).

Em meio a mais uma crise regional vivida nos anos 70, mas por várias razões de conjuntura nacional, coincidentemente, o Governo Federal, através da Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro Oeste (SUDECO), lançou programas de fomento destinados ao desenvolvimento de muitas regiões brasileiras, como o POLOCENTRO, para a Região Centro-Oeste e o PRODEPAN – Programa de desenvolvimento do Pantanal, para o Pantanal. Na época, acreditava-se que esses programas seriam uma boa sistemática de enfrentamento dos problemas específicos diretamente relacionados à sub-região de Corumbá, como referenda parte do texto de Salomão Baruki (1974:07):

“O ano de 1974 foi um marco de uma nova era para a região do pantanal mato-grossense, com o lançamento do Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal (PRODEPAN) pelo Governo Federal, o qual definiu Corumbá como pólo prioritário para os projetos nas áreas de transportes, da energia da indústria e da pecuária.”

Houve então, naquele momento, o direcionamento de dotações orçamentárias para investimentos em infra-estrutura e melhoria dos sistemas produtivos regionais, como a agropecuária, dentre outros, cabendo observar que tais recursos não contemplaram a atividade turística que se iniciava no então Mato Grosso.

Portanto, mesmo o PRODEPAN não criou mecanismos financeiros para a alocação de recursos ao turismo, apesar de naquele momento o turismo já ter despontado no cenário do Pantanal e da sintonia que essa atividade encontrou, mesmo que recalcada, no meio acadêmico, o que é possível observar no texto de Salomão Baruki (*Op. cit.*: 10/11):

“Na última reunião do PRODEPAN (...) foi bem aceita a proposição de que, no programa, deverão ser incluídos projetos que visem o homem do pantanal, preparando-o para participar como sujeito e como objeto no desenvolvimento que se instala nessa região.

Vive a UEMT a oportunidade de realizar já nos primeiros dias de novembro, um seminário sobre o modelo de desenvolvimento social proposto pela SUDECO, procurando sua adequação para a região pantaneira. (...).

Deve-se, portanto, fortalecer o Centro Universitário de Corumbá para o desenvolvimento de um trabalho que compreenderá (...) em quatro subprogramas a distribuição de nossas preocupações: a) um centro rural de ensino e treinamento (...); b) cursos de licenciaturas (...); c) cursos de formação de técnicos em nível superior (tecnólogos) (...); d) amparo às atividades culturais junto à comunidade (Museu, **turismo educativo**⁴⁰, etc.). “

Esse recalçamento na ênfase ao turismo pode ser justificado, também, pela falta de consenso entre os governantes de então, principalmente pelo centro de decisão político-administrativa estadual, sediado em Cuiabá, sobre os desdobramentos do turismo como atividade econômica. Ainda assim, houve, num certo momento dos anos 70, o entendimento do governo estadual de que o turismo deveria ser iniciado experimentalmente ao norte de Cuiabá, utilizando como atrativo as grandes reservas florestais do então Estado de Mato Grosso⁴¹.

Por outro lado, mesmo não contemplando o turismo, esse direcionamento de programas federais para a região favoreceu, direta ou indiretamente, outras atividades econômicas. Daí a busca de um novo “eldorado regional”, com a atuação de firmas de mineração e navegação que inegavelmente contribuíram para o dinamismo desta região nos anos 70 e 80, conforme expôs Júlio César Gonçalves (1999). Também é preciso mencionar que ONG’s têm atribuído a essas firmas a pilhagem dos recursos naturais e deterioração paisagística, o que, de certo modo, pode depauperar atrativos turísticos.

Surgem, também nesse período, importantes instituições para o conhecimento regional nas áreas de ensino e pesquisa, como o Centro

⁴⁰ Grifo meu.

Universitário de Corumbá (UFMS) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

Essas informações são relevantes na análise deste subespaço, a julgar pelo que expôs Milton Santos (1997), quando ressaltou que o espaço é caracterizado, entre outras coisas, pela presença das firmas e instituições. Neste caso, por se tratar de atividades para as quais se requer significativos investimentos, instalaram-se firmas de atuação mundial, direcionadas ao abastecimento de demandas do mercado externo. Nessa análise, pode-se dizer que, destarte as possíveis contribuições à economia regional, sem dúvida, as atividades de natureza extrativista provocam a degradação da paisagem onde atuam e, neste sentido, são promotoras da desestabilização da identidade dos lugares e geradoras da panacéia do desenvolvimentismo globalizado, pouco ou quase nunca coadunando economicamente ao desenvolvimento do turismo.

Talvez por isso, uma das firmas mineradoras desenvolveu recentemente uma proposta de visitação às suas antigas minas, procurando ressaltar sua importância para a história regional. À parte os reais objetivos dessa proposta, não há como negar sua ressonância duvidosa em termos práticos.

É bom frisar que, nessa sucessão de fatos, julgados por muitos como tributários ao desenvolvimentismo regional, os promovidos pela sociedade local e articulados com outros mercados regionais próximos, quando muito, estão conectados a uma rede sul-americana, como no caso das indústrias alimentícia e têxtil, citadas por Marco Aurélio Oliveira (2001); ou como nos casos de atuação de forças produtivas de escala global, como as mineradoras que ainda se fazem presentes regionalmente, citadas por Julio César Gonçalves (1999) e Tito Carlos Oliveira (1998). Fica notório que a produção do espaço vai ocorrendo de forma agregativa complementar e não excludente, corroborando a paisagem de paisagens, ressaltando nitidamente o processo de produção de rugosidades regionais mencionadas por Milton Santos (*Op. cit.*).

⁴¹ Conforme entrevista com o ex-governador de Mato Grosso, senador e presidente da república interinamente, José Manoel F. Fragelli.

4.8. Na inércia industrial e na crise da pecuária: a abertura ao turismo

Sobre essa região, convém ainda lembrar que a pecuária, alternativa econômica que, a partir da década de 20, sempre deu destaque para a região, passou por sérios problemas nos 70 em função da grande enchente no Pantanal, mais especificamente a que ocorreu em 1974. Nessa enchente sem precedentes quanto aos seus reflexos sócio-econômicos e ambientais, houve a morte de milhares de cabeças de gado, o que levou muitos pecuaristas à falência.

Os pecuaristas que até então não admitiam outra atividade para a referida planície, senão a criação extensiva de gado bovino, passam a cogitar, ainda timidamente, a necessidade de novas alternativas de produção para suas propriedades, em função dos problemas trazidos por aquela cheia da qual muitos jamais se reergueram economicamente. Os problemas decorrentes da cheia, somados à evolução da pecuária do planalto – de ciclo produtivo mais rápido que a desenvolvida na planície –, colocou a classe pecuarista, e a região de Corumbá de modo geral, numa situação desconfortável que, de certo modo, exerceu uma pressão na busca de outras alternativas para viabilizar economicamente suas propriedades, dentre as quais, o turismo no meio rural.

Após o exposto neste capítulo, não parece forçosa a afirmação da existência de um período marcadamente de manifestação do turismo enquanto atividade econômica regional, embora desde os anos iniciais do século XX, tenham ocorrido tentativas de tornar essa região um destino turístico, como está colocado no Álbum Gráfico de Mato Grosso (*Op. cit.*). Somente a partir dos anos 70 é possível constatar maiores evidências de transformação do espaço regional por essa atividade, como será tratado no capítulo seguinte.

**CAPÍTULO 5 - A REGIÃO TURÍSTICA FRONTEIRIÇA DE CORUMBÁ:
PROBLEMAS E PERSPECTIVAS**

Como vimos, mesmo ante a globalização, o mundo atual ainda se depara com diversas construções sócio-espaciais articuladas de forma regionalizada, cujas unidades estão conectadas com a totalidade global por tecituras de diversos níveis.

Entretanto, objetivando uma contribuição aos estudos do turismo e das fronteiras como possibilidades de arranjos nesse contexto global, bem como de alinhamento ao grupo de pesquisa no qual esta tese está inserida, este capítulo foi direcionado às particularidades da espacialização produzida pelo fenômeno turismo na fronteira Brasil-Bolívia, admitindo, portanto, uma territorialidade transfronteiriça, para o que se acredita ponto pacífico a existência de uma organização própria, daí compondo uma forma (região de fronteira) e conteúdo (turismo) diferenciados pela natureza de seus processos.

“O desenvolvimento da atividade turística, a partir do crescimento da importância desta atividade na reprodução capitalista e das características peculiares do espaço pantaneiro, transforma a participação do Pantanal na divisão regional e internacional do trabalho, sendo esta atividade que representa, no discurso dos empresários, dos governos e dos trabalhadores as perspectivas de futuro para a região.”
(MORETTI, 2000: 17)

A perspectiva de abordagem do turismo buscando uma forma regionalizada, principalmente em áreas de fronteiras, como proposto nesse trabalho, adquire uma especial importância e é respaldada pela necessidade que se impõe aos lugares de estratégias de competitividade que, evidentemente, passam pela construção regional. Até como forma de enfrentamento aos ditames falaciosos (em parte) da globalização, visto que, no aspecto fisiográfico, muitos lugares se destacam como de resistência às tendências de padronização mundial, pelo que citou Eduardo Yázigi (2001a; 2001b).

5.1. As políticas públicas e o turismo regional

Mesmo antes da globalização, tal qual se apresenta no mundo hoje, já se fazia claro e latente que essa fronteira deveria ser estudada e administrada sob o enfoque regional. Nesse contexto, houve um esforço governamental na época do então Estado de Mato Grosso, destacando-se a gestão do governo de José Manoel F. Fragelli, que entendia que os problemas de Corumbá passavam pelo encaminhamento de algumas questões nos municípios vizinhos. Por essa razão, tão logo passou a receber a energia elétrica da usina de Urubupungá, desencadeou-se um esforço das autoridades brasileiras (estaduais e municipais) para o repasse dessa “nova” energia à cidade de Porto Suarez. A Prefeitura Municipal de Corumbá ajudou a construir a linha de transmissão elétrica, além de melhorar a comunicação viária entre esses municípios, conforme declarou o ex-governador e senador José Fragelli.

Ainda no tocante à atuação governamental, os anos 70 testemunharam o trabalho desenvolvido pela esfera federal na elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Município de Corumbá – Estado de Mato Grosso, no ano de 1972, de autoria da CNPI – Consórcio Nacional de Planejamento Integrado SA, cujo enfoque foi direcionado tão somente ao município de Corumbá, mas cuja proposta fez breve alusão ao território boliviano como continuidade da infra-estrutura de transporte ligada a Corumbá.

Na mesma década, também foram realizados trabalhos acadêmicos de enfoque regional, como os de Lécio Gomes de Souza (1973) e de Salomão Baruki (1977), demonstrando que havia a preocupação desse setor quanto à necessidade de um tratamento regionalizado para a fronteira, porém detendo-se aos limites do território brasileiro, nos mesmos moldes do CNPI.

À exceção de ações isoladas, como a que propiciou o fornecimento de energia elétrica e comunicação viária com Puerto Suarez ainda no início dos anos 70 pelo governo de José Fragelli, os setores governamentais, quando muito, têm insistido numa abordagem regional como simples somatória de municípios brasileiros.

Assim, os órgãos de planejamento estadual pouco consideraram, até então, a diversidade de desdobramentos advindos das relações cotidianas entre

Ladário e Corumbá, bem como com os vizinhos bolivianos. Um exemplo disso é o trabalho formulado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral (SEPLAN) e da Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado (FIPLAN), há quase duas décadas, onde a Região de Corumbá não passa de uma delimitação territorial circunscrita ao território do município de mesmo nome, onde foram elencadas, de forma clássica, os limites, a formação do território (humano e físico) e suas potencialidades (MATO GROSSO DO SUL, 1989).

Atualmente, apesar de os trabalhos de Tito Carlos (1998) e de Júlio César Gonçalves (1999) indicarem academicamente a necessidade de uma abordagem regional de forma integrada, os setores governamentais têm resistido à consecução de uma região de planejamento e gestão. O governo do Estado de Mato Grosso do Sul, até a presente data, ainda não direcionou esforços à formulação de políticas públicas voltadas à formatação de um planejamento regional, seja do turismo, seja em qualquer outro campo, envolvendo ao menos os municípios de Ladário e Corumbá, para não vislumbrar ações mais ousadas à construção de uma região internacional pela via de recorrência diplomática junto ao Itamarati.

Ocorreram, sim, ações governamentais pseudoplanejadoras, como o PDTUR e o PNMT⁴² que, na prática, se resumiram à preparação do território sul-mato-grossense para a atuação de grandes firmas do turismo nacional e mundial, como aponta Edvaldo César Morreti (2000). Sobre isso o autor (MORETTI, 2000:136) ainda tece os seguintes comentários:

“(...) tanto o PDTUR, quanto o PNMT, enquanto instrumentos de planejamento da atividade turística, apresentaram-se como fórmula mágica, desconsiderando a realidade em que a atividade turística está inserida.
(...) Planejar esta atividade localmente sem considerar seus objetivos globais, é desconsiderar a complexidade da atividade (...).”

⁴² PDTUR - Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável de Mato Grosso do Sul.
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

Mais recentemente, no ano de 2004, o governo municipal corumbaense, com o apoio de uma grande empresa que atua no setor de mineração, elaborou o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região de Corumbá. No entanto, esse plano teve como eixo básico de análise um diagnóstico tímido, que não apresentou um avanço no que diz respeito a uma abordagem de planejamento regional, tal qual essa realidade fronteiriça tem reclamado, ou como foi proposto cartograficamente nesse trabalho. Embora tenha a denominação de Região de Corumbá, a sua abordagem do diagnóstico não inclui mais do que esse município (AGÊNCIA 21, 2004), o que passa a ser um retrocesso à regionalização dessa fronteira, pelas considerações já realizadas nesta tese.

É importante ressaltar, nesse plano, os avanços na identificação dos pontos fracos do turismo na região (transporte, engajamento da população, sinalização, etc.), obtidos através de metodologia qualitativa com a participação aberta de diferentes segmentos da comunidade corumbaense. Inclusive mencionou-se, como uma das estratégias de desenvolvimento, a maior integração turística com a Bolívia, o que foi desconsiderado, a julgar pela configuração cartográfica apresentada.

Como pontos positivos desse plano, foi divulgada, no texto final, a existência de um *Processo de Planejamento no Setor Turístico* e de um *Planejamento para Implantação do Distrito Histórico Cultural*, o que na prática se resume a ações como o estabelecimento de calendário de eventos turísticos para evitar o conflito de datas na realização das atividades entendidas como importantes para seus respectivos processos de turistificação (Idem: 80).

De modo geral, o plano também é passível de crítica quanto ao seu encaminhamento sob a forma de planejamento estratégico, visto que essa perspectiva não pressupõe a necessidade de aval do poder legislativo e, portanto, pode resultar tão somente numa bela carta de boas intenções, extremamente vulnerável à vontade política do setor executivo. Num contraponto, sendo o plano um instrumento não obrigatório à gestão governamental e independente da aprovação do legislativo, poderia ser um excelente instrumento para a elaboração de estratégias de planejamento regional, pactuado com as sociedades dos municípios no entorno próximo de Corumbá: Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez.

Assim, por entender como implícito à análise desse espaço/sub-espaço sob a forma de região turística de fronteira, depara-se com a problemática metodológica de encaminhamento à sua feição/desenho mínimo. Jean-Marrie Miossec (1976), Eduardo Yázigi (2001a) e Roberto Boullón (2002) parecem coadunar na proposição de um instrumento metodológico à definição de uma região turística, pois não sugerem um desenho regional com forma geométrica padronizada (triangular, quadrangular, hexagonal, etc.).

Em Jean-Marrie Miossec (*Op. cit.*) e Roberto Boullón (*Op. cit.*), a região turística admite formas variadas em função dos estágios ou da intensidade que esse fenômeno manifesta num dado território, sendo associados a um raio de influência originado numa centralidade urbana, no caso a base regional. A partir dessa base podem-se atingir distintos pontos de visitação, de acordo com o meio de transporte utilizado, gerando o limite máximo de uma região turística teórica, conforme demonstra a figura 07, ao que Jean-Marrie Miossec (*idem*) propôs denominar de Sistema Radiocêntrico composto pelos lugares valorizados pelo turismo.

Figura 07 - Região Turística Teórica de R. BOULLÓN.

Fonte: BOULLÓN, R. Planejamento do Espaço Turístico, 2002, p. 87

É consensual, nos três autores (MIOSSEC, 1976; YÁZIGI, 2001a; BOULLÓN, 2002), a necessidade da formatação regional como ponto de partida ao planejamento do espaço turístico. É possível dizer que a região turística pode ser considerada como um recorte territorial ou de territórios (no caso das fronteiras) onde Eduardo Yázigi (*Op. cit.*), sugere que há evidências na existência de atrativos, equipamentos, serviços e infra-estrutura, demandados por uma frequência efetiva de visitantes, com destaque para a presença dos turistas⁴³, o que pode ser espacializado ou cartografado em consonância com o modelo de Roberto Boullón (*Op. cit.*) e Jean Marie Miossec (*Op. cit.*), desconsiderando-se apenas os raios de influência apresentados na figura anterior.

Um ponto a destacar na percepção das regionalidades espaciais é que, no tocante à forma, tais construções não podem ser expressas apenas pela junção territorial dos municípios que delas fazem parte, prática ainda usual entre os órgãos de planejamento governamental.

Num esforço de proposição cartográfica para estabelecer a Região Turística Fronteiriça de Corumbá é imperiosa a apreensão do espaço regional como um processo sócio-econômico, onde se evidenciam os elementos de caracterização de uma região turística, conforme mencionou Eduardo Yázigi (*Op. cit.*), o que resulta num mapa de forma bastante irregular e concordante ao proposto por Jean-Marrie Miossec (*Op. cit.*) e Roberto Boullón (*Op. cit.*), como apresenta o mapa da Região Turística Internacional de Corumbá, na página seguinte.

⁴³ Uma região pode ser freqüentada também por veranistas, como é constatado em muitas regiões litorâneas...

5.2. A história do turismo na região de Corumbá

Os primeiros registros sobre a busca da sociedade regional para o oferecimento de serviços específicos a visitantes de outras regiões datam do início do século XX, conforme o Álbum Gráfico de Mato Grosso (1914), momento em que a região era divulgada como um local de ótimas condições para o tratamento de saúde, para o que foi criada uma estrutura de hospedagem bastante ampla, na ocasião, próxima às morrarias do Urucum, onde a ocorrência de um microclima diferenciado favorecia a recuperação de algumas enfermidades. Entretanto, apesar desse destino ter recebido visitantes de todo o Brasil, que buscavam usufruir dos serviços que o “turismo de saúde” da região oferecia no início do século passado, não se pode dizer que tal proposta tenha dado início a um “ciclo do turismo”, posto que não houve continuidade, pelo fato de que a região de Corumbá não oferecia mais que alguns poucos equipamentos de hospedagem, demandados por caixeiros-viajantes e comerciantes de gado bovino nas décadas posteriores.

5.3. O turismo de pesca

O turismo de pesca surgiu na Região de Corumbá na segunda metade do século XX, mais especificamente do final dos anos 60, a partir do que se acredita na constituição de um período em que o turismo adquiriu grande importância na condição de função econômica e agente transformador do espaço regional.

Para Claudemira Ito (2000), o turismo de massa emergiu na segunda metade do Século XX, como mais uma possibilidade após sucessivas tentativas de desenvolvimento econômico alavancados na região.

O turismo de pesca destacou-se no cenário nacional, colocando Corumbá entre os principais destinos dessa modalidade na América do Sul, principalmente nos anos 80 e 90 (PEREIRA & PAIXÃO, 1999). Porém, a partir do final dos anos 90, a atividade tem mostrado sinais de colapso, gerando

muita polêmica entre governo, ONGs, empresários e pesquisadores da área de recursos pesqueiros, pelas razões que seguem expostas.

As primeiras impressões do turismo na paisagem regional, surgido na segunda metade dos anos 60, aparecem com os pesqueiros “Passo do Lontra” e “Paraíso dos Dourados”, na zona rural de Corumbá. Ambos funcionaram de forma precária por alguns anos, oferecendo pouco conforto aos seus usuários, que utilizavam barcos e motores de pequena potência (5 ou 10 Cc⁴⁴), além dos problemas à visitação, dada à precariedade das infra-estruturas de acesso. Na concepção de Edvaldo Moretti (2000), até os anos 70 havia, muito comumente, a prática de turismo de pesca desenvolvida por grupos de aventureiros que acampavam nos rios do Pantanal, sem qualquer relação e participação de empresas do setor na organização dessas atividades.

Embora a região fosse extremamente atrativa a essa atividade, pela grande fartura de peixes de todos os tamanhos e tipos, reduzindo o esforço de captura do pescado, até o final dos anos 60, não havia qualquer empreendimento dessa natureza na área urbana dos municípios de Corumbá, Ladário ou mesmo da Bolívia.

Já no início dos anos 70 surgiu a primeira empresa para atender turistas de pesca na cidade de Corumbá, criada pelo senhor Orozimbo Decenzo⁴⁵, com a inovação de uma nova modalidade de turismo de pesca: o barco-hotel, posteriormente denominado botel. Surgiu, desta maneira, o primeiro botel do Pantanal, o Cabexi I (foto 10)⁴⁶, que navegou como único barco de turismo de pesca pelas águas do rio Paraguai por aproximadamente quatro anos, transportando até oito turistas por viagem, numa estrutura bastante simples, mas não inibia a sua contínua demanda.

⁴⁴ Medida de potência do motor que neste caso a unidade é a cilindrada cúbica.

⁴⁵ Algumas das informações referente à história do turismo na região foram obtidas de fontes primárias, através da utilização de metodologia qualitativa e do uso da técnica da entrevista aberta com registro em gravador, com validação interna ou externa à pesquisa.

⁴⁶ Embarcação bastante diferente das atuais em vários aspectos, como pelo número de passageiros transportados, pelo conforto, sendo que os dormitórios dispunham apenas das beliches e ventiladores, banheiros coletivos e deslocados ao final do barco, refeitório aberto, ausência de proteção para o condutor da embarcação, etc.

Essa nova modalidade de hospedagem (à época) apresentava uma grande vantagem, quando comparada à forma tradicional (hotéis), por colocar o turista em situação de maior contato com o rio, além da maior mobilidade a locais de pesca pouco freqüentados pelos moradores locais e turistas de hospedagem convencional.

Foto 10 – Cabexi I, o primeiro barco – hotel de pesca fluvial do Pantanal.

Autor: Orozimbo Decenzo (1972).

O hotel flutuante Cabexi I contava, ainda, com pequenas embarcações dotadas de motores 5 Cc [atualmente de 30 Cc], a bordo dos quais os turistas partiam diariamente, da mesma maneira como se procede atualmente: dois turistas e um piloteiro [atualmente denominado guia de pesca]. Esse tipo de serviço recebeu um certo descrédito da sociedade local à época, mas encontrou uma demanda de mercado extremamente receptiva e sem concorrência empresarial por quase meia década. Por essa razão, ainda em meados dos anos 70, outras empresas começaram a surgir, tendo como produto principal o lazer nas pescarias de fácil captura, como mostra a foto 11.

Foto 11 – Os turistas de pesca do Barco-Hotel Cabexi e a razão da grande demanda regional pelo turismo de pesca: a facilidade de captura do pescado.

Autor: Orozimbo Decenzo (1982).

Assim, foram surgindo cada vez mais empresas e barcos de maior potência e quantidade de leitos, favorecendo a consolidação desta região como o maior destino de turismo de pesca embarcada da América Latina, que está dotada dos mais avançados equipamentos dessa modalidade de turismo da atualidade, a exemplo do barco-hotel Kalypso, com capacidade para 28 camarotes de luxo e restaurante para 112 pessoas (figura 08). Ou ainda como o *Yatch* - hotel Milenium, equipado com os mais sofisticados recursos para turismo de pesca, como ecobatímetros e outros instrumentos de alta tecnologia.

Figura 08 – Barco-hotel Kalipso: o maior barco de pesca esportiva do Pantanal.

Fonte: www.taquariturismo.com.br (2005).

Por esse motivo, o turismo de pesca consolidou-se como o principal elemento turístico de transformação do espaço urbano e regional nos anos 80 e 90 do século passado, assim permanecendo até então. Atualmente, podem ser encontradas mais de 47 empresas do setor somente nos municípios de Corumbá e Ladário, além de duas outras existentes na cidade de Puerto Suarez. Algumas dessas empresas dispõem de mais de uma embarcação, oferecendo aproximadamente 800 leitos aos adeptos dessa prática desportiva, que cresceu como demanda, sobretudo na metade dos anos 90, como apresenta o gráfico 02.

Gráfico 02 - Evolução do número de turistas de pesca na região de Corumbá.

Fonte: Adaptado de CATELLA *et al.* (2001).

Entretanto, é preciso fazer uma análise mais abrangente dos indicadores apresentados no gráfico acima. A partir do ano de 1994, não se pode ignorar o crescimento da demanda para o setor, que, no entanto, deveu-se muito mais a fatores desencadeados pela política econômica do governo federal do que pela singularidade ou piscosidade do lugar.

É lógico que alguns fatores, como a beleza natural e a facilidade na captura do pescado, favoreceram bastante a escolha desse destino (MORAES & SEIDL, 2000), depois de criadas as condições e tomada a decisão de se oferecer tal forma de lazer ao turista.

O turismo de pesca desenvolvido na região sempre foi bastante seletivo quanto aos consumidores desses serviços, exigindo um alto padrão de poder aquisitivo quando comparado a modalidades como o turismo religioso, rural e ecoturismo, também desenvolvidos nesse destino. Sobre isso, Fátima Andrade (2002) levantou que perto de 60% dos turistas de pesca da região de Corumbá apresentavam rendimentos mensais da ordem de mais de cinco mil reais, o que permite uma idéia da seletividade do setor ao processo de consumação de seu produto turístico.

Dessa forma, também não se pode ignorar que a relativa estabilidade cambial e monetária, criada a partir de 1994, impulsionou sobremaneira o turismo de pesca - entre outros setores. As pessoas passaram a ter maiores condições de planejar suas viagens o que, conseqüentemente, aumentou a demanda pelos mais variados serviços e modalidades do turismo, como a abertura de mais empresas, mais estaleiros, mais barcos de pesca, etc. É o efeito multiplicador do turismo, conforme a opinião de Beatriz Lage e Paulo César Milone (2000), que ganhou força naqueles idos.

Para alguns pesquisadores, dentre os quais A. S. Moraes e A. F. Seidl (2000), houve uma incorporação financeira de aproximadamente US\$ 790,00 por pescador ano de 1996 e, conforme Agostinho Catella (2001), em 1999 o turismo de pesca ainda incorporou aproximadamente R\$ 64,8 milhões nas finanças do Estado de Mato Grosso do Sul. O principal destino era a região de Corumbá, o que produziu alterações de toda ordem e fez surgir novos barcos-hotéis, lojas de *souvenirs*, hotéis, restaurantes, estaleiros, etc, gerando emprego e divisas também para as cidades bolivianas de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, já que a

maior parte dessas empresas ainda leva seus clientes até as lojas bolivianas. Mesmo com a atual cotação do dólar, esses turistas, que chegam a ter renda mensal de US\$ 4.000,00 (MOARES & SEIDL, *op. cit*), sempre gastam a quantia permitida pela alfândega brasileira para adquirir mercadorias importadas no comércio boliviano.

Se a demanda aumentou e a oferta turística procurou corresponder a esse aumento, o resultado começou a ser impresso na paisagem regional, gerando transformações já constatadas por Olga Tulik (1990) em outros processos de turistificação, havendo remoção de cobertura vegetal e ocupação de áreas ribeirinhas que foram parceladas excessivamente, principalmente nas áreas rurais próximas do núcleo urbano, para a instalação de pesqueiros ou sítios de pesca⁴⁷, instalação de postos de combustíveis na margem do rio para atender às embarcações de turismo, etc. Inclusive, a autora menciona a interferência do turismo na vida animal através da pesca. Sobre isso, Reinaldo Dias (2003: 25) acrescenta:

“Uma das atividades turísticas mais praticadas no Brasil é o turismo de pesca. Calculam-se em dezenas de milhões os brasileiros que o praticam. É uma atividade muito cultivada nos grandes centros, de onde, nos finais de semana ou feriados prolongados, grupos de pessoas se deslocam em grande número tanto para o litoral como para o interior. No Estado de São Paulo, por exemplo, são inúmeras as cidades que contam com represas, rios e lagos povoados de tucunarés, dourados, pintados, e outros tipos de peixe que atraem pescadores que para ali se deslocam com suas famílias. Ocorre que em muitos lugares, com a pesca predatória (...), ocorreu uma diminuição dos cardumes, que afetou conseqüentemente o fluxo de visitantes.”

E essa interferência do turismo de pesca na fauna aquática regional é algo realmente preocupante, o que o gráfico 03 reforça. O gráfico permite, também, uma comparação do impacto dessa atividade ao efetivado pela pesca profissional, tomando-se em conta a retirada de pescado, desde o ano de 1994

até o ano de 1999, apesar dos impactos positivos resultantes das divisas geradas pelo setor, para a socio-economia das sociedades em que se desenvolve essa atividade (MOARES & SEIDL, *Op. cit.*; CATELLA, *Op. cit.*).

Gráfico 03- Quantidade de pescado em Kg capturado na BAP/MS entre o período de 1994 a 1999.

Fonte: adaptado a partir de dados de CATELLA, 2001.

Outro impacto social, reclamado pela sociedade local como decorrente do turismo de pesca, é o aumento da prostituição, principalmente no município de Corumbá, onde um trabalho desenvolvido por Elida Claros e Letícia Baltar (2003) constatou, junto aos “empresários do sexo”, a associação entre o turismo de pesca e a manutenção de suas atividades.

Convém destacar que a prática do turismo de pesca é desenvolvida majoritariamente por homens, de tal modo que muitos dos barcos-hotéis da região de Corumbá tem sérios problemas à utilização para outros públicos alvo, como mulheres e crianças.

Em função da crescente demanda apresentada a essa modalidade de turismo, assim como pelos valores praticados pelo setor formal desde o seu

⁴⁷ Pesqueiros são instalações preparadas para receber pescadores tendo fins lucrativos, diferentemente dos sítios de pesca, que são instalações particulares de uso restrito familiar ou de associações, etc...

primórdio, não tardaram a surgir alternativas informais para a prática da pesca esportiva, como os “ranchos de pesca” e os “barcos de esporte e recreio”, além de outros destinos formais que surgiram, como os do Paraná, sul do Pará e o de Puerto Ayolas (Paraguay).

Esses fatos, juntamente com as alterações de ordem legal promovidas no âmbito estadual, deflagraram um processo de crise que, no entendimento do *trade* regional, aprofundou gradativamente a partir do final dos anos 90. Sabe-se que alguns empresários corumbaenses já estão investindo em Puerto Ayolas, atraídos pelo entendimento de que a permissividade das leis daquele país a uma boa cota de captura de pescado e a redução de carga tributária tornam o destino paraguaio promissor para essa modalidade de turismo.

Cabe salientar, entretanto, que essa modalidade de turismo desenvolvida na região de Corumbá encontra baixa concorrência com outros destinos do continente americano. Outras modalidades de turismo de pesca, não concorrenciais ao desenvolvido na região de Corumbá, são encontradas no continente americano, como a pesca no estilo *fly*, praticada timidamente em rios de corredeiras na Região Sudeste do Brasil e da qual o Canadá é o maior destino do continente americano.

Retomando a mudança no aparato legal que regulamenta e normatiza o turismo de pesca, o Estado de Mato Grosso do Sul tem imposto restrições crescentes já há quase uma década, principalmente no que concerne à quantidade de peixe a ser capturado por turista em cada pacote dessa atividade, saindo dos 30 quilos do início dos anos 90 para atuais 5 quilos mais um exemplar de qualquer espécie e tamanho. Isso tende a ficar mais restrito, pois a partir de 2006 está prevista, e já foi anunciada pelo governo estadual, a intenção de se implantar um sistema de “pesque e solte” em todo o Estado de Mato Grosso do Sul, a exemplo do que já ocorre atualmente, no mesmo Estado, na região pantaneira do Rio Negro (ANDRADE, 2003).

Para alguns empresários, essa atitude do governo estadual tem aumentado o colapso do setor, pois acreditam que as restrições à retirada de pescado foram sendo implantadas abruptamente, se considerado que, em pouco mais de uma década, a permissão de captura caiu de 30 quilos para menos de dez, como tem sido nos dias atuais, frustando a expectativa de muitos de seus

clientes, que passaram a preferir o destino de Puerto Ayolas. Entretanto, a esse respeito, percebe-se que não há um consenso do *trade* regional, já que há os que defendem o pesque e solte.

No entendimento dos empresários defensores do pesque e solte, essa nova prática poderia favorecer a recuperação do estoque pesqueiro dos rios da região e, com isso, propiciar o retorno de turistas mais obstinados pelo prazer da captura, em detrimento da retirada do peixe: pesque e solte. Ou seja, há uma parcela dos empresários regionais cômicos de uma demanda de turistas de pesca que precisa ser trabalhada e que, certamente, difere por completo dos turistas que outrora se vangloriavam ao encher caminhões frigoríficos com os peixes do destino Corumbá, que os moradores locais observavam, atônitos. A respeito disso, Reinaldo Dias (2003:25) faz o seguinte alerta:

“Em razão dessa realidade do turismo, impõe-se a necessidade de se instituírem novas formas de exploração dos recursos naturais para fins turísticos, que levem em consideração as limitações de uso do atrativo e as condições de manutenção de sua existência de forma duradoura, para que futuras gerações possam usufruir do mesmo benefício. (...) se os proprietários de pousadas, que são inúmeras nas represas, rios e lagos do Estado de São Paulo, não permitissem que seus hóspedes se dedicassem à pesca predatória, orientando-os, estes entenderiam que poderiam voltar ano após ano e teriam o peixe para pescar, e os donos de negócio, por sua vez, manteriam o atrativo natural preservando cada vez mais visitantes.”

Nesse quadro, propaladamente desfavorável ao turismo de pesca, segundo o *trade* local, ainda devem ser acrescentadas novas materialidades que impregnaram o espaço regional, como os ranchos de pesca, citados anteriormente. O primeiro desses ranchos surgiu ainda nos anos 70 (foto 12), no Distrito de Albuquerque, através de uma associação paulista de policiais que buscou uma forma mais barata de desfrutar de um lazer que, pelos meios formais de consumo, apresenta alto custo.

Esses ranchos, via de regra, são instalados em residências já existentes, adquiridas de moradores locais, ou mesmo construídos para essa função, em geral por grupos de 5 a 10 componentes oriundos predominantemente do Estado de São

Paulo, seguido de longe por outros estados, como Minas Gerais e Rio de Janeiro. Por essa via, seus proprietários deixam a condição de turistas e passam à de veranistas. Os ranchos ainda têm como aspecto comum a sua localização, prevalecendo a margem fluvial ou lacustre, como no Distrito de Albuquerque, onde a lagoa de mesmo nome é tomada em toda a sua margem direita, por residências desse tipo.

De mesmo modo, ocorre uma grande concentração desses ranchos noutras áreas da região, com predominância no município de Corumbá. Além do Distrito de Albuquerque, também são muito presentes na área do Porto Morrinho, Porto da Manga e Porto Esperança, em cujos locais foram identificados aproximadamente 70 dessas hospedagens no ano de 2003⁴⁸.

Pode-se dizer que o veranismo de pesca, surgido do turismo de pesca, constituiu-se num paradoxo à socio-economia regional, visto que o aumento dessa forma de lazer, certamente, também é responsável pela redução na demanda dos equipamentos turísticos da região.

Foto 12 – Placa identificando a fundação do primeiro rancho de pesca (residência secundária) da região de Corumbá.

Autor: Roberto O. Paixão (2003).

⁴⁸ Veja outras fotos nos anexos 04 e 05.

É conveniente ressaltar que esses veranistas, constituídos pelos ex-turistas que se transformam em proprietários de ranchos de pesca, reduzem as possibilidades da consecução de um efeito multiplicador mais amplo do fenômeno turismo na região. A esse propósito, os ranchos de pesca pouco contribuem com a região além do IPTU ou ITR⁴⁹, sendo crescente o número de ranchos que, estando próximos, contratam apenas uma família, à qual atribuem as tarefas de manutenção das instalações e petrechos de pesca (barcos, motores, molinetes, etc.), reduzindo, portanto, a oferta de emprego para mão-de-obra já de pouca qualificação existente no local. Essa nova prática de redução de custos trabalhistas na manutenção dos ranchos tem levado a região a experimentar novos elementos na composição da paisagem: os condomínios de ranchos de pesca, como mostra a foto 13.

Um outro problema associado ao veranismo de pesca é que, em geral, esses grupos visitam a região em média duas vezes ao ano, e ainda assim, trazendo o necessário para o período de pescaria. Ao irem embora, levam peixe e deixam os resíduos gerados no processo de consumação do lugar.

Foto 13 – Condomínio de ranchos de pesca no Distrito de Albuquerque, região de Corumbá

Autor: Ramão Xavier (2003).

⁴⁹ Imposto Territorial Urbano/Rural.

Pode-se dizer que os ranchos também desencadearam uma especulação imobiliária regional sem precedentes na área ribeirinha, tornando cada vez mais excludente o acesso das populações locais a pontos outrora freqüentados para suas pescarias, à semelhança do que tem ocorrido no litoral brasileiro.

Como se isso não bastasse, ainda tem sido crescente o número dessas residências, cujos donos têm optado por colocá-las disponíveis à locação, fazendo aumentar a angústia dos empresários de turismo que se vêem à mercê da clandestinidade do setor. Essa situação de clandestinidade, tanto quanto no caso dos barcos de “esporte e recreio”, é favorecida pelo desconhecimento e inoperância do poder público.

Outros pontos corroboram a crise vivenciada pelo *trade* regional, como o surgimento de empresas na Bolívia, onde há redução do custo trabalhista, da carga tributária, do combustível, etc.

Outra razão de inquietude do *trade* regional está relacionada à atuação dos “barcos esporte e recreio”⁵⁰ na oferta clandestina de pacotes promocionais bem mais atrativos que os das empresas devidamente constituídas. Os barcos “esporte e recreio” não são obrigados a recolher os impostos previstos a qualquer empresa do setor, além de não serem obrigados a todos os procedimentos exigidos pela Capitania dos Portos aos barcos-hotel. Essa categoria (esporte e recreio) tem atuado à revelia do controle dos órgãos governamentais que regulamentam o setor.

Por essas e outras razões já vistas, há um movimento empresarial que desperta para a necessidade de se buscarem novas tendências para o setor. Para isso, tem sido articulada, inicialmente, a tentativa de conjugação da pesca com outras modalidades, como a proposta do grupo denominado de G7 Pantanal⁵¹, que pretende retomar o turismo contemplativo, um cruzeiro fluvial pela

⁵⁰ Barcos cuja primeira finalidade é restrita ao uso dos seus proprietários, familiares e amigos, sem propósitos de lucro, razão pela qual não estão cadastrados junto aos órgãos de turismo.

⁵¹ Grupo de sete empresários de turismo que se organizaram para agir coletivamente na busca de uma nova segmentação de mercado para a região de Corumbá.

Bacia do Prata e outros, como o turismo de compras, a exemplo do que ainda ocorre na região de Ponta Porã.

5.4. O turismo no meio rural

Os anos 70, definitivamente, instauraram na região um período de marcada participação do turismo como agente de transformação social, econômica e paisagística, com o que concorda Edvaldo Moretti (2000:17), ao afirmar que:

“A partir da “decadência da pecuária” mas não como um processo de causalidade, tem início o desenvolvimento da atividade turística no Pantanal em sua forma empresarial, ou seja, a partir da década de 70, de forma incipiente, começam a ser organizados por empresas de turismo os chamados “pacotes turísticos” no Pantanal, formando-se pequenos grupos para o desenvolvimento desta atividade na região (pescaria, contemplação e ponto de passagem para turistas que se dirigiam a outros países da América Latina – Bolívia, Peru e Chile – utilizando-se da ferrovia Noroeste do Brasil).”

Isto posto, tanto quanto por outras razões já expostas, é possível reforçar essa década como a que iniciou a constituição de um ciclo do turismo na região de Corumbá, onde a sociedade organizada percebe e se articula pelo turismo em sua formatação espaço de produção temporal.

Houve, notadamente, um esforço da sociedade local conjuntamente com os setores governamentais do município de Corumbá e o governo do Estado do Mato Grosso⁵² que entenderam, ao final dessa década, que o turismo se apresentava como uma das perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico para o município de Corumbá, tão somente.

O reconhecimento da importância do turismo para a sociedade corumbaense, apesar de vir a reboque da grande cheia de meados dos anos 70, fica expresso, dentre outras maneiras, pelo destaque dado a essa atividade no

⁵² Em seu processo findo, já que o Mato Grosso do Sul foi criado ao final da mesma década.

ano do bicentenário da cidade, a julgar pelo esforço de divulgação desse destino à época, assim como pela realização de eventos nacionais para o marketing desse destino (CORUMBÁ, 1978).

A articulação da sociedade regional para o desenvolvimento do turismo na região de Corumbá fez com que o governo do Estado à época reconsiderasse os interesses na promoção do turismo na sua porção territorial norte, junto ao domínio amazônico, como foi mencionado pelo ex-governador José Fragelli, dirigindo a atenção da TURISMAT⁵³ também para o Pantanal e, em específico, para a sociedade corumbaense, através de melhoramentos urbanísticos.

No âmbito municipal, igualmente, foram criadas estruturas governamentais de turismo, como o Departamento de Cultura e Turismo e a Divisão de Turismo. Outro fato que respalda essa década como de relevância para o turismo regional foi o fato de que, pela primeira vez, incluiu-se nos pacotes do destino Corumbá a visitação ao município boliviano de Puerto Suarez para a aquisição de artesanatos.

É a partir de então que surgiram as empresas para organizar o turismo regional, como citou Edvaldo Moretti (*Op. cit.*). Essas empresas, apesar de não romperem completamente com a modalidade de pesca esportiva, apresentaram outra alternativa, voltada para o atendimento dos interessados no turismo no meio rural⁵⁴. Essa modalidade ainda hoje não superou o turismo de pesca, mas foi consolidada pela demanda principalmente de jovens estrangeiros, para o que surgiram várias empresas atualmente concentradas na Estrada Parque Pantanal, onde, ainda hoje, se tem o maior foco dessas atividades. Algumas das empresas que atuam nesse setor já são oriundas de mudanças na segmentação de mercado turístico: da pesca ao rural, contemplativo, ecoturismo, etc.

O Hotel Passo da Lontra, um dos primeiros hotéis de pesca do Pantanal, é um exemplo de empresa que redirecionou a oferta de seus serviços da pesca para o turismo rural na última década. O Hotel Pantanal também voltou suas atividades para o turismo contemplativo, apesar de sua estrutura predial

⁵³ Órgão estadual de fomento do turismo, à época vinculado à Secretaria de Comércio, Indústria e Turismo de Mato Grosso.

⁵⁴ Essa denominação está sendo utilizada para não entrar no mérito conceitual de tantas outras terminologias de atividades semelhantes.

denunciar as primeiras intenções turísticas do empreendimento. Essas mudanças, evidentemente, exigem transformações de várias ordens, como na estrutura de hospedagem, na qualificação da mão-de-obra, na culinária, etc. Essas necessidades nem sempre são observadas pelos proprietários dos estabelecimentos, que sequer conseguem discernir a diferença de exigência entre os clientes de modalidades como o turismo de pesca e o ecoturismo.

Assim como tem ocorrido no turismo de pesca, em que há uma clandestinidade orbitando no setor, também no turismo rural isso pode ser evidenciado. E, do mesmo modo, como no turismo de pesca, as autoridades competentes não têm dado respostas cabíveis à clandestinidade que se fazem presentes nessa modalidade de turismo, sob o risco de comprometer o lento processo de turistificação no meio rural dessa região.

5.5. O turismo de mochileiros ou “backpackers”

Essa modalidade tem sido desenvolvida na região desde os anos 80, quando o Receptivo Pantanal operava na fazenda Santa Clara. Trata-se de um segmento do turismo praticado majoritariamente por jovens de várias nacionalidades, que procuram conhecer o mundo utilizando equipamentos turísticos diferentes dos utilizados pelo turismo de massa, além de não apresentarem restrições de qualquer ordem à freqüentação de localidades pouco desenvolvidas⁵⁵.

Outra característica marcante desse tipo de turismo, e que se confirma na região de Corumbá, é a prática da atividade em pequenos grupos de turistas e a maior valorização dos atrativos naturais (fauna e flora) e culturais (festejos, gastronomia) em detrimento dos atrativos artificiais, como a arquitetura.

Esses turistas geralmente utilizam-se de pequenas hospedagens e outros serviços alternativos de transporte (carona, veículos não regulamentados, etc.), nos quais procuram o baixo custo dos serviços em detrimento de outros aspectos.

Isso favoreceu a instalação de empreendimentos e serviços na região que, sob a pretensão de atender especificamente a esse segmento de mercado,

⁵⁵ <http://www2.uol.com.br/mochilabrasil/backpacker> acessado em novembro de 2004.

têm apresentado problemas que envolvem desde o transporte à precariedade da hospedagem, assim como a exposição indevida a outros fatores de risco, comuns no Pantanal, como insolação, picadas de cobras e abelhas, etc. A falta de uma estrutura e cuidados adequados pode terminar em tragédia e descrédito para a imagem da região.

Atualmente, essa prática de turismo tem sido evidenciada muito mais na cidade de Corumbá, onde se instalou a quase totalidade das empresas e outros prestadores de serviço informal aos turistas mochileiros que visitam a região.

5.6. A panacéia da turistificação brasileira: o turismo de eventos e religioso na Região de Corumbá.

Acompanhando a crescente tendência de turistificação dos lugares, através da realização de eventos, muitos municípios do Brasil e do mundo estão procurando incrementar suas localidades como turismo de eventos. No Brasil, alguns destinos já são consagrados nessa modalidade. Como exemplo é possível citar a cidade de Parintins/AM, onde todos os anos milhares de turistas procuram (re)visitar os festejos do “Bumba-meu-boi ou Boi-bumbá”. Outro exemplo é a mundialmente conhecida “Festa do Peão de Barretos”.

Em Mato Grosso do Sul, alguns municípios também estão tentando a turistificação por meio da realização de eventos. É o caso do município de Maracaju, que se faz consagrada no âmbito estadual em decorrência de sua “Festa da Lingüiça” e do “Festival de Inverno em Bonito”. Alguns municípios desse estado estão vinculando seus eventos ao Pantanal, na tentativa de obter maior êxito no marketing de suas propostas. Assim tem sido feito em Aquidauana, onde é realizada a “Pantaneta”. Essa festa vincula o carnaval fora de época à visitação e desfrute de atrativos naturais, como as praias do rio que dá nome à cidade.

Na região de Corumbá, apesar dos atrativos naturais e patrimônio arquitetônico, há duas décadas tem sido realizado o “Festival de Pesca do Pantanal” e, mais recentemente, por decorrência da crise no turismo de pesca, foram iniciados outros dois eventos: Mostra Pantanal de Dança, já em sua quinta edição, e o Festival América do Sul. Procurando o fortalecimento do destino na área de eventos, o órgão municipal, gestor do turismo, passou a realizar num

mesmo período a Mostra de Danças e o Festival de Pesca a partir do ano de 2005, sob uma nova denominação, visando também a aproveitar o conteúdo intrínseco ao Pantanal: o “Festival Pantanal das Águas”.

No caso do Festival América do Sul, realizado pelo governo do estado em parceria com o municipal, há um diferencial, além da ausência do apelo ao símbolo Pantanal. Trata-se de um evento que tem como objetivo reunir vários países [e assim tem sido] num processo declaradamente de integração da cultura sul-americana. No âmbito regional, a organização e realização dos eventos é sediada principalmente em Corumbá, mas envolve os demais municípios (Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez), que são conclamados à organização e onde são desenvolvidas algumas etapas do evento, favorecendo o processo de integração na Região de Corumbá.

Além dos eventos pontuais desenvolvidos na região (América do Sul, Pantanal das Águas), também tem sido crescente a ocorrência de pequenos eventos fechados, desenvolvidos por empresas que escolhem a região, onde reúnem seus membros diretivos para reavaliar estratégias ou mesmo para a confraternização dos funcionários.

Já é cada vez mais presente na região a visitação de turistas da “melhor idade”. Essa modalidade merece especial atenção quanto à sazonalidade climática para a visitação desses grupos, considerando-se que as inversões térmicas súbitas da estação de inverno podem causar problemas circulatórios, tanto quanto as altas temperaturas da estação de verão exigem cuidados especiais na formatação de produtos e roteiros a esse segmento turístico.

Trabalhos de campo na cidade de Corumbá, onde se localiza o maior número de equipamentos turísticos da região, bem como de Puerto Quijarro, apontaram que o turismo de eventos, de negócios e da melhor idade já responde por aproximadamente 60% do total dos turistas que buscam esse destino.⁵⁶

5.7. O turismo nos municípios bolivianos

A inserção da vertente boliviana da região de Corumbá ao turismo é marcada por alguns momentos distintos. O primeiro deles pode ser apontado

como o desenvolvido nos anos 70, mais associado à pesca, no qual os turistas buscavam, esporadicamente, algumas bebidas e armamentos (munições) na cidade de Puerto Suarez.

Ainda nos anos 70, com o surgimento do turismo no meio rural, iniciado pelo Receptivo Pantanal, a visitação a Puerto Suarez se tornou mais freqüente e a diversidade de produtos aumentou, passando a incluir a aquisição de artesanatos como peles e pratarias, porém ainda timidamente, se comparada ao que ocorreu da segunda metade dos anos 80.

Daí por diante iniciou-se um terceiro momento, quando a diferença no regime tributário e a paridade monetária entre o real e o dólar favoreceram o turismo de compras, que explodiu nesta região, encorajando as compras no exterior, o que ocasionou uma verdadeira corrida aos importados de além fronteira.

5.8. Excursionismo e turismo de compras na fronteira Brasil-Bolívia.

O turismo de compras⁵⁷, impulsionado pela política cambial brasileira, atraiu para a região compradores de cidades do Mato Grosso do Sul e até de outros estados, como o de São Paulo. Isso não ocorreu na mesma proporção do que hoje se constata em Foz de Iguaçu, mas apresentou um crescimento até então nunca observado, com ônibus cruzando a fronteira todos os dias e, principalmente, nos finais de semana e feriados.

Com isso, houve uma verdadeira transformação no sítio urbano da região de Corumbá, que assistiu diariamente à “invasão” de turistas ávidos por compras, o que impulsionou a criação dos barrackeshings⁵⁸ e dos shoppings-ilhas⁵⁹, além

⁵⁶ Levantamento de registros de hospedagem feito junto aos hotéis de Corumbá e Puerto Quijarro.

⁵⁷ Essa terminologia está sendo empregada nesta tese para designar um grupo de pessoas, que mesmo viajando a negócios consome equipamentos e outros serviços mais utilizados pelos turistas, ao menos em uma parte de sua jornada de visitação (hotéis, táxis, boates, etc.)

⁵⁸ Denominação dada, localmente, às feiras de padrão mais rústicos que vendem produtos sem garantia.

⁵⁹ São construções grandes e suntuosas, com padrão arquitetônico semelhante ao visto nos grandes centros urbanos e que diferem por completo do seu entorno, sob os mais variados aspectos.

de várias hospedagens de padrão um tanto quanto desejável, produzindo uma mudança brusca nas já existentes em Puerto Quijarro.

Em Puerto Quijarro, a transformação produzida pelo turismo de compras foi a mais significativa dentre os quatro municípios pois, nessa localidade, no início dos anos 90, foram instalados 19 meios de hospedagens de vários níveis de atendimento numa pequena área urbana, dos quais somente 13 (60%) ainda mantinham atividades no ano de 2002.

Para os executivos e demais hóspedes de padrão financeiro alto, há o *Resort El Pantanal* (foto 14), numa grande área verde afastada do núcleo urbano e que dispõe da melhor estrutura da região e, talvez, de toda a fronteira, que Tito Carlos Oliveira (*Op. cit.*) denominou de Mesopotâmia.

Foto 14 – Hotel Resort El Pantanal

Autor: Maria Helena S. Andrade (2005).

Há também os estabelecimentos de pequeno porte (10 a 30 leitos), segundo Keila Villanova e Wanderson Carlos Andrade (2002), que cresceram numericamente para atender vendedores que vinham de outras regiões da Bolívia

para abastecer as lojas e barracas que atendiam os sacoleiros⁶⁰, no auge do turismo de compras. Atualmente, esses estabelecimentos ainda têm sido utilizados por viajantes bolivianos, que trazem para essa fronteira os produtos de “segunda linha”⁶¹. Igualmente, são utilizados por comerciantes bolivianos de outras províncias, como os de Santa Cruz, Cochabamba e La Paz, que fazem o trajeto inverso: buscam no Brasil artigos para serem comercializados na Bolívia ou os revendem em Corumbá. Assim, os comerciantes bolivianos se dirigem a São Paulo, onde compram suas mercadorias que são transportadas por ônibus até Puerto Quijarro, onde pernoitam e embarcam no trem para outros lugares daquele país.

Nos anos 80, além dos turistas e dos sacoleiros, os turistas de pesca aumentaram a compra de seus produtos tradicionais (whiskeys, materiais de pesca, perfumes, etc.), passando a freqüentar mais as lojas de Puerto Quijarro, onde gastavam a totalidade de suas “cotas de compras”⁶².

Fatores de ordem conjuntural, como a queda na paridade dólar/real, trouxeram sérios problemas à visita nas cidades bolivianas dessa fronteira, onde caiu significativamente a freqüentação de turistas, colocando no ostracismo toda uma estrutura mobiliária e urbanística e levando à falência muitos comerciantes, inclusive brasileiros, que investiram na construção de lojas e *shopping* naquele país. Esse fato, embora problemático para uma parcela de comerciantes brasileiros que amargaram a ausência de um turista pouco exigente (o turista de compras), trouxe a alegria para o comércio de Corumbá e Ladário, pois puderam reconquistar suas clientelas da região, incluindo-se as cidades bolivianas.

Atualmente, há um cenário completamente oposto aos áureos dias em que vendedores e consumidores mal podiam andar nos labirintos de lojas da

⁶⁰ Viajantes que compram artigos a serem revendidos nas suas cidades de origem ou para abastecer cidades com as quais estabelecem relações comerciais. Os artigos podem ser adquiridos em cidades brasileiras ou de outros países como o Paraguai [o mais conhecido destino]. Os sacoleiros podem assumir a condição de turistas, quando usam equipamentos como hotéis (dormitórios); ou de excursionistas, quando não pernoitam no lugar de visita.

⁶¹ Artigos falsos ou imitações alternativas de produtos mundialmente conhecidos, geralmente produzidos pelos Tigres Asiáticos.

⁶² Valor máximo de compras permitido pela Receita Federal do Brasil, sobre o qual não incidem impostos.

cidade de Puerto Quijarro e do *Shopping Aguirre* na mesma cidade que têm sido pouco freqüentados, como mostra a foto 15. Ocorreu, assim, um refluxo comercial no sentido Bolívia-Brasil.

Foto 15 – Shopping Zona Franca Puerto Aguirre

Autor: Maria Helena S. Andrade (2005).

5.9. Outras modalidades de turismo na província de German Busch – Bolívia

Como em boa parte do mundo, as preocupações de ordem ambiental estão crescendo, o que está produzindo feitos sobre o consumo de produtos e impondo novas práticas aos agentes produtivos. Por isso, empresas de todo o tipo estão buscando associar seus produtos a medidas ambientalmente mais adequadas de produção e gestão de resíduos. Ao menos em termos de marketing ,tem sido assim. Até mesmo o turismo, como já mencionado anteriormente, tem sido objeto dessas preocupações, daí resultando uma onda de ecoturismo que já se instalou na província de German Busch.

Nessa província, ONG's estão procurando esclarecer a população de Puerto Suarez a respeito dos benefícios do ecoturismo para a localidade, procurando estimular a comunidade à preparação para o desenvolvimento do turismo contemplativo, ecológico e cultural.

Visando essa finalidade, conforme já veiculado nesta tese, ONG's como a WWF já têm sede na cidade de Puerto Suarez. A Hombres y Naturaleza montou um receptivo diferenciado entre Puerto Quijarro e Puerto Suarez, que tem recebido ecoturistas europeus para conhecer a região, entrando por Santa Cruz e retornando aos Andes.

Essa proposta, inclusive, despertou a atenção da agência SUPERSUDACA (*Spaces for urbanism development*), que reuniu em julho de 2004 uma equipe de professores e acadêmicos da Holanda, França, Espanha, Argentina, Chile e Bolívia para avaliar as potencialidades de desenvolvimento das cidades da região, dando ênfase para Puerto Quijarro e Puerto Suarez. O resultado desses estudos também evidenciou a grande vocação que o ecoturismo apresenta para esses municípios bolivianos, assim como a inevitável necessidade de se pensar a região envolvendo os quatro municípios que dela fazem parte.

**Capítulo 6 - As perspectivas de cooperação e/ou integração da
região através dos tempos: à guisa de conclusão.**

Para concluir esta tese, é preciso considerar que, historicamente, mesmo no período de definição e fortalecimento das fronteiras dos Estados-nações, os municípios que compõem essa região sempre estiveram muito próximos entre si e distantes de seus centros políticos e administrativos, construindo um processo integracionista à revelia de quaisquer políticas integracionistas que os Estados tenham desencadeado diplomaticamente.

Esta situação colocou o município de Corumbá numa situação delicada, pois seus equipamentos urbanos são diariamente, já de longa data, utilizados pela migração pendular das populações das outras três cidades vizinhas e, em contrapartida, os recursos provenientes dos governos federal e estadual têm sido repassados aos municípios com base nos dados estatísticos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, gerando um grande problema administrativo que se põe ao poder executivo de Corumbá. Assim, há uma sobrecarga de demandas variadas pela população regional sem a devida compensação orçamentária das esferas estadual e federal. Isto exige do município de Corumbá o encaminhamento de ações de planejamento para driblar ou atenuar a problemática dessa integração espontânea, principalmente na atualidade, pois o fluxo de mercadorias, serviços e pessoas que transitam por esta fronteira passa necessariamente pelo espaço urbano de Corumbá, gerando impactos à sua paisagem urbana.

Pela área urbana de Corumbá circulam desde transportes de carga pesada até material a ser comercializado nas feiras-livres, realizadas quase que diariamente nos municípios de Ladário e Corumbá onde, segundo Valquíria Arruda (2000), 60% dos feirantes são bolivianos, os quais trazem para os municípios brasileiros tanto produtos agrícolas quanto vestuários e eletroeletrônicos. A situação é idêntica para a feira conhecida como BRASBOL (Feira Brasil-Bolívia) onde, segundo informações da Secretaria Municipal de Infraestrutura, das 150 barracas existentes, 105 são de bolivianos, dentre os quais 90 residem em Corumbá, mas se dirigem freqüentemente às cidades bolivianas onde mantêm a maior parte de seus estoques, principalmente de produtos industrializados.

A intensidade dos fluxos de cargas e serviços nessa fronteira é de tal importância que, vez por outra, as populações das cidades de Puerto Suarez e, principalmente Puerto Quijarro, têm utilizado a fronteira para chamar a atenção de seus governantes, cerceando o direito de ir e vir através de atos conhecidos regionalmente como “paro cívico”, a exemplo do que mostra a figura 20. Essa prática, não raramente, tem pego de surpresa turistas e moradores da região, que são impedidos de circular com seus veículos entre os dois países.

Figura 09 – “Paro Cívico” dos fronteiriços bolivianos: fechamento da fronteira para a circulação de veículos.

Fonte: www.corumbaonline.com.br, (2005)

No município de Corumbá, essa integração às avessas se agrava pela ausência de um plano diretor municipal que leve em conta a realidade de uma fronteira, como foi apresentada por Hans Schneider (1995) e Pedro Silva (1995), onde os aspectos cotidianos ignoram a divisão entre os países, e a linguagem passa a ser trabalhada para aprimorar o relacionamento entre os povos. A ausência de posturas das esferas governamentais de maior instância (estadual e federal) que contemplem Corumbá quanto a sua função regional no cenário estadual, nacional ou internacional, também é um fator complicador.

Para atenuar os problemas decorrentes dessa integração espontânea de maior fluxo para Corumbá, seria necessário um tratamento diferenciado dos

órgãos de planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul, tendo como pressuposto a possibilidade legal de, num primeiro momento, promover uma construção regional mínima que agregue os municípios de Corumbá e Ladário, via poder legislativo estadual. Em relação à instância federal, a integração poderia ser mais ampla, tratando cidades como Ponta Porã, Corumbá, entre outras, nessa condição, de forma diferenciada, uma vez que estas têm sofrido sobrecarga no uso de seus equipamentos pelo contato com cidades mais carentes dos países vizinhos. Sabe-se que já existe um programa denominado “Fronteira Limpa”, lançado pelo Ministério da Saúde no ano de 2004, mas com pouco efeito prático enquanto fator de integração. Trata-se de um programa conjunto que lida com as questões sanitárias nas áreas de fronteira, especialmente quanto aos resíduos sólidos.

No caso da região de Corumbá, uma proposta de integração transfronteiriça poderia retomar o Tratado de Roboré que, apesar de existir há mais de 50 anos, precisa ser rediscutido, objetivando uma integração que possa dar conta de equacionar a realidade da região nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Outro ponto de destaque para a integração regional é o fato de a Bolívia já ter assinado o protocolo de intenções para fazer parte do Mercosul.

Entretanto, a julgar pelo tempo necessário para que a União Européia se efetivasse como um bloco no estágio em que se encontra, as expectativas para o Mercosul não seriam tão promissoras a curto e médio prazo, sem levarmos em consideração fatores conjunturais de grande relevância, como as intervenções geopolíticas dos Estados Unidos, que pretendem criar um mercado para todas as Américas, mais precisamente a Aliança de Livre Comércio das Américas (ALCA). Outro fator é a crise na economia da Argentina, o que certamente tende a atrasar a integração do Cone Sul deste continente.

Outrossim, é importante destacar que, se existem dificuldades, apresentam-se alguns aspectos positivos se considerarmos o que expôs LAFER (1994), quando sugeriu que os acordos de cooperação são bastante válidos para as regiões de fronteira, pois, via de regra, as sociedades envolvidas enfrentam problemas comuns, como a preservação ambiental, o tráfico de drogas, o deslocamento rotineiro de populações entre seus territórios, entre outras coisas, o

que mais uma vez reforça e torna esse campo bastante profícuo à atuação do Itamarati.

Outro aspecto positivo, segundo LAFER (op. cit.), é que nossas fronteiras não provêm de conflitos bélicos no modelo europeu e, dessa forma, o processo de cooperação em área de fronteira tenderia a solidificar a construção regional, já que os municípios envolvidos poderiam se beneficiar de uma infra-estrutura mais ampla. Nesta perspectiva, a fronteira deixa seu conteúdo divisório, incorporando outra dimensão: a da ampliação de mercado, fluxo e fixos reterritorializados. As considerações deste autor são perfeitamente adequadas ao caso da região de Corumbá, pois ele cita, inclusive, a integração regional Brasil-Bolívia para o caso da aquisição do gás natural boliviano que está “unindo o território dos dois países”.

A integração e cooperação regional é, portanto, uma realidade que os governantes terão de apreender e gerenciar. Trata-se de uma situação ainda mais imposta aos municípios fronteiriços e, para a qual, MARCOVITCH (1994) permite o entendimento de que, no panorama internacional, as intensas e freqüentes mutações geopolíticas e econômicas têm exigido maior sensibilidade e estratégia política e administrativa dos governantes, assim como a participação efetiva dos atores sociais de cada região.

Considerações finais

Em vista do que foi apresentado no decorrer deste trabalho, e retomando as seguintes hipóteses iniciais:

1ª) a gestão do turismo na região de Corumbá passa pela construção de uma região internacional de planejamento envolvendo os quatro municípios desta fronteira;

2ª) a gestão do turismo na região de Corumbá implica uma formação territorial de planejamento abarcando apenas o município de Ladário.

Chega-se aos seguintes entendimentos:

A segunda hipótese pode ser validada somente como parte dos encaminhamentos à problemática do turismo no âmbito regional, constituindo-se no primeiro momento de um plano de gestão territorial do turismo para a região de Corumbá, visto que com a grande proximidade entre os núcleos urbanos de Corumbá e Ladário se faz quase impossível ignorar a conurbação e migração pendular entre esses municípios, de tal modo que corumbaenses e ladarenses desconheçam o limite entre seus municípios. Daí a pertinência de uma região de planejamento a ser estabelecida, conduzida pelos órgãos estaduais responsáveis por esse setor.

Já a primeira hipótese sobressai-se por contemplar questões que podem ser de ordem global ou local, dentro dela pode-se inserir a segunda hipótese, em cujo contexto é necessário refletir as seguintes considerações:

Corumbá não pode ser pensada isoladamente de um contexto mundial da globalização, processo em que as fronteiras têm sido diluídas para o livre fluxo dos capitais que já estão presentes nesta região, haja vista a presença das mineradoras, de companhias internacionais de transportes e do setor energético, que recentemente instalou uma termelétrica no lado boliviano da fronteira.

Neste ponto, constatou-se que a construção regional foi retardada até os dias atuais pela maioria dos que se propuseram a administrá-la, pois poucos foram os governantes estaduais e municipais, brasileiros ou bolivianos, que deram atenção ao tratamento regional que essa fronteira merece já de longa data. Podem ser citadas, a título de destaque, as ações do ex-governador do Mato Grosso nos anos 70, José Manoel F. Fragelli que, juntamente com o prefeito municipal de Corumbá, à época, estabeleceram uma linha de conectividade e integração com o município boliviano de Puerto Suarez, bem mais que com o vizinho município brasileiro de Ladário. Recentemente, no ano de 2005, os prefeitos de Corumbá e Puerto Suarez manifestaram intenções de discutir um plano de enfrentamento para as questões comuns, destacando-se a ação do atual governo municipal de Corumbá (2005-2008) que, pela primeira vez, criou uma estrutura governamental específica para gerenciar as questões de fronteira, para a qual recebeu a adesão do governo estadual.

Entretanto, mais de duas décadas (anos 70 a 2005) se passaram sem quaisquer ações governamentais voltadas à integração regional dessa fronteira,

período no qual as forças de ordem conjuntural e funcional fortaleceram uma regionalidade firmada no campo das relações cotidianas de seus núcleos urbanos. Além disso, a presença dos fixos e fluxos ligados às firmas mundiais anteriormente citadas reforça uma construção regional à revelia das forças e segmentos locais.

Em relação à participação dos gestores públicos na construção regional, é preciso que os mesmos tenham o entendimento da inegável tendência regionalista inerente à formação histórica, econômica e sócio-espacial desses municípios, sobretudo para o município de Corumbá, que necessita direcionar a condução do que seria a Região Turística Fronteiriça de Corumbá através de um alinhamento necessariamente cooparticipativo da Secretaria de Planejamento do Estado de Mato Grosso do Sul e do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, que atuaria junto ao governo boliviano.

Infelizmente, essa discussão, quando posta em pauta nas últimas décadas, apresentou uma retórica de forte tônica eleitoral, clientelista e sectarizada, em conformidade com os interesses minoritários da sociedade regional, principalmente, se associada ao turismo.

Somente nos últimos anos, o atual governador do Estado de Mato Grosso, talvez por sua origem fronteiriça, passou a desenvolver ações que, declaradamente, têm como objetivo uma geopolítica integracionista como proposto no Mercosul, mas que se encontra abalada por vários problemas de ordem econômica, sanitária, etc., a exemplo do que tem acontecido, ultimamente, com a quebra econômica do setor frigorífico do Estado de Mato Grosso do Sul em decorrência de problemas sanitários animais (aftosa), surgidos na e pela fronteira.

Na Bolívia, merece uma reflexão especial a ascensão ao poder de grupos étnicos que pretendem privatizar o setor energético daquele país, o que comprometeria bastante futuras negociações diplomáticas para a construção regional, no modelo colocado para a Região das Missões Jesuíticas, ao sul do Brasil.

Daí a perspectiva crescente de uma crise que extrapolaria o turismo e se instalaria na gênese do processo de regionalização informal, já construído nas últimas décadas da história dessa fronteira. A propósito, essa crise de integração

que a região vive na atualidade tem relação direta com a criminalidade que diariamente tem vitimado brasileiros pelo furto de veículos e outros bens que são comercializados facilmente na Bolívia, onde, mesmo sendo identificados, dificilmente são recuperados. Esta situação tem, inclusive, gerado uma animosidade de brasileiros para com os bolivianos, para não dizer uma xenofobia.

Isto coloca para esta região um aspiral que conduz ao retorno da fronteira clássica na prática, apesar dos avanços de ordem diplomática, como a existência do Tratado de Roboré e a recente não-obrigatoriedade de passaporte para a circulação de brasileiros e bolivianos entre esses países. Assim, esta fronteira estaria sendo dinamizada inversamente ao processo de dissolução das fronteiras mundiais sob a égide do capitalismo globalizado. Continua essa tendência regional, de *locus* de um turismo de fronteira para um turismo pela fronteira.

Sob o ponto de vista ambiental, cabe ainda a Corumbá dar atenção redobrada aos municípios bolivianos, já que estes estão colocados a montante deste município brasileiro, assim como de Ladário, de modo que, quaisquer que sejam os problemas manifestados em Puerto Suarez e Puerto Quijarro, esses não tardariam a atingir os municípios brasileiros, sendo inevitável a discussão conjunta do gerenciamento dos recursos hídricos, dentre outros, a exemplo do que vem sendo feito na região das Missões.

Pelo que se constatou teórica e empiricamente nesta tese, fica evidente que a superação dos problemas sócio-econômicos de Corumbá e demais municípios dessa fronteira guardam estreita relação com o enunciado da primeira hipótese, impondo, inegavelmente, o encaminhamento de uma construção regional abarcando os quatro municípios desta fronteira e não mais de forma espontânea, como tem acontecido predominantemente até o presente momento, mas sim conduzido formalmente pelos governantes desses municípios e suas instâncias superiores.

Neste sentido, ao se propor uma gestão direcionada à resolução dos problemas levantados por esta tese, é preciso considerar a produção de um

espaço regionalizado e transfronteiriço, contemplando ao menos as seguintes diretrizes:

- ▶ Criação de conselhos regionais integrados de meio ambiente, turismo, segurança, etc.;
- ▶ Criação de um fórum conjunto de debates para discussão das ações como o “paro cívico”;
- ▶ Fortalecimento na promoção de eventos que sejam realizados com a participação de todos os municípios, como o Festival Pantanal das Águas;
- ▶ Aperfeiçoamento do aparato militar em ambos os países, para assegurar o direito de ir e vir, assim como o de propriedade dos transeuntes dessa fronteira;
- ▶ Auxílio e promoção da capacitação de mão-de-obra empregada no setor turístico dos quatro municípios;
- ▶ Elaboração de estudos e busca conjunta de solução de problemas que afetam a região;
- ▶ Elaboração conjunta de produtos e roteiros turísticos para os municípios que compõem a região;
- ▶ Proposição de um plano de ações integradas, através da elaboração de um Plano Regional Estratégico;
- ▶ Criação de fóruns permanentes para fortalecer a turistificação centrada na identidade regional, valorizando o Ecossistema Pantanal, a História e a Cultura como formas de singularidade ao processo de homogeneização imposto pela globalização.

No caso do turismo, seriam grandes as vantagens da implantação de uma gestão compartilhada, sobretudo num programa regional, em que poderia ser definido um roteiro, incluindo a gastronomia e as danças bolivianas, como as que apresentam os grupos Los Tinkus, Los Antaguaras, Los Caporales, Los Karkas, etc. Além disso, há grande variedade de artesanatos e paisagens cênicas muito interessantes na área urbana de Porto Suarez para serem apreciadas. Entre as desvantagens iniciais, com certeza, se apontam a

pobreza, maior da população boliviana em relação à brasileira e o papel desse país, a Bolívia, na Divisão Internacional do Trabalho, a diferença de carga tributária, a julgar pela afirmação de Salvador Pérez (1998), de que o índice de desenvolvimento humano (IDH) da Bolívia coloca esse país como um dos menos desenvolvidos da América Latina, sendo que “isto hace que Bolívia sea un destino turístico emergente donde aún no se ha experimentado un fuerte proceso de desarrollo turístico”. Neste caso, o turismo para a Bolívia pode “actuar como motor fundamental de desarrollo” (PEREZ, 1998:53 e 54).

Finalmente, esta tese defende a perspectiva de desenvolvimento de forma integrada, em que a fronteira é parte de uma territorialidade arquitetada pelo uso que dela fizeram os que habitam essa região por mais de dois séculos, ao que os ditames da globalização só podem reforçar a necessidade de uma região de planejamento transfronteiriça, o que exige um esforço maior de seus governantes. Nesse contexto, mais uma vez, a turistificação com base na identidade (atrativos naturais, arquitetônicos e culturais) como forma de evitar a mesmice dos lugares turísticos.

BIBLIOGRAFIA

ABINZANO, Roberto Carlos. La centralidad de las fronteras en la integración y el Mercosur: procesos transfronterizos emergentes en los espacios compartidos. *In: Anais do Encontro Internacional de Cidades Fronterizas del Mercosur*, Assunción/PY, 2000. P 7-15

AGENCIA 21. **Plano de Desenvolvimento Sustentável de Corumbá**. Rio de Janeiro, setembro de 2004.

ÁLBUM Gráfico de Mato Grosso. Hamburgo/Alemanha, 1914.

AMORIM, Celso Luiz Nunes. Perspectivas da Cooperação Internacional. *In: MARCOVITCH, Jacques (Org.). Cooperação internacional: estratégia e gestão*. São Paulo: Edusp, 1994. p. 149-163

ANDRADE, Fátima. **Diagnóstico do turismo de pesca de Corumbá-MS**. 2003. Monografia de Graduação em Turismo. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

ANDRADE, José Vicente. **Turismo: Fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Globalização & Geografia**. Recife: Editora UFPE, 1996.

_____. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 213- 220

ANGELI, Margarita N. Barreto. **Planejamento e organização em turismo**. 2ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1996

ARAGI, Érika de A.; NEVES, Wilson. **Levantamento das Residências Secundárias na Região de Corumbá-MS**. 2003. Monografia de Graduação em Turismo. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

ARROYO, Monica. Mercosul: discurso de uma nova dimensão do território que encobre antigas falácias. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 308-314

ARRUDA, Angelo. Patrimônio arquitetônico precisa recuperar o tempo perdido. *In: Jornal Folha de Corumbá*. Corumbá/MS, nº. 667, 12/10/2002. p. 08

ARRUDA, Walquíria Balejo. **A prática da feira-livre e o perfil sócio-econômico do feirante de Corumbá-MS**. 2000. Monografia de Graduação em Geografia. Departamento de Ciências do Ambiente. Campus de Corumbá. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Corumbá/MS, 2000.

AULICINO, Madalena Pedroso. Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais. *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente, reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 27-36

AVIGHI, Carlos Marcos. Turismo, globalização e cultura. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas & MILONE, Paulo César (Orgs.). **TURISMO: Teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 102-106

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **Nativos em trânsito: catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense**. 2002. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Universidade de São Paulo.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: Uma visão antropológica**. Campinas/SP: Papirus, 2001. p. 07-20

BARROS, Omar. **Bolívia: vocação e destino**. São Paulo: Versus, 1980.

BARROS, Silvio Magalhães. Turismo, sociedade, meio ambiente e ecoturismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César (Org.). **TURISMO - Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 85-93

BARUKI, Salomão. A universidade e o desenvolvimento regional. *In*: **Revista Dimensão**, nº 5, Centro Pedagógico de Corumbá/Universidade Estadual de Mato Grosso. Corumbá/MT, 1977. P. 7-11

BATISTA FILHO, Olavo. **O homem e a ecologia – Atualidades sobre problemas brasileiros**. São Paulo: Pioneira, 1977.

BAUDRIHAYE, Jaime-Axel Ruiz. QUANTOS TURISTAS QUEREMOS? *In*: **Estudios Turísticos**, nº 143, Madrid/Espanha, 2000. Pp 111-120

BECKER, Berta. Políticas e Planejamento do turismo no Brasil. *In*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Orgs.). **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 181-192

BENI, Mário Carlos. **Globalização do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2003.

_____. Dimensão e dinâmica de clusters no desenvolvimento sustentável do turismo. **Revista Turismo: Dimensões e Perspectivas**. Maringá/PR, 2001.

_____. Política e estratégia do desenvolvimento regional: planejamento integrado e sustentável do turismo. *In*: **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, 10 (1): 1-20, maio 1999.

BENITEZ, Gustavo Eligio R. D. Integración de Ciudades Fronterizas – Dos casos y algunas reflexiones. *In*: BENKO, Georges. Organização econômica do território.

*In: Anais do **Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur**, Assunción/PY, 2000. P 7-15*

BENTANCOR, Gladys Teresa. Frontera e integración. *In: **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul***. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

BEVERIDGE, Willian Ian Beardmore. **Sementes da Descoberta Científica**. Trad. S. R. BARRETO. São Paulo: EDUSP, 1981.

BOFF, Leonardo. **Desafios Ecológicos do Fim do Milênio**. Folha de São Paulo. 12.05.1996 p. 5 (Caderno Mais!)

BOULLÓN, Roberto C. Ecoturismo: intenciones y acciones. *In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e ambiente, reflexões e propostas***. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 44 – 48

_____. **Planejamento do espaço turístico**. Trad. Josely Vianna Batista. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

BOYER, Marc. **História do turismo de massa**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru/SP: EDUSC, 2003.

BRANCO, Samuel Murgel. **Pantanal Mato-Grossense**. 4ª ed. São Paulo: Moderna, 1997.

BRASIL – Ministério da indústria, comércio e Turismo. **Programa Nacional do Turismo: Portaria nº 130**. [s.l.], 03.1994.

BRITO, Claudia R. Ciências Sociais e Turismo. *In: **Portal do Turismo: Revista do Curso de turismo da FICO*** / Faculdades Integradas de Coxim. Campo Grande/MS, 1 (1): 87-92, out. 2000.

BUARQUE, Cristovam. **A desordem do Progresso – o fim da era dos economistas e a construção do futuro**. 4ª Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Meio Ambiente Urbano e o Discurso Ecológico. *In: **Revista do Departamento de Geografia***. São Paulo, 8: 75-78, 1994.

_____. O turismo e a produção do não-lugar. *In: YÁZIGY, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. **Turismo – espaço, paisagem e cultura***. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 25-37

CASTRO, Iná Elias de. Paisagem e turismo: de estética, nostalgia e política. *In: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem***. São Paulo: Contexto, 2002. p 121-140

_____. Regionalismo e o pacto federativo no Brasil. O problema das escalas de poder. *In: **10 ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS***. Cadernos de resumos de mesas redondas. Recife: UFPE/AGB, 1996. p 72-73

CATELLA, A. C.; ALBUQUERQUE, F. F. de; CAMPOS, F. L. de R. **Sistema de Controle de Pesca de Mato Grosso do Sul SCPECA/MS – 5 – 1998**. Corumbá: EMBRAPA PANTANAL/SEMACT-FEMAP, 2001. (Boletim de Pesquisa, nº 22)

CATELLA, Agostinho C. **A pesca no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Brasil: Descrição, Nível de Exploração e Manejo (1994-1999)**. Tese de doutorado apresentada no INPA/UA, Manaus/AM, 2001.

CICCOLELLA, Pablo José. Desconstrução/reconstrução do território no âmbito dos processos de globalização e integração. Os casos do Mercosul e do Corredor Andino. Trad. Antonio de Pádua Danesi. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 296-307

CLAROS, Elida C.; BALTAR, Leticia M. **A relação entre o turismo e as casas de show no município de Corumbá/MS**. 2003. Monografia de Graduação em Turismo. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

CORREIA, Lúcia Salsa. Mercado Regional e mercado mundial na América Latina: o caso de Mato Grosso (1870-1914). *In*: **Revista Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande/ MS, 2 (2): 16-20, 1995.

CORREA, Roberto L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo: Ática, 1998.

_____. Territorialidade e corporação: um exemplo. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 251-256

CORUMBÁ - PREFEITURA MUNICIPAL. **Comissão do Bicentenário**, 1978.

COSTA, Wanderlei Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. 9^a edição. São Paulo: Contexto, 2000.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. As paisagens artificiais criadas pelo turismo. *In*: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p 107-121

_____. **Política de Turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Políticas de Turismo e (re)ordenamento de territórios no litoral do Nordeste do Brasil**. 1999. Tese de Doutorado em Geografia. Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

D'ANGELO, Guillermo Adrián. Integración: oportunidades y desafíos, una visión desde la Univ. Católica, sede Itapúa. *In: Anais do Encontro Internacional de Cidades Fronterizas del Mercosur*, Assunción/PY, 2000. P 7-15

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e Geografia**. São Paulo: Contexto, 1991.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **Corumbá, a capital do Pantanal**. S/l, 20 de agosto de 1982. Caderno de Turismo.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DOLLFUS, Oliver. Geopolítica do sistema mundo. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C. ARROYO, M. Fim de século e globalização*. 2.^a Ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p 23-45

DREW, David. **Processos interativos homem-meio ambiente**. 3^a Ed. Trad. João Alves dos Santos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

FALCÃO, José Augusto Guedes. O turismo internacional e os mecanismos de circulação e transferência de renda. *In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). Turismo – espaço, paisagem e cultura*. 2^a ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p 63-74

FARRET, Ricardo. Especificidades das áreas urbanas de fronteira. *In: CASTELLO, Iara Regina et al (Orgs). Fronteiras na América Latina – Espaços em Transformação*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. P 107-113

FENNELL, David A. **Ecoturismo: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2002.

FERRARA, Lucrécia d'Alessio. Do mundo como imagem à imagem do mundo. SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 45-50

_____. Os lugares improváveis. *In: YÁZIGI, Eduardo. Turismo e Paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p 65-82

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário Aurélio século XXI**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRA, Maria Nazareth. **MERCOSUL – a realidade do sonho**. São Paulo: Arte & Ciência; ECA/USP, 2001.

FIGHERA, Delfina Trinca. Estado e território: suas relações e a globalização. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 108-115

FRAGELLI, José Manoel F. **A fronteira de Corumbá**. Entrevista concedida a Roberto Ortiz Paixão. Aquidauana/MS, 2003. (fita mag.)

FREEDMAN, Ane. **Uma Sociedade Planejada: uma análise das proposições de Skinner**. Trad. Antonio Ribeiro de Almeida. São Paulo: EPU/EDUSP, 1976.

GARAY, Gonzalo. Una experiencia académica: propuesta de desarrollo integral de la región compartida del Polo Iguazu. *In: Anais do Encontro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosur*, Assunción/PY, 2000. P 53-55

GARMS, Armando. **PANTANAL: O MITO E A REALIDADE (uma contribuição à Geografia)**. 1993. 332 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Geografia Humana. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

GEIGER, Pedro P. Mapa do mundo pós-moderno. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C. ARROYO, M. Fim de século e globalização*. 2.^a Ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p 103-118

_____. Turismo e espacialidade. *In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). Turismo e Geografia – reflexões teóricas e enfoques regionais*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 55-61

GEORGE, Pierre. **Os Métodos da Geografia**. Trad. Heloisa de Lima Dantas. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

GONÇALVES, Julio César. Algumas considerações sobre a geomorfologia na região de Corumbá/MS. *In: Revista Geopantanal*, Corumbá/MS, 6: 49-58, ago-dez 2000.

_____. **Análise ambiental da Região de Corumbá-MS: caracterização da paisagem e problemas ambientais**. 1999. Tese de Doutorado - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico – políticas, processos e relacionamentos**. Trad. Edite Sciulli. São Paulo: Contexto, 2001.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. 4.ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IANNI, Otávio. Nação e globalização. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C. ARROYO, M. Fim de século e globalização*. 2.^a Ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p 66-74

_____. Nação: província da sociedade global? *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2.^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 77-84

ISTOÉ (Revista). **Sonho e Morte de Brasileiros na Fronteira Americana**. 20 de março de 2005.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá: o espaço da cidade através do tempo**. Campo Grande/MS: Editora UFMS, 2000.

JAGUARIBE, Hélio. O Brasil e o Sistema Internacional Contemporâneo. *In*: MARCOVITCH, Jacques (Org.) **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 65-84

JAMES, Bárbara. **Lixo e Reciclagem**. 4ª Ed. São Paulo: Scipione, 1995.

JESUS, Pedro Damião de; ZAMLUTTI, Sonia. **A qualidade na prestação de serviços de bares e restaurantes turísticos de Corumbá/MS**. 2003. Monografia de Graduação. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

LAFER, Celso. Política externa Brasileira: Reflexão e Ação. *In*: MARCOVITCH, Jacques (Org.) **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 23-46

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Bases para a elaboração de um trabalho científico no turismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar (Orgs.). **TURISMO - Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 298-311

LAGE, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo Cesar. Fundamentos econômicos e sociais do turismo. *In*: _____ (Orgs.). **TURISMO - Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 25-37

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. Trad.: Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

LEITE, Eudes Fernando. **Marchas na História: comitivas, condutores e peões-boiadeiros nas águas de Xarayés**. 2000. 285 p. Tese de Doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis. Universidade Estadual Paulista. Assis/SP, 2000.

LEMOS, Amalia Ines Geraiges de. Dimensão Ambiental da Urbanização Latino-Americana. *In*: **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, 8: 75-78, 1994.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LIBÂNEO, Maria Lucia Leonardi. A Sociedade Global e a Questão Ecológica. *In*: **São Paulo em Perspectiva**, 7 (2): 80-89, abril/junho 1993.

LIMA, Luiz Cruz. O planejamento regional ajuda o turismo? *In*: YÁZIGY, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 193-200

LIPIETZ, Alain. **O Capital e seu espaço**. Trad. Manoel Fernando Gonçalves Seabra. São Paulo: Nobel, 1988.

LUCCI, Elian A. **GEOGRAFIA – O homem no espaço global**. 4ª Ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

MAAROUF, Joveci R. L.; JESUS, Lenice M. **Diagnóstico e espacialização das agenciadoras de viagem e turismo de Corumbá/MS**. 2003. Monografia de Graduação. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

MAFIA Verde – O ambientalismo a serviço do Governo Mundial. 3ª Ed. Rio de Janeiro: EIR, 2001.

MAGALHÃES, Nícia W. **Conheça o Pantanal**. São Paulo: Terragraph, 1992.

MAIA, Luiz Alves B. **NARCOTRÁFICO: Territorialidades e particularidades**. 1999. Trabalho de Graduação Individual (Geografia). Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade São Paulo. São Paulo, 1999.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARCOS, Valéria de. Dos espaços aos territórios: a contribuição geográfica para as pesquisas em ciências humanas. *In: Revista Geopantanal*, Corumbá/MS, 4: 38-52, jul/dez 1998.

MARCOVITCH, Jaques. Competição, Cooperação e Competitividade. *In: _____* (Org.) **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 47-63

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações**. São Paulo: Contexto, 1992.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento – verdades e contradições. Campinas/SP: Ed. UNICAMP, 1993.

MARTINS, Carlos Estevam. **O Circuito do Poder**. São Paulo: Entrelinhas, 1994.

MARTINS, José de Souza. **FRONTEIRA – a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN). Fundação Instituto de Apoio ao Planejamento do Estado (FIPLAN/MS). **Perfil do Município de Corumbá/MS**, 1989.

MCKERCHER, Bob. **Turismo de Natureza: planejamento e sustentabilidade**. São Paulo: Contexto, 2002.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **Geografia física: ciência humana**. São Paulo: Contexto, 1989.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A paisagem como fato cultural. *In*: YÁZIGI, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64

MESQUITA, Zilá. A pauta musical da fronteira: um convite à geografia cultural. *In*: **Práticas de Integração nas Fronteiras : temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995. p. 176-182

MIOSSEC, Jean-Marie. **Elementes pour une theori de l'espace touristique**. Provence/France: Centre Des Hautes Etudes Touristiques, Série C, nº 36, 1976.

MORAES, A. S.; SEIDL, A. F. **Perfil dos Pescadores esportivos do sul do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2000. 45 p. (Circular Técnica, nº 24)

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec/Annablume, 2002.

_____. **Geografia: pequena história crítica**. 14ª ed. São Paulo: 1995.

MOREIRA, Rui. A arquitetura do conhecimento geográfico. *In*: **10º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS**. Recife: UFPE/AGB, 1996. pp 63-64 (Caderno de resumos de mesas redondas)

MOREL, JOAQUIM BOSQUE. O Patrimônio da Humanidade; *in*: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (Org.). **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. pp 77-87

MORETTI, Edvaldo César. **Pantanal, paraíso visível e real oculto – O espaço local e o global**. 2000. 192 p. Tese de Doutorado - Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro/SP, 2000.

MOSER, Antonio. **O problema ecológico e suas implicações éticas**. 3ª Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1992.

MULLER, Karla Maria. Práticas comunicacionais em espaços de fronteira: o Brasil-Argentina e Brasil-Uruguai. *In*: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p 219-232

NICOLAS, Daniel H. Tempo, espaço e apropriação do território: rumo à fragmentação na mundialização? Trad. Antonio de Paula Danesi. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 85-101

NOGUÉ I FONT, Joan. **Turismo, percepcion del paisaje y planificacion del territorio**. Estudios Turísticos, [s. l], 115: 45-54, 1992.

NOGUEIRA, Carmem Regina Dorneles. **Turismo no Mercosul – Circuito Internacional das Missões Jesuíticas**. São Paulo, 1999. 145 p. Dissertação de Mestrado - Departamento de Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

NOGUEIRA, Marloy. O enfoque regional nas atuais legislações federais e estaduais: uma análise da questão metropolitana no Brasil. *In: Revista de Geografia*. Rio Claro, 19 (2): 131-147, outubro de 1994.

OLIVEIRA NETO, Vitor Wagner. **Estrada móvel, fronteiras incertas – os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926)**. Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 2005.

OLIVEIRA, Ademir Kleber Morbebeck de.; BERREBILLI, Ana Flávia; ALMEIDA, Noslin de Paula. A pesca predatória no rio Taquari, entre a cachoeira das Palmeiras e o distrito de Silviolândia. *In: Portal do Turismo: Revista do Curso de turismo da FICO*. Campo Grande/MS, 1 (1): 49-70, 2000.

OLIVEIRA, Carlos Roberto de. Produzindo o espaço do ócio. *In: 10º ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS*. Recife: UFPE/AGB, 1996. p. 119-120 (caderno de resumo de mesas redondas)

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. **O mais importante era a raça – sírios e libaneses em Campo Grande, MS. 2001**. Tese de Doutorado. Departamento de História. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2001.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. A reprodução do espaço burguês no Mato Grosso do Sul. *In: Revista Científica da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS, 2 (2) 21-28, 1995.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado. **Uma fronteira para o por do Sol**. Campo Grande-MS: Editora UFMS, 1998.

OLIVEIRA, Tito Carlos. FRONTEIRA MESOPOTÂMIA (Considerações sobre o território binacional da Bacia Platina), *In: Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del Mercosul*. Assunción/PY: [?], 2000.

PAIXÃO, Roberto O.; POLLERO, Alvaro C. Algumas considerações teórico-metológicas sobre a abordagem geográfica do turismo. *In: Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos*, João Pessoa/PB, 2002.

PEREIRA, Joelson G. **O patrimônio histórico de Corumbá-MS: uma abordagem em sistema de informações geográficas**. 2003. Monografia de Especialização em Geografia. Curso de Especialização em Planejamento Urbano

e Regional. Departamento de Geociências. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Aquidauana/MS, 2003.

PEREIRA, Joelson G.; PAIXÃO, Roberto O. **Breves considerações sobre a atividade turística de Corumbá.** In: Revista Geopanatanal, nº 05, Corumbá/MS: AGB/UFMS, 1999. p 56-63.

PÉREZ, Salvador Palomo. La aportación del turismo al desarrollo económico de los países en vías de desarrollo (PVD): el caso del mercado de Bolívia. In: **Estudios Turísticos**, nº 136, s/l, Espanha: Ministério de Economia y Hacienda, 1998. p. 45-48

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Além das Fronteiras. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p 35-39

PETROCCHI, Mario. **Turismo – planejamento e gestão.** 5ª Ed. São Paulo: Futura, 2001.

PETRY, Marcia; OLIVEIRA, Laís. **Diagnóstico do turismo de pesca em Ladário/MS.** 2003. Monografia de Graduação. Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Universidade Católica Dom Bosco. Corumbá/MS, 2003.

PINTO COELHO, Pedro Motta. **Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado.** Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 1992. pp. 159.

PLANO DIRETOR DE CORUMBÁ. **Relatório Preliminar do Plano Diretor.** Digitado, 28 p., 1999.

PRAXEDES, Walter; PILETTI, Nelson. **O Mercosul e a sociedade global.** 12ª ed. São Paulo: Ática, 1999

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. Comissão do Bicentenário, 1978.

PROENÇA, Augusto César. **PANTANAL – Gente, tradição e história.** Campo Grande/MS: Ed. UFMS, 1992.

RATTNER, Henrique. Globalização e projeto nacional. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação.** 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 102-107

RIBENBOIM, Ricardo. Instituições culturais e o Mercosul. In: MARTINS, Maria Helena (Org.). **Fronteiras Culturais: Brasil – Uruguai – Argentina.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2002. p 167-169

RODRIGUES, Andréia. Os países do Mercosul frente à Globalização. In: FERREIRA, Maria Nazareth. **MERCOSUL – a realidade do sonho.** São Paulo: Arte & Ciência; ECA/USP, 2001. p. 43-52

RODRIGUES, Arlete Moisés. Problemática sócio-ambiental: novas dimensões da territorialidade. *In: 10º Encontro Nacional de Geógrafos*. Recife: UFPE/AGB, 1996. p. 79-80 (cadernos de resumos de mesas redondas)

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável**.- a proteção do meio ambiente. 5ª ed., Campinas/SP: Papirus, 1999.

SANTOS, Marlene Xavier dos. **BR – 277 – A Vivificação da Fronteira**. 1995. 251 p. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SCARLATO, F. C. ARROYO, M. Fim de século e globalização*. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994. p 15-22

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Cidades na era global. *In: Revista Cidades*. São Paulo, 2 (13): 12-14, maio de 1997.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANTOS, Milton. O retorno do território. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 15-20

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. 4ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro / São Paulo: Record, 2002.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **TERRITÓRIO – Globalização e Fragmentação**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1996. p 51-71

SANTOS, Teotônio dos. **A globalização reforça as particularidades**. *In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 72-76

SARTRE, Jean-Paul. **Questões de Método**. Trad. Bento Prado Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SARTRE, Jean-Paul. **Questões de Método**. Trad. Bento Prado Junior. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SCARLATO, Francisco C.; PONTIM, Joel A. **Do nicho ao lixo: ambiente, sociedade e educação**. São Paulo: Atual, 1992.

SCHERER, Rebeca. **Sistematização crítica do conjunto dos trabalhos**. São Paulo, 1994. Tese de Livre Docência – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo.

SCHERER, Rebeca. Paisagem urbanística, urbanização pós-moderna e turismo. *In*: Yázigi, Eduardo. **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 83-105

SCHIAVONI, Lidia. Pobreza, trabajo y frontera: la situación de los trabajadores de la calle. Posadas, Argentina. *In*: **Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del MERCOSUR**. S/L, septiembre de 2000. P. 21-30

SCHIFFER, Sueli Ramos. A globalização da economia e o território nacional. Indagações prospectivas. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 116-124

SCHINKE, Gert. **Ecologia Política**. Porto Alegre: Tchê!, 1986.

SCHNEIDER, Hans Konrad. Integração limítrofe: a colaboração teuto-franco-suíça no Alto Reno. *In* **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 21^a ed. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Armando Corrêa. O mercado mundial e a alocação de capital e trabalho. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SCARLATO, Francisco Capuano; ARROYO, Mônica (Orgs). **Fim de século e globalização**. 2^a Edição. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994. p 75 – 80

SILVA, Carlos Eduardo Lins da. A conscientização ecológica do público. *In*: SILVA, Carlos Eduardo L. da (Coord.). **Ecologia e sociedade – uma introdução às implicações sociais da crise ambiental**. São Paulo: Loyola, 1978. p 205-224

SILVA, Lenira Rique da. **A natureza Contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SILVA, Maximiliano Barbosa da; ZYLBERSTAIN, Hélio. **Turismo e emprego**. Informações FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, São Paulo, 257: 13-17, jan. 2002.

SILVA, Yolanda Flores e. Pobreza, violência e crime – conflitos e impactos sociais do turismo sem responsabilidade social. *In*: BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; BARRETO, Margarita (Orgs.). **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas/SP: Papirus, 2001. p. 175-193

SOARES, Guido F. S. A cooperação Técnica Internacional. *In*: MARCOVITCH, Jacques (Org.) **Cooperação internacional: estratégia e gestão**. São Paulo: Edusp, 1994. p. 165-218

SOUZA, Adauto de Oliveira. Teoria dos Pólos de Desenvolvimento: contexto, críticas e a sua aplicabilidade em território sul-matogrossense. *In*: **Revista Geopantanal**, Corumbá/MS, 04: 53-72, jul/dez 1998.

SOUZA, Lécio Gomes de. **História de uma Região: Pantanal e Corumbá**. São Paulo: Resenha Tributária, 1973.

SOUZA, Maria Adélia de. Geografia da desigualdade: globalização e fragmentação. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **TERRITÓRIO: Globalização e Fragmentação**. 2^a ed. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1996. p. 21-28

SOUZA, Osmar Ramão G. Novos atores na região de fronteira (o papel do turismo). *In*: **Revista de Turismo da FICO**. V. 1. nº 1. Campo Grande/MS: Ed. Uniderp, 2000. p 93-105

SOUZA, Susana Bleil. Os caminhos e os homens do contrabando. *In*: **Práticas de integração nas fronteiras: temas para o Mercosul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, Instituto Goethe/ICBA, 1995. 126-139 p. 28-69

SQUINELO, Ana Paula. A Guerra do Paraguai na História de Mato Grosso do Sul: Possibilidades de Aproveitamento Turístico. *In*: **Portal do Turismo – Revista do Curso de Turismo da FICO**. Campo Grande/MS, 1 (1): 10-16, out. 2000.

SQUINELO, Ana Paula. A guerra do Paraguai na História de Mato Grosso do Sul: possibilidades de aproveitamento turístico. *In*: **Revista de Turismo da FICO**. V. 1. nº 1. Campo Grande/MS: Ed. Uniderp, 2000. p. 09-16

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável – conceitos e impacto ambiental**. 2ª ed. Trad. Margarete Dias Pulido. São Paulo: Aleph, 2000.

TORRECILHA, Maria Lúcia. **Fronteira, as cidades e a linha**. Campo Grande/MS: Editora Uniderp, 2004.

TRIGO, Luiz G. G. A importância da educação para o turismo. *In*: LAGE, Beatriz Helena G.; MILONE, Paulo Cesar (Orgs.). **TURISMO - Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2000. p. 243-255

TULIK, Olga. Efeitos da globalização do turismo. *In*: **Revista Turismo em Análise**. São Paulo, 5 (2): 07-15, nov. 1994.

TULIK, Olga. Turismo e repercussões no espaço geográfico. *In*: **Turismo em Análise**. São Paulo, 1 (2): 63-77, 1990.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Categorias e conceitos para compreensão da cidade brasileira do período escravista. *In*: SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente: [s. n.], 2001.

VESENTINI, José W. **Geografia, natureza e sociedade**. São Paulo: Contexto, 1992.

VIEIRA NETO, Otávio Inácio. Guatós prometem expulsar turistas. **Correio do Estado (Jornal)**. Campo Grande/MS. 14/03/2002. p 15^a

VILLANOVA, Keila V.; ANDRADE, Wanderson Carlos Barbosa. **Diagnóstico dos meios de hospedagem em Puerto Quijarro/Bolívia**. 2002. Trabalho de Conclusão de Disciplina de Metodologia Científica (Turismo). Instituto de Ensino Superior do Pantanal. Corumbá/MS, 2002.

VILLASBOA, Fernando. Flujo turístico em la Frontera Paraguay-Brasil com enfoque em las ciudades de Pedro Juan Caballero y Ponta Porã. *In*: **Encuentro Internacional de Ciudades Fronterizas del MERCOSUR**. S/L, septiembre de 2000. P. 45-47

WAGNER, Carlos. **PAÍS-BANDIDO: crime tipo exportação**. Porto Alegre/RS: RBS Publicações, 2003.

WALDMAN, Maurício. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1992.

WEARING, Stephen; NEIL, John. **Ecoturismo, impactos potencialidades e possibilidades**. Barueri/SP: Manole, 2001.

WIEDMANN, Sonia M. P. As reservas particulares do patrimônio natural; *In*: RODRIGUES, Adyr Balastrieri (Org.). **Turismo e Ambiente, reflexões e propostas**. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 37-43

WONG-GONZALES, Pablo. Globalización y virtualización de la economía: impactos territoriales. *In*: BECKER, Dinizar Fermiano; BANDEIRA, Pedro Silveira (Orgs.). **Desenvolvimento local-regional: despostas regionais aos desafios da globalização**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p 91-135

YÁZIGI, Eduardo . A importância da paisagem. *In*: YÁZIGI, E. (Org.). **Turismo e Paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002. p 11-27

YÁZIGI, Eduardo . **Civilização Urbana – planejamento e turismo**. São Paulo: Contexto, 2003.

YÁZIGI, Eduardo. **Deixe a sua estrela brilhar: criatividade nas ciências humanas e no planejamento**. CNPq/Editora Plêiade, 2005.

YÁZIGI, Eduardo. Vandalismo, paisagem e turismo no Brasil. *In*: YÁZIGY, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. **Turismo – espaço, paisagem e cultura**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 1335-155

YÁZIGI, Eduardo. **A Alma do Lugar – Turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

YÁZIGI, Eduardo. A natureza como identidade espacial do turismo. *In*: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. (Orgs). **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 69-92

YÁZIGI, Eduardo. Roteiro básico para incorporação do turismo nas rotinas municipais. *In*: **Revista Geopantanal**, Corumbá/MS, 6: 28-41, ago-dez. 2000.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo - Uma esperança condicional**. São Paulo: Plêiade, 1998.

Fontes eletrônicas:

MACHADO, Lia O. Fronteiras e Redes. *In*: T. M. Strohacker et all. **Fronteiras e Espaço Global**, 1988, disponível no site <http://acd.ufrj.br/fronteiras/publicações.htm>, acessado em 13/11/2003.

SADER, Emir. México: perto do inferno. *In*: listageografia@yahoogrupos.com.br, acessado em 06/06/2004.

http://www.ramsar.org/archives/archives_banners.htm, acessado em 11/11/2005.

<http://epi.ces.fau.edu/eng/pics/corumba.htm>, acessado em 11/11/2005.

<http://www.corumbaonline.com.br>, acessado em 04/10/2005.

<http://www.taquariturismo.com.br>, acessado em 19/09/005.

<http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/baraodoriobranco.htm>, acessado em 17/07 2005

<http://newsbox.msn.com.br/article>, acessado em 26/05/2005.

<http://dgc.cnpq.br/buscaoperacional>, acessado em 21/05/2005.

http://www.camara.gov.br/mercosul/I_Forum_Foz_Iguacu, acessado 25/05/2005.

<http://www2.mre.gov.br/daa/amap1.html>, acesso em 17/05/2005.

<http://www.hoteismabu.com.br/port/mabuthermas/localizacao.php>, acessado em 22/04/2005.

<http://www.folha.uol.com.br/folha/mundo>, acessado em 02/12/2004.

<http://www.uol..com.br/mochilabrasil/backpaker>, acessado em 13/11/2004

<http://educaterra.terra.com.br/almanaque/historia/conflitos>, acessado em 02/11/2004.

<http://www.ine.gov.bol>, acessado em 27/08/2004.

<http://www.mre.gov.br/daa/df.htm>, acessado em 27/02/003

ANEXOS

Anexo 01

Círculo do Fogo: Áreas de risco natural à atividade turística.

Fonte: adaptado a partir do microsoft excel (2005).

Anexo 02

Rota do Furacão Katrina em 29 de agosto de 2005, na região do Caribe, uma das mais importantes áreas de turismo do mundo

Fonte: [http://: www.google.com.br](http://www.google.com.br) (2005)

Anexo 03

Sonho e morte na fronteira México – Estados Unidos da América

Fonte: Revista ISTOÉ (2005).

Anexo 04

Rancho de pesca em Porto Esperança – Corumbá/MS

Autor: Roberto O. Paixão, (2002).

Anexo 05

Rancho de pesca em Porto da Manga – Corumbá/MS

Autor: Roberto O. Paixão, (2002).